

Vanderley de Brito

A PEDRA DO INGÁ

Itacoatiaras na Paraíba



3ª Edição



Editora da Universidade Federal de Campina Grande



Vanderley de Brito é historiador, pós-graduado em História do Brasil, pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), e especialista emérito em pré-história da Paraíba, pela soma de estudos empreendidos na área.

O autor possui centenas de publicações sobre arqueologia e pré-história regional nos periódicos: Diário da Borborema, portal brejo.com, além de artigos na Revista do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), Parahyba do Norte, e Fabulação. É fundador e presidente da Sociedade Paraibana de Arqueologia (SPA), membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Arqueologia Histórica e Industrial (GPAHI), sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Cariri (IHGC) e da Associação de Artistas Plásticos da Paraíba (ASSOCIART/PB); Colaborador

do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB (LABAP) e pesquisador integrante do projeto “Cultura Tapuia no interior da Paraíba”.

Ministrou inúmeros cursos, mini-cursos e palestras sobre Pré-história Regional, através da Pró-Reitoria de Extensão da UEPB, promoveu dezenas de eventos e centenas de expedições arqueológicas no Estado. Sendo considerado, na atualidade, um dos mais dinâmicos e conceituados estudiosos da pré-história e da arqueologia paraibana.

É também autor dos livros: “A Serra de Bodopitá: pesquisas arqueológicas na Paraíba” (2006); “Arqueologia na Borboremaa” (2008) e co-organizador do livro “Pré-história: estudos para a arqueologia da Paraíba” (2007).

Depois de anos de estudos dedicados à Pedra do Ingá, em 2007 lançou a primeira edição desta obra, que agora aqui se apresenta em versão ampliada e atualizada.

Prof. Juvandi de Souza Santos

Coordenador do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB



“Uma pedra no meio do caminho dos arqueólogos”. Com esta frase, inspirada num poema famoso de Carlos Drummond de Andrade, quero chamar a atenção para o “eterno” enigma da Pedra do Ingá – Paraíba.

Trata-se de um enigma arqueológico, bastante estudado por pesquisadores brasileiros e estrangeiros, porém, até agora, não há nenhum estudo definitivo sobre esse monumento arqueológico; como, também, não há nenhuma conclusão sobre àquele Círculo de Pedras de Stonehenge, na Inglaterra. Um dos maiores monumentos líticos da pré-história mundial. Stonehenge e Ingá continuam sendo, ainda, enigmas que desafiam à arqueologia pré-histórica.

Há centenas e centenas de estudos e pesquisas sobre a Pedra Lavrada de Ingá. São, entretanto, muitas vezes, interpretações ousadas e especulativas: “Foi feita por extraterrestres”, “é um monumento mágico-religioso”. Outras querem decifrar as Itacoatiaras: comparando-as com os hieróglifos hititas, fenícios e assim por diante. São tantas interpretações, interpretações que fogem à lógica, na maioria irracionalismo puro.

O trabalho de Vanderley de Brito é uma pesquisa séria, rica e bem documentada. É, com certeza, o primeiro estudo exaustivo sobre a Pedra do Ingá, quase um tratado, que propõe uma interpretação sensata, baseada em centenas de modelos comparativos de Itacoatiaras paraibanas, todos convergindo para Ingá. Este historiador de Campina Grande deu uma contribuição inestimável à arqueologia paraibana publicando este trabalho sobre as Itacoatiaras, em especial a tão famosa Pedra do Ingá.

Sem dúvida, a pesquisa de Vanderley de Brito, abre novas perspectivas para o estudo da arte rupestre.



Carlos Alberto Azevedo
Antropólogo

Vanderley de Brito

A PEDRA DO INGÁ
Itacoatiaras na Paraíba

Vanderley de Brito

A PEDRA DO INGÁ

Itacoatiaras na Paraíba

3ª Edição

Revisada e ampliada



Editora da Universidade Federal de Campina Grande



Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Thompson Fernandes Mariz
Reitor

Prof. José Edilson Amorim
Vice-reitor

Editora da Universidade Federal de Campina Grande- EDUFCG

Prof. Antônio Clarindo Barbosa de Souza
Diretor Administrativo

Conselho Editorial:

Prof. Benedito Antônio Luciano - CEEI
Prof. Carlos Alberto Vieira de Azevedo - CTRN
Profª. Consuelo Padilha Vilar - CCBS
Profª. Edjane E. Dias da Silva - CCJS (Souza)
Prof. José Helder Pinheiro - CH
Prof. José Wanderley Alves de Sousa - CFP (Cajazeiras)
Prof. Onaldo Guedes Rodrigues - CSTR (Patos)

Projeto Gráfico: Thomas Bruno Oliveira
Desenhos e Revisão: O autor
Fotos: Projeto História da Arqueologia na Paraíba
Foto da Capa: Dennis Mota Oliveira

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL-UEPB
B861p

BRITO, Vanderley de.

A Pedra do Ingá: itacoatiaras na Paraíba/ Vanderley de Brito - 3ª edição - rev. ampl. Campina Grande: EDUFCG, 2009.

135p. il. p&b. Inclui bibliografia e notas.

ISBN: 978-85-89674-82-9

1- Arqueologia - Pré-história 2. Arte rupestre I. Título

22.ed. CDD 99619

À minha esposa Sheila e nossos filhos; Erik e Shirley.

Que mérito tem as coisas passadas há longos anos que, pensando nelas, dizem mais do que importam, por encerrarem mistérios providenciais que só no correr dos anos e com reflexão se descobre?

Padre Ibiapina

Prefácio:

O livro “A Pedra do Ingá: Itacoatiaras na Paraíba” é o primeiro trabalho que contempla toda a magnitude deste sítio arqueológico, que seguramente é o mais famoso do Brasil. A grande maioria dos escritos que temos sobre a Pedra do Ingá se utilizam de métodos e teorias sensacionalistas e excêntricas, que pouco contribuem ao registro, preservação e estudo deste sítio arqueológico.

Sem teorias fantasiosas e mirabolantes, o professor Vanderley de Brito, de quem sou amigo, adepto e admirador, se apóia em bases sólidas para conjecturar que a Pedra do Ingá não é um sítio isolado e único, mas sim mais uma peça complexa de um imenso quebra-cabeça. Prova disso, são as diversas analogias que estão presentes nos sítios aqui apresentados e em outros tantos existentes na Paraíba. Portanto, o autor é preciso quando afirma que não se deve isolar a Pedra do Ingá de forma temporal ou espacial.

Falar do sítio arqueológico de gravuras mais famoso do Brasil não é fácil, principalmente mediante a vulgarização que este vem sofrendo nas diversas obras que já lhe foram dedicadas, mas com a larga experiência que possui em solo paraibano, o professor Vanderley, seguro, desempenhou com louvor a difícil tarefa e ainda conjecturou uma nova perspectiva que norteia o campo sociocultural.

Em prefácios é praxe comentar o livro explicando em minúcia os capítulos, no entanto, pra mim, prefácio que debuxa o livro furta do autor a primazia de revelar à sua maneira o que deseja narrar. Seria insensato antecipar uma discursiva tão primorosa.

Temos nesta obra uma valorosa contribuição aos estudos pré-históricos paraibanos, às itacoatiaras e, em especial, à Pedra do Ingá. Os sítios que o autor nos apresenta para ilustrar sua fundamentação teórica são provas incontestes de que as itacoatiaras abarcam um universo sociocultural comum. Outro fator interessante da obra é o passeio que o autor faz, com muita propriedade e domínio, na História. Resgatando fatos que jaziam na poeira de bibliografias raras.

Vanderley de Brito é atualmente um dos maiores pesquisadores da pré-história paraibana e um dos mais laboriosos historiadores que conheço. Sua contribuição na área é vasta. Tenho o privilégio de acompanhar de perto sua jornada de pesquisa, já publicamos trabalhos conjuntos e palmilhamos uma significativa parcela espacial da Paraíba em busca de descortinar o véu que envolve o nosso passado mais remoto.

Quando me foi confiado à honrosa missão de prefaciар esta obra, o professor me confessou que receava o desinteresse do leitor em virtude de algumas sondagens técnicas mais sofisticadas no trabalho. Isso eu discordo, porque é um trabalho bem escrito, urdido e extremamente humano, que prende logo o leitor.

Desde que este esteja em condições de afinidades com o tema. Se isso acontecer, posso garantir que será seduzido da primeira à última página. Pois, sua maneira sóbria, honesta e dedicada de ser, que me cativou desde quando o conheci em expedição de campo, está impressa na obra deste pesquisador, que faz da ciência arqueológica um lúdico objeto de reflexão.

Todos os seus valores estão implícitos nessa obra, que está “à sua cara”: erudito, sensato, sereno e, principalmente, com profundo humanismo e domínio do tema exposto.

Campina Grande, dezembro de 2006.

Thomas Bruno Oliveira.
Historiador

Sumário

Introdução -----	11
1- A Pedra do Ingá -----	15
1.1 O turismo na Pedra do Ingá -----	21
1.2 - O estado de conservação -----	24
1.3 - Medidas de preservação -----	28
1.4 - Moldagens dos registros -----	29
2- Como foram feitas as inscrições do Ingá? -----	31
2.1- Não foram os fenícios -----	35
2.2- Quem foram os executores? -----	40
3. Estrutura histórica da Pedra do Ingá -----	44
3.1- A plurissignificação dos registros do Ingá -----	49
3.2 - A Pedra do Ingá inspira arte -----	60
4. Inscrições rupestres -----	62
4.1- Itacoatiaras -----	65
4.2- As itacoatiaras análogas na Paraíba -----	70
5- Uma proposta de estudo -----	74
5.1- A guisa de uma terminologia -----	79
5.2- Modelos comparativos -----	85
5.3- Uma breve análise comparativa -----	119
Considerações finais -----	120
Referências bibliográficas -----	126

Introdução

A arqueologia é uma ciência fascinante, por nos proporcionar oportunidades inúmeras de conhecer parte de heranças culturais há muito perdidas no tempo. Em se tratando de pré-história, seus temas são fragmentários e compõem um nebuloso universo intrínseco que nos escapa à compreensão plena. Repleta de enigmas que estão sempre a nos desafiar.

Dentre os inúmeros temas ainda sem respostas plausíveis de nossa aurora cultural, talvez a Pedra do Ingá seja um dos mais controversos na arqueologia brasileira.

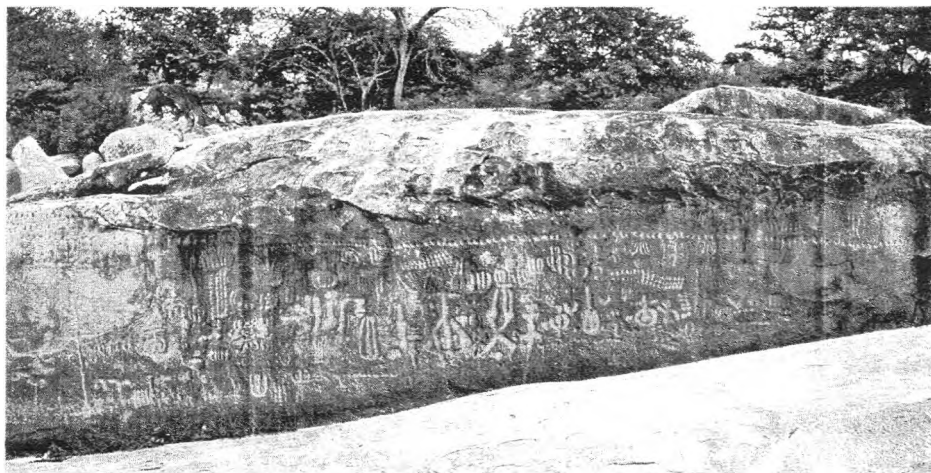
O sítio arqueológico Pedra do Ingá é um conjunto rochoso no interior do estado da Paraíba, no Nordeste do Brasil, repleto de intrigantes inscrições rupestres petrificadas em baixo-relevo. O sítio ocupa um hectare de área tombada como “Monumento Nacional”* pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN - atual IPHAN - desde 30 de novembro 1944 por vias do Museu Nacional do Rio de Janeiro e iniciativa do pesquisador José Anthero Pereira Júnior, sendo o segundo monumento pré-histórico tombado em nosso país**.

No seu principal painel, ora denominado de “Painel Vertical”, existe uma grande profusão de sinais, extraordinariamente complexos, gravados extensamente ao longo de um paredão em gnaiss, de 46m de comprimento por 3,8m de altura, que se eleva num lajedo do riacho Bacamarte, ou Ingá, no sítio Pedra Lavrada, município de Ingá. Além deste atípico mural em parede vertical, na adjacência imediata, há dois outros gravados no piso horizontal. Os quais, segundo proposta de Gilvan de Brito, denominamos de painéis: “Superior”; localizado no dorso da formação, e “Inferior”; insculpido de frente ao painel vertical, no lajedo à base do paredão, onde se observa um conjunto de possíveis astros que muitos já aludiram semelhanças com a configuração da constelação de Orion.

O conjunto principal da Pedra do Ingá é composto por insculpturas profundamente sulcadas, em obediência a complexos motivos gráficos, que até hoje intriga cientistas e todos os demais que se depara com sua primorosa composição gráfica. Indubitavelmente, o complexo rochoso do riacho Ingá do Bacamarte é o mais famoso e visitado sítio de gravuras rupestres do Brasil e referenciado internacionalmente.

* O hectare onde se insere o conjunto do Ingá, que hoje pertence ao Patrimônio Histórico Nacional, foi doado ao Governo Federal, em decorrência desse tombamento, pela então proprietária das terras: dona Francisca de Moraes Farias.

** O primeiro sítio pré-histórico tombado no Brasil foi o sambaqui do Pindaí (1939) em São Luís do Maranhão, por iniciativa do pesquisador Raimundo Lopes.



Fachada do conjunto principal do Ingá

No entanto, nas paredes de outras rochas do pedregal também existem símbolos gravados que apresentam-se sinópticos e sob técnica de gravação superficial e tosca, diferente, portanto, daquelas gravuras largas, profundas, bem polidas e conjuntas dos painéis do conjunto principal. Sob aparente frivolidade, estes diversos registros ignóbeis, segundo proposição terminológica do estudioso Thomas Bruno Oliveira da Sociedade Paraibana de Arqueologia*, denominamos de inscrições “Marginais”. Estas, se apresentam raspadas no lajedo suporte do pedregal como também picotadas ornando o piso, paredes e caldeirões de margens de uma pitoresca corredeira do riacho Bacamarte, encerrada entre paredes, que se localiza imediatamente por traz do mesuro conjunto de inscrições.

Na Pedra do Ingá, os relevos foram insculpidos com apurada técnica e, segundo cremos, por uma comunidade pré-histórica que, ao longo dos recursos hídricos, gravava duras rochas com fino acabamento e polimento e que, não se sabe por que, em algum momento de nossa pré-história essa prática estagnou na inatividade. A simbologia desta obra parietal célebre, e suas formas simétricas muito elaboradas, variam entre: pontos capsulares agrupados, retângulos gradeados, figuras antropomorfas, zoomorfas, possíveis fitomorfos, sulciformes, contornos curvilíneos, círculos pendulares, cortados, cheios, concêntricos e outras formas ambíguas. Cultura gráfica recôndita que certamente materializa em

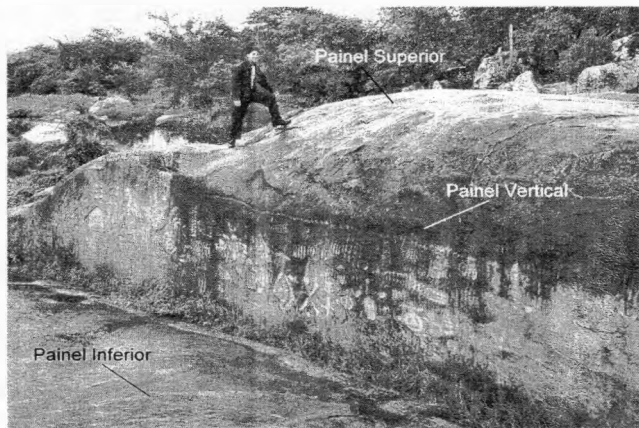
* SPA. Sociedade civil fundada em Campina Grande, registrada no Cartório do Único Ofício Maria das Neves Ramos Vidal Ribeiro em 11 out./2006, presidida pelo autor desse livro, com objetivo de reunir pesquisadores afins para fomentar as pesquisas arqueológicas na Paraíba.

seus elementos constitutivos as definições imaginárias - profundas e autênticas - de um determinado grupo social extinto.

Quem sabe ali seja uma espécie de conservatório das velhas tradições e esteja registrado um latente rememorativo musical de cerimonial xamânico? E, se assim for, na ocasião certamente palavras devem ter sido solfejadas, entre torpor e cadência rítmica, mas não imaginamos quais, para quê ou por quê. Tampouco sabemos sobre quem eram essas pessoas ou como viviam. Hoje só é possível vislumbrar no Ingá o sistema de signos encravado na rocha, tal como é empiricamente percebido, rememorando um distante momento de nossa pré-história.

Naturalmente, muito se conjectura a respeito da origem destas intrigantes gravuras, que são atribuídas a finalidades e artifícios diversos; desde povos vindos de outras longitudes continentais até alienígenas vindos do firmamento sideral. Segundo a arqueóloga Gabriela Martin, da Fundação Museu do Homem Americano – FUMDHAM*, estas propostas fantásticas que cercam o monumento gráfico do Ingá vêm afastando os pesquisadores acadêmicos. De fato, a Pedra do Ingá é um sítio rupestre historicamente marcado pelo sensacionalismo.

Decerto, há também estudiosos que querem atribuir estas inscrições às extintas etnias que ocuparam o território em tempos remotos. Mas a maioria busca tratar esse famoso monumento rupestre como uma ocorrência alienígena sem contexto e envolto pelo halo romântico do mistério. Isto talvez devido à sedução do fantástico ou porque são poucos aqueles que conhecem outras inscrições que se identificam com o Ingá. Assim, tais argumentos sensacionais se cristalizam facilmente perante a falta de um diagnóstico científico definitivo: *“o vulgo se deixa sempre impressionar pelas aparências e pelos defeitos, e o vulgo é que faz o mundo”* (A expressão e de Maquiavel).



* FUMDHAM, ONG dirigida pela arqueóloga Niède Guidon que administra os 1.291 km² do Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí, em co-gestão com o Ibama e o Ministério da Cultura.

O território da Paraíba é rico em gravuras rupestres que são atribuídas às sociedades pré-históricas aborígenes. Situação que também se estende para o Nordeste do Brasil, e porque não dizer, para todas as amplitudes continentais. Fator que, por assim dizer, evidencia serem estes registros um fenômeno nativo e parte de um contexto sociocultural primitivo extinto. Assim, nossa proposta, embora sem ascetismo exacerbado com relação às demais teorias, pretende reexaminar diretrizes estruturalistas para estabelecer um paralelo funcional entre a Pedra do Ingá e inúmeras outras gravuras rupestres difundidas ordinariamente num longo raio do território paraibano. Portanto, paradoxalmente aos tantos que já trabalharam a Pedra Lavrada do Bacamarte*, nossa proposta de estudo, de maneira até um tanto que apática, apenas verá neste monumento rupestre um elemento de uma estrutura cultural primitiva. Belíssimo é claro, mas nada surpreendente ou extraordinário. Uma vez que temos um prolífero somatório registrado de gravuras rupestres fac-símiles às do Ingá, reunido em anos de pesquisas de campo no interior da Paraíba.

A Pedra do Ingá atrai para si todas as atenções e há conjecturas caricatas sobre esta ocorrência rupestre que beiram o fantástico. - como diria Ariano Suassuna: *“o sonho é mais poderoso do que o real”* - Todavia, não pretendemos agir como Ulisses, que impediu seus companheiros de ouvir o canto das sereias, nem tampouco é nosso propósito ser acerbo ou desdenho com estas propostas que fogem a ortodoxia científica. Muito pelo contrário. Na condição de historiógrafo temos o desígnio de apresentar e valorizar cada ponto de vista, cada estudioso. Pois, como bem expôs o historiador Luciano Aires: *“a história foi e é feita por todos que trabalham com inteligência para a construção da sociedade”*.

Incontestavelmente, este conjunto rupestre é um testemunho arqueológico que remonta sociedades antiquíssimas, mas, sem dúvidas, só é hoje um dos mais intrigantes enigmas da arqueologia devido aos estudiosos e, sobretudo, às inúmeras conjecturas, sensacionalistas ou edificantes, que já lhe foram atribuídas.

* O riacho Bacamarte recebeu esta denominação porque em fins do século XVIII foi encontrado um bacamarte em sua margem, próximo onde hoje se encontra a cidade de Riachão do Bacamarte. Este tipo de arma, de grosso calibre e boca alargada, foi muito utilizada entre meados do século XVIII e início do XIX pelos bandeirantes. O bacamarte, arma que espalhava cargas de chumbo grosso, era muito pesada, chegando a pesar mais de 15 quilos, e por isso difícil de transportar nas matas fechadas, assim, era comum um viajante ferido ou cansado abandonar ou esconder a arma para resgate posterior. Sendo este riacho à época um acesso ao arraial de Campina Grande, e o local de Riachão ser exatamente no ponto onde se inicia a subida do Planalto da Borborema, não seria absurdo supor que esta arma tenha sido ali escondida entre as ramas para aliviar o peso da escalada.

1-A Pedra do Ingá

O conjunto de inscrição parietal do Ingá ocupa uma área aproximada de 250m², sobre uma massa gnáissica soerguida em meio ao curso do riacho Bacamarte, com painéis de inscrições gravados na superfície, ora do lajedo, ora em blocos soltos, dando um toque humano àquela paisagem agreste.

O afloramento metamórfico se apresenta como obstáculo para o riacho. No entanto, oferece uma oportunidade de travessia em meio a uma abertura de aproximadamente 7 metros de largura, por onde o riacho segue emparedado. Este corredor pétreo,



que se estende por 15 metros, é formado por paredes a prumo e inúmeros caldeirões que foram caprichosamente brocados pelo efeito turbilhonar da correnteza e o material dos enxurros. O que lhe dá um curioso aspecto de exíguo boqueirão ruiforme (fotoa acima).

Ao final do corredor, por onde o Bacamarte segue em tumultuosa corredeira, forma-se uma depressão pouco profunda de leito fluvial, em forma de enseada, abrandando o itinerário seguinte do riacho, que dali segue em regato, sereno e serpeante, por entre profunda ribanceira recortada no sedimento pelas periódicas e impetuosas torrentes de inverno.

Durante o período torrencial a violência do riacho invade transbordante por parte do afloramento, buscando maior capacidade de fluência, e no verão este tributário é relativamente seco. Contudo, o interior dos caldeirões e o poção reservam águas estagnadas até próximo ao novo ciclo pluviátil.



Um equívoco, ou mal-entendido, que há muito vem sendo reproduzido sobre a Pedra do Ingá é descrevê-la como: “*um bloco de pedra que divide o rio em dois braços*”. Na verdade, as inscrições do Ingá não estão sobre a superfície de um bloco e sim numa fachada a prumo que é corpo integrante de relevo do afloramento (foto acima). Tampouco é verossímil que ele divide o tributário em dois braços; o curso do Bacamarte é bem definido, atravessando em meio ao corredor do qual já tratamos. Todavia, durante as efêmeras torrentes, o curso natural do riacho não suporta o volume caudal e forma uma bifurcação, canalizando o excesso para o lajedo, margeando a fachada do painel Vertical por sobre uma calha pétrea que ali se forma. A propósito, o Bacamarte não é um rio, mas um dreno transitório que canaliza enxurros para o rio Paraíba. Embora seja possível que no passado algumas nascentes, hoje extintas, perenizassem esse riacho*.

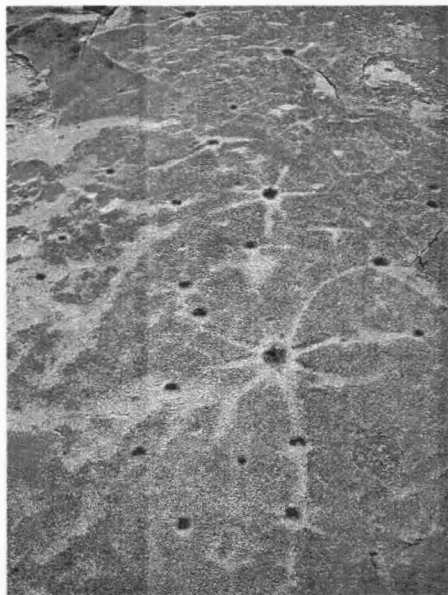
Para muitos o sítio arqueológico Pedra do Ingá é apenas o grande paredão gnáissico em meio ao afloramento rochoso do Bacamarte, primoroso pela sua profusão, capricho e complexidade gráfica. Entretanto, como já adiantamos no preâmbulo, toda a área pedregosa desta porção do riacho apresenta vestígios de ação parietal, e nosso levantamento aponta 20 painéis distintos:

* Domingos Monteiro da Rocha informa, num documento oficial datado de 1757, que na capitania de Taypu, um riacho chamado Curimataú nascia no lugar Pedra Lavrada ao pé de umas serras.

O Painel Vertical do Ingá decora o opulento paredão, de eixo longitudinal, elevado proeminente em meio ao outeiro estendendo-se no sentido leste-oeste por 46m, como um corte em degrau do plano superior, erguido sobre um declive da plataforma seguinte do plano sólido. Curvilíneo, vai crescendo em estatura até atingir 3,8m, de onde segue se extenuando até se igualar ao relevo do lajedo. Seu painel gráfico,



direcionado para o noroeste sobre a parede a prumo do degrau, ocupa 15m de extensão por 2,3m de altura. É o mais famoso, vivaz e magnificante do conjunto parietal, cuja maior parte dos registros está abaixo de uma linha filiforme horizontal de 114 incisões capsulares. As inscrições apresentam-se esmeras, com diversos sinais ambíguos, compondo um complexo e surpreendente conjunto rupestre de sulcos largos, profundos e muito bem polidos. Sua imponência harmoniosa e expressiva é tamanha que se o historiador grego Heródoto o tivesse visto, possivelmente, o incluiria entre as Maravilhas do Mundo Antigo.



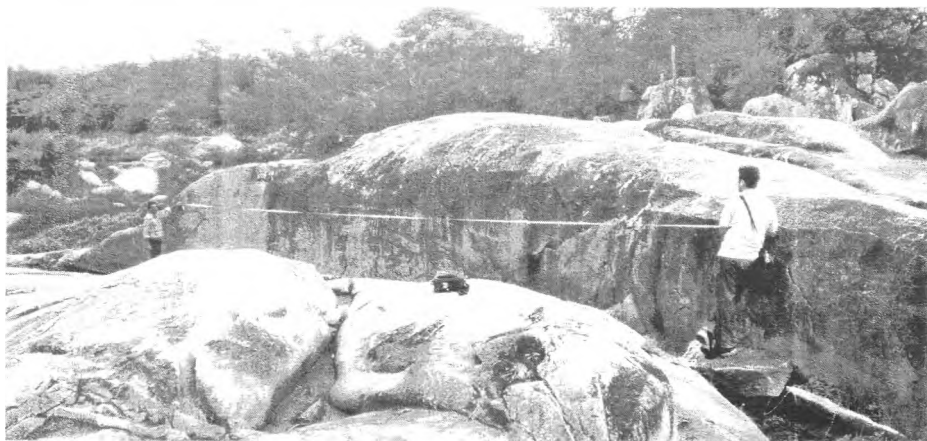
Abaixo deste painel, sobre o piso íngreme e liso do lajedo, encontra-se o Painel Inferior ocupando área quadrada de aproximadamente 2,5m². Sua composição faz lembrar uma organização estelar evocando a beleza do firmamento. Além destas formas estelares e capsulares desordenados, este painel ainda apresenta um conjunto de quatro setas em fileira no sentido decrescente - ao modo das divisas de um terceiro sargento - um desenho serpenteforme, retângulos quadriculados e uma fileira de 23 capsulares encimada por dois símbolos de difícil classificação comparativa. Muitos querem crer que ali

se encontre registrada a constelação de Órion, embora possa somente querer representar as estrelas, para onde iriam as almas dos entes mortos.

Logo acima do Painel Vertical, na plataforma ascendente do outeiro, está o Painel Superior, decorando uma área de 3,7m² no dorso convexo do monumento. Este, onde a pedra é revestida de resíduos orgânicos, apresenta poucos símbolos dispersos, em grandes proporções, e capsulares filiformes.

Os registros gráficos destes três painéis, que perfazem o “conjunto principal”, foram se apresentam muito bem polidos no interior dos sulcos e, por exibir maior requinte técnico e estilístico, estão bem circuns-critos e geralmente é objeto de segregação nos diversos trabalhos sobre a Pedra do Ingá. No entanto, nas adjacências deste conjunto principal existem outras inscrições incônditas que são marginalizadas por não se apresentarem tão nítidas, conjuntas e bem elaboradas como as que do monumento protagonista. Estes, que são em número de dezessete, foram exaustivamente estudados pelo jovem pesquisador Thomas Bruno Oliveira, que as denominou de inscrições marginais

As inscrições marginais se apresentam ora picotadas, ora polidas e também apenas raspadas. Estão à revelia nas áreas circundantes do conjunto principal e compõem pequenos painéis no piso lajado, no interior côncavo de alguns caldeirões nas paredes norte e noutras rochas que formam a parede sul do corredor, em pedras soltas no leito do riacho e em afloramentos pouco abaixo do conjunto rupestres que formam ilhas no Bacamarte.





Painel Superior

Painel Vertical

Painel Inferior

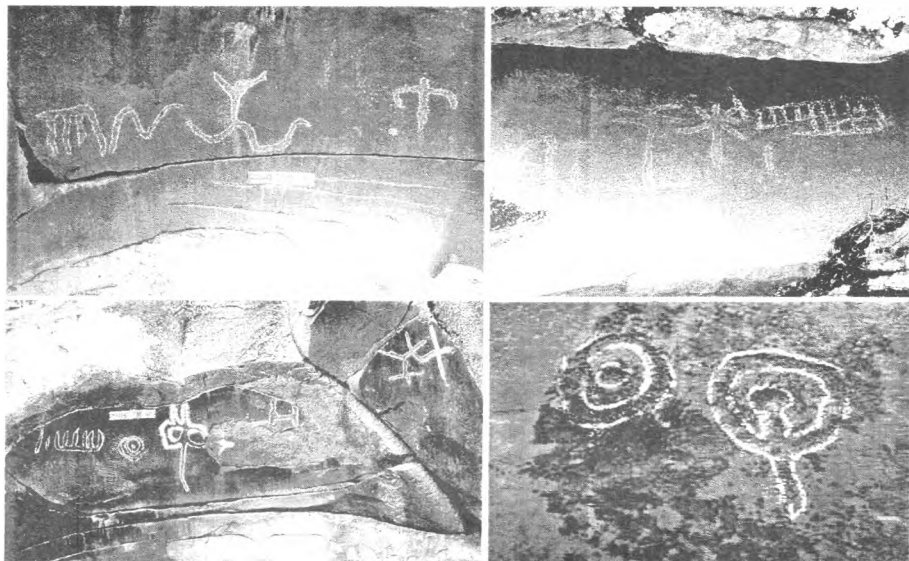
Escala

1m

Handwritten signature

Não se sabe por que estas inscrições anexas que circundam o conjunto principal do Ingá não se harmonizam na técnica nem na composição plástica. Contudo, devem receber o mesmo interesse científico e serem avaliadas por exame somático. Pois, tanto podem ser uma intrusão canhestra ulterior de outra cultura de gravadores, - assim como os romanos que se deixaram seduzir pela cultura pan-helênica - quanto os primeiros registros a serem gravados e depois imitados e aprimorados pelos artífices do magistral conjunto principal. Também é possível que todo o conjunto seja contemporâneo de uma mesma manifestação, e se assim for, supomos que os gravadores passaram mais tempo no esmero labor do painel Vertical, que seria, portanto, o centro de interesse e deveria concentrar o sentido primordial da obra, sendo as inscrições marginais secundários complementos que afluíam para reforçar a idéia central.

Sem dúvidas há um significado para este fenômeno. A propósito, nossos estudos indicam que a presença de inscrições canhestras circundantes de um

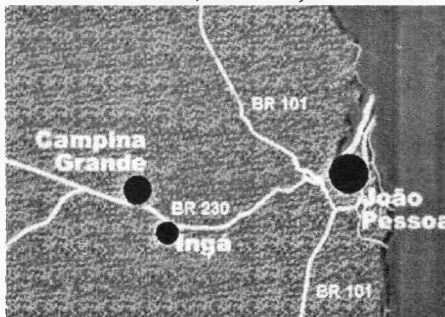


conjunto mais elaborado também acontece em outras ocorrências de gravuras rupestres de cursos fluviais na Paraíba. O que pode indicar uma singularidade de propósito e não um eventual processo transitório inacabado. Todavia, essa visível discrepância técnica em uma mesma área rupestre é uma questão de difícil solução e, portanto, mais um dos mistérios latentes que cerca o complexo do Ingá e que precisa ser observado com atenção.

1.1- O turismo na Pedra do Ingá

A Paraíba é um pequeno estado no nordeste do Brasil e o município de Ingá, onde se encontra a célebre Pedra do Ingá, é uma área agreste de 197 km² que se estende na base da escarpa oriental do Planalto da Borborema. De clima quente e sub-úmido, onde as temperaturas variam entre 22° C e 35°C, a insolação é intensa. Todavia, a localidade de Pedra Lavrada é agradável e pitoresca.

Para conhecer a Pedra do Ingá, o visitante decerto não encontrará dificuldades. Este célebre sítio arqueológico dista apenas 87km da capital paraibana, e todo o percurso é feito por rodovias asfaltadas. Partindo de João Pessoa, através da BR 230, na altura do km 118 se toma uma estrada estadual, à esquerda (PB 095), cuja sinalização aponta como via de acesso para a cidade de Ingá, que está a 5,5km dali. A cidade do Ingá é um pequeno núcleo urbano, nas coordenadas 7° 17' 26" de latitude e 35° 36'31" de longitude, com cerca de 18 mil habitantes, que ainda exhibe inúmeros registros arquitetônicos de sua história.



Cruzando a cidadezinha, o visitante toma a estrada de acesso ao município de Itabaiana, asfaltada, dirigindo-se para leste por mais 3km até onde, logo após o cruzamento da malha ferroviária, a estrada bifurca; dali, segue a via à direita por mais 2,5km até encerrar a estrada, chegando à localidade de Pedra Lavrada, cujo nome vem de longas datas e se deve às inscrições da Pedra do Ingá.

A chegada é sinalizada por uma praça e um bar-restaurant, cercado por muro de blocos de concreto armado, onde o visitante encontra estacionamento. Obrigatoriamente, tem-se que passar pelo estabelecimento comercial e convém apresentar-se ao anfitrião do bar, Sr. Renato Alves da Silva, que lhe apresenta o livro de assinaturas de visitantes e se dispõe à utilidade de guia até o conjunto rupestre, que se encontra a apenas 50m nos fundos do referido prédio de apoio.

O visitante também poderá conhecer o Museu de História Natural, que foi construído em 1995, sob a coordenação da historiadora Mali Trevas através de um convênio entre a Prefeitura Municipal do Ingá, a Fundação Casa de José Américo (FCJA) e a Empresa Paraibana de Turismo (PBTur), onde poderá ver inúmeras relíquias do passado pré-histórico da região.

Como se pode notar existe uma estrutura mínima de atendimento ao visitante. Entretanto, turistas e pesquisadores são ocasionais. A maioria dos frequentadores da Pedra do Ingá são banhistas e moradores das localidades próximas,

que se reúnem no bar li instalado, geralmente nos fins de semana, para lazer e usufruto da paradisíaca e úmida paisagística ribeira, com total desdenho ao conjunto rupestre; como bem observou a acadêmica Anna Pontes: *“Sua situação é paradoxal: por um lado, a comunidade local não vê senão como uma pedra localizada no rio, numa área de lazer tradicionalmente freqüentada por todos, por outro, as inscrições que existem nela são bastante apreciadas por curiosos e acadêmicos”*.

A primeira investida no sentido de se tentar estabelecer um vínculo entre o atrativo rupestre do riacho Bacamarte e a exploração turística na região se deu em 1977, quando chegou à cidade de Ingá o pesquisador de história cultural Reynaldo Jônatas La Banca (foto ao lado), passando meses em pesquisas nos arquivos municipais, na Pedra do Ingá e noutras inscrições rupestres da região. As pesquisas de La Banca receberam apoio da Prefeitura de Ingá, através do prefeito José Claudino da Silva e culminaram na realização de um curso de recepcionista para a Pedra do Ingá, através do SENAC, da PBTur e da Prefeitura local, dirigido à população da cidade*. Neste curso foi distribuída entre os participantes uma apostila com os resultados das pesquisas de La Banca. Não sabemos se o “Labanquinha”, como ficou conhecido este pesquisador entre os moradores de Ingá, teve alguma influência, mas data também de 1977 o reconhecimento da Pedra do Ingá como de utilidade pública, pelo Decreto Lei nº 7-338 do IPHAN.

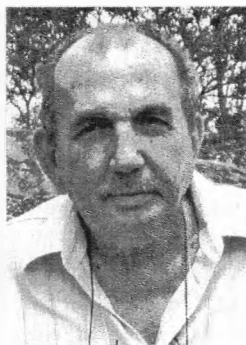
No entanto, a Pedra do Ingá só começou a receber infra-estrutura como potencial turístico a partir de meados da década de 1980, quando se iniciou a construção do prédio de apoio próximo à Pedra e a cobertura asfáltica da via de acesso entre a cidade de Ingá e o sítio Pedra Lavrada. Ações da gestão do então governador Wilson Braga e do prefeito de Ingá, Paulo Cândido da Silva (foto ao lado).

Contudo, a obra ficou incompleta e em abandono, até quando Antônio de Miranda Burity passou a administrar a prefeitura do Ingá e, com apoio do então governador Tarcísio Burity, concluiu a obra de infra-estrutura para a exploração turística. Instalou o Sr. Renato Alves como vigilante do lugar

* La Banca, segundo parece, era andarilho e apareceu do nada em Ingá. Nossas pesquisas indicam que ele também realizou pesquisas no município de Oeiras-PI nos anos 70. Este pesquisador foi pioneiro em Ingá realizando curso de conscientização e turismo a partir das inscrições da Pedra. Ação que só viria a se repetir duas décadas depois através da historiadora Mali Trevas.

e elaborou o marketing para identificar o município como cidade turística das Itacoatiaras: como afirma o historiador ingaense Alexandre Ferreira, *“a partir daí a Pedra não mais seria chamada de Pedra Lavrada, como tradicionalmente era conhecida, passando a ser chamada com o nome intelectualizado de Itacoatiara”*.

Em três gestões municipais (1989-1993/ 2001-2004/ 2005/2008), Antônio Burity (foto ao lado) trabalhou intensamente para consolidar aquele magnífico monumento rupestre como *layout* de atrativo turístico para a cidade do Ingá. No intervalo entre as gestões deste governante se deu a administração municipal de José



Iremar da Silva (foto ao lado), entre 1993 e 1996, quando foram contratados os serviços da historiadora Mali Trevas e se deu a organização do Museu de História Natural do Ingá, instalado no prédio de apoio.



A terceira gestão de Antônio Burity à frente da prefeitura de Ingá começou proibindo a venda de bebidas alcoólicas nas proximidades da Pedra e a implantação de dois vigilantes para se fazer cumprir a determinação. Também era objetivo deste prefeito criar o Parque Estadual da Pedra do Ingá, com infra-estrutura para visitas turísticas, chegando até a conseguir junto ao Ministério de

Turismo uma verba superior a 1 milhão de reais para a implantação do projeto. Para tal, Burity ainda conseguiu com o então governador do Estado, Cássio Cunha Lima, o decreto de desapropriação das áreas rurais nas proximidades da Pedra do Ingá. A estrutura previa uma área desapropriada de 40 hectares para realizar a demolição e distanciamento do prédio de apoio, a construção de um centro com auditório, biblioteca temática e museu, sinalização educativa e passarela de acesso às inscrições. O projeto também previa o desvio parcial do Bacamarte, através de uma barragem de nível, para apagar suas violentas cheias. Todavia, até o final desta gestão municipal, as desapropriações não foram efetivadas na prática e a verba voltou para sua origem.

A partir de 2009, o novo prefeito de Ingá Luiz Carlos Monteiro da Silva, o Lula (foto ao lado), também vem demonstrando interesse na estruturação turística da cidade a partir do atrativo rupestre do Bacamarte e para tanto vem se esforçando em reaver a verba e dar andamento ao projeto iniciado na gestão anterior.



1.2- Estado de conservação.

Embora de natureza periódica, o riacho Bacamarte passou a divagar artificialmente também no verão, devido o depósito de esgotamentos de dejeções das cidades de Riachão do Bacamarte e Ingá. Durante o inverno, em decorrência das precipitações fluviais, suas águas passam na frente do conjunto principal submergindo parte das inscrições pré-históricas. Acrescidas de impurezas excrementícias, as águas do riacho apresentam um alto nível de acidez e, junto ao material aluvial em tumultuoso atrito com a superfície rochosa, acelera o processo de deterioração dos registros rupestres. No ano de 2004, a cheia do riacho foi tamanha que a Pedra ficou totalmente submersa, nas barrentas e revoltas torrentes daquele inverno (foto abaixo).



O desmatamento ciliar – pelo desbaste do machado, como diria Leon Clerot – é outro infortúnio digno de nota. Pois, a falta de sombra impõe à Pedra do Ingá um permanente processo natural de esfolheamento em decorrência dos choques térmicos resultantes da ação do aquecimento equatorial diurno e da queda brusca de temperatura à noite. Este processo contínuo tende a contrair e dilatar a pedra, provocando a perda gradativa de suas camadas superiores, levando consigo os registros gravados no suporte rochoso.

Manuel Gonzales Morales, catedrático de pré-história da universidade espanhola de Cantábria, em 1994 denunciava que na Pedra do Ingá, nos últimos

anos, a descamação vinha ocorrendo de maneira acelerada, fato que poderia estar associado aos abalos sísmicos no ato das pisadas constantes sobre o lajedo.

Outro fator que muito vem deteriorando o conjunto gráfico é a ação vandálica.

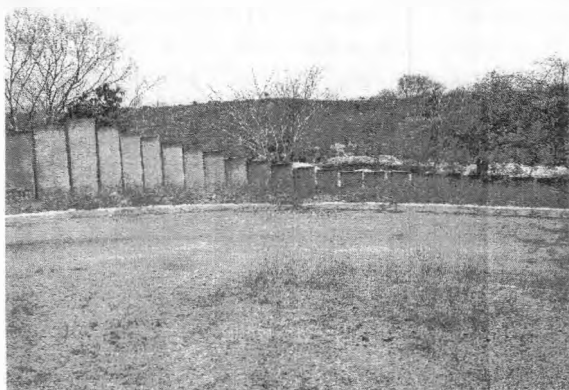
Em 1945, o pesquisador José Anthero Pereira Jr. foi informado, por um morador das cercanias, que uma pessoa munida de martelo tirara fragmentos do rochedo na parte insculpida.

Em 1976 O Jornal do Brasil, em sua edição de 23 de março, publica a matéria: “O Mistério e o Abandono da Pedra Lavrada do Ingá”, onde consta uma foto do monumento lítico e uma crítica aos diversos nomes próprios arranhados na fachada da Pedra pelos turistas e

vândalos(foto acima). Estes, por serem fricções superficiais, foram facilmente removidos em 1996, durante uma limpeza com escova de nylon sobre a superfície do monumento feita no intento de retirar os microorganismos da pedra para o meticuloso processo de moldagem das gravuras que fora executada naquela oportunidade, assunto que trataremos mais adiante.



Foto de 1976. (ALEMANY, 1986)



Literalmente, a Pedra do Ingá há muito vem sendo alvo de depredação: Pois consta que vândalos praticavam tiro ao alvo utilizando-se dos motivos gravados como meta dos projéteis. O que ocasionou, em 1999, na construção de um muro de concreto cercando a área - obra do Governo do Estado sob a supervisão do IPHAN - para controlar o acesso público (foto ao lado).

Outro tipo de depredação antrópica largamente registrada no conjunto do Ingá se dá em virtudes de lendas relacionadas à existência de ouro no interior das pedras, que aguça a cobiça de muitos. Segundo apurou um grupo de pesquisadores, composto por Francisco Octávio da Silva Bezerra, Lectácio Tenório Guedes Filho e Antônio Guedes Alcoforado, que em 28 de julho de 1959 visitaram a Pedra do Ingá recolhendo lendas entre os locais sobre o monumento arqueológico, algumas pedras ao redor do conjunto principal do Ingá foram destruídas a marretadas com o



objetivo da procura de ouro. Dizia-se que no interior das pedras existia uma estátua de ouro, em tamanho natural, de uma santa e de um galo, além de grande quantidade de moedas. Também, em 07 de setembro de 1961, os pesquisadores da IAB Francisco Otávio da Silva Bezerra e Alfredo Medeiros Falcão gravaram em fita magnética uma lenda, que foi narrada pelo advogado e político ingaense Sr. Rômulo Romero Rangel (foto), que ouvira desde sua infância, onde diz que uma passagem encantada dá acesso ao interior da Pedra e, em suas entranhas, existe um tesouro oculto. É curioso como o imaginário popular sertanejo transformou em senso coletivo a crença de que pedras guardam tesouros encantados.*

Seguramente, a Pedra do Ingá já perdeu muito dos primitivos sinais e tantos outros perderam espessura e apresentam tão somente resquícios. Uma reprodução do painel realizada pelo museólogo Balduino Lélis há mais de 15 anos, por encomenda do Banco do Estado da Paraíba, exibe representações que hoje não mais figuram no painel. José Anthero Pereira Jr., quando de sua visita ao Ingá, em fevereiro de 1945, recolheu informes entre pessoas nascidas e criadas naquela região, que há trinta anos passados muitos outros sinais figuravam no rochedo, que era então quase totalmente insculpido na sua face vertical. Há informes também, do professor Clóvis Lima dos Santos, que até a década de 1950 o conjunto de pedras com inscrições rupestres era bem maior, ocupando área de 1.200m², mas, infelizmente, segundo o engenheiro Leon Clerot, que durante décadas desenvolveu pesquisas na Paraíba, em 1953 surpreendeu operários destruindo o pedregal e os blocos das margens do riacho estavam sendo reduzidos a rachões e paralelepípedos para a pavimentação das ruas da Capital**. Embora tardia, a ação foi sustada pela Prefeitura do Município e pelo IPHAN, depois de denúncia formulada pela Sociedade Paraibana de História Natural.

* Variantes dessa lenda ocorrem por todo o território rural da Paraíba, sempre se relacionando às pedras onde existem inscrições rupestres e, pela força da tradição, são propagadas até por pessoas esclarecidas como fossem reais.

** Segundo fomos informados, as pedras retiradas do conjunto do Ingá foram destinadas ao calçamento da Avenida Epitácio Pessoa, na cidade de João Pessoa.

É possível também que os sulcos do Ingá, originalmente, foram preenchidos com uma tinta a base de óxido de ferro e, este pigmento, menos resistente às forças fluviais, principalmente em parede lisa, talvez tenha esvaído com o passar dos séculos. O pesquisador Luís Galdino, membro da Escola Superior de Ciências e especialista em História da Arte, registrou em uma de suas viagens à Paraíba,* que a Pedra do Ingá apresentava resquícios de pintura no interior dos baixo-relevos. Hoje isso não mais se verifica. Contudo, há uns poucos sinais representados em tinta vermelha, à base de extrato de óxido de ferro, na parte central-inferior do painel vertical sugerindo que os autores das gravuras do Ingá também se utilizavam deste pigmento em suas manifestações gráficas.

Apesar de tantos alertas, ainda hoje ações de vandalismo ocorrem na Pedra do Ingá. Em fins de 2008 uma equipe da Sociedade Paraibana de Arqueologia encontrou sinais de depredação antrópica na fachada da Pedra, entre arranhões e golpes, e na oportunidade a entidade acionou a mídia local e entrou com denúncia junto ao Ministério Público, sem que fossem descobertos os autores do delito.

Infelizmente, apesar da permanência diurna dos “guardiões da Pedra”; Seu Renato e dona Cecília Alves (foto abaixo), um casal que há décadas administram o bar-restaurant próximo, vende apetrechos relacionados à Pedra do Ingá e, com zelo, cuida de orientar e controlar os visitantes, durante à noite este sítio arqueológico fica completamente desguarnecido contra tentativas de subtrações criminosas e sacrílegas de vândalos. Pois, a Pedra do Ingá, com todos seus privilégios de celebridade também está sujeita, por consequência, a todos os infortúnios.



* O pesquisador Luís Galdino, que também é sócio correspondente da Sociedade Paraibana de Arqueologia, visitou a Paraíba estudando inscrições rupestres nos anos de 1970, 1974, 1986 e 1997.

1.3. Medidas de preservação.

Como se pode observar, o conjunto rupestre do Ingá não corresponde hoje ao que foi quando feito no longínquo passado ignoto. A cada dia este importante documento arqueológico vem se desgastando por meios naturais e antrópicos e, como o personagem Ivan Illich do escritor russo León Tolstoi, caminha agonizante para o fim. Por isso, urge que algo seja feito pela salvaguarda deste patrimônio da humanidade que cada vez mais inspira cuidados.

Nossa sugestão seria um reflorestamento da área para amenizar o processo de compressão e dilatação do rochedo, todavia, este empreendimento compete aos órgãos públicos, pois exige um desvio parcial do curso do Bacamarte. Há alguns anos o professor Juvandi de Souza Santos, da Universidade Estadual da Paraíba, em conjunto com uma equipe de escoteiros mirins, plantou diversas mudas de árvores nativas forcejando recompor a mata ciliar do riacho nas proximidades da Pedra do Ingá, mas, infelizmente, muitas destas foram varridas pela força das fortes enxurradas de 2004, que também varreram uma proteção de obediência que cercava os painéis da Pedra do Ingá limitando o acesso dos visitantes.

Seria também importante a construção de uma passarela de acesso por sobre o lajedo, para evitar o contato direto dos visitantes. Todavia, embora possa parecer reacionário, esta iniciativa incorre o risco de poluir visualmente o conjunto rupestre, furtando-lhe a espontaneidade natural. Pois, como ainda diria Tolstoi: *“é a sua aldeia que lhe dá o poder universal”*.

O riacho do Bacamarte é um afluente da margem esquerda do rio Paraíba, com aproximadamente 60km de curso, cuja vanguarda parte do bairro de Nova Brasília, na cidade de Campina Grande, e corre no sentido noroeste-sudeste derivando para o Paraíba, que o recepta na localidade Dois Riachos, no município de Mogeiro. Toda a extensão do Riacho, nos enxurros transitórios, corre de forma violenta deixando marcas proeminentes em seu leito. Isso porque sua cabeceira encontra-se no alto do Planalto da Borborema e o curso se dá por uma de suas vertente das mais suaves, logo uma das mais longas. Assim, ele não forma cachoeiras que poderiam ir amortecendo sua descida fugaz.

Vencida a brusca diferença altimétrica, o Bacamarte se encaixa na calha do rio Paraíba, que lhe força uma nova descida a flux até a desembocadura. O Conjunto do Ingá, localizado em seu médio curso, fica parcialmente submerso neste período e susceptível aos choques de material aluvial trazido pelas torrentes do Bacamarte.

Um desvio parcial do Riacho pouco antes do sítio arqueológico, poderia resolver em parte os principais infortúnios em que a Pedra está submetida. A arborização, recompondo a mata ciliar com árvores nativas, também seria uma ação de grande valia, uma vez que traria sombra para a Pedra, reduziria o assoreamento do riacho e suas raízes filtrariam parte das impurezas das águas do Bacamarte.

Um outro meio importante de preservação é o registro documental das inscrições incisas e as particularidades de seu entorno. Trabalho que vem sendo desempenhado com louvor pelos muitos e diversos pesquisadores ocasionais que, ao longo dos anos, vem se detendo na Pedra do Ingá. Até moldes deste monumento já foram realizados.

1.4 - Moldagens dos registros.

Quem primeiro sugeriu uma moldagem da Pedra do Ingá foi o engenheiro José Anthero Pereira Júnior, projeto que tentou realizar em 1958, entretanto, faltaram verbas para tal. Consta que, no início da década de 1960, uma equipe do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB)*, composta por Leon Clerot, Balduino Lélis, Alfredo Coutinho de Medeiros Falcão e Francisco Otávio da Silva Bezerra, com apoio do Governo do Estado, realizou uma moldagem em gesso das inscrições do Ingá**. Operação que décadas depois foi repetida pelo museólogo Balduino Lélis.



Foto: da esq. para a dir.: Alfredo Coutinho Falcão, Francisco Octávio da Silva Bezerra, Claro Calazan (presidente da IAB), Pedro Godim (governador da Paraíba), Leon Clerot e Balduino Lélis. 1961

* IAB, Entidade particular Fundada em 29 de abril de 1961 presidida por Claro Calazans, sem fins lucrativos, criado exclusivamente para pesquisa arqueológica no Brasil. Sua primeira expedição ocorreu no mesmo ano e veio à Paraíba estudar a Pedra do Ingá, sob convite e expensas do pesquisador paraibano Balduino Lélis. Na ocasião foi criada uma facção paraibana do Instituto.

** Esta moldagem foi notificada no jornal Diário da Borborema, edição de 22/jul/1961. À época, o prefeito de Ingá, Pedro de Carvalho, também deu apoio à equipe.

Contudo, o trabalho de moldagem mais moderno e eficiente da superfície gravada do Ingá foi desenvolvido em março de 1996, por uma equipe de especialistas das universidades de Lyon (França) e Federal de Pernambuco, além do apoio do Departamento de Física da UFPB, do então campus de Campina Grande. Os trabalhos foram coordenados pelo arqueólogo francês Abel Priner, do Centro Nacional de Pesquisas Científicas da França, visando confeccionar um molde negativo através de um composto de silicone para uma produção em série do painel. Os trabalhos foram desenvolvidos por 12 bolsistas do mestrado em Pré-história da UFPE e técnicos diversos.

Depois desta moldagem a Pedra do Ingá passou a apresentar uma coloração diferente na área que foi limpa e, por anos, não mais permitiu que líquens se alojassem. Isso popularizou a idéia, entre os alarmistas, de que teria sido aplicado um produto químico na Pedra durante os trabalhos de moldagem, e o mesmo seria responsável pela sua acelerada degeneração. Contudo, segundo nos relatou um dos envolvidos no projeto, o único produto que teve contato direto com a superfície rochosa foi uma demão de vaselina. Sobre a qual foram aplicadas com pincel algumas camadas de silicone que, ao secar, meticulosamente foi retirado o produto já em forma de molde negativo dos relevos.

A partir deste estereótipo, inúmeras réplicas foram feitas em laboratório com um composto de fibra de vidro (foto) e distribuídas entre algumas instituições. A esmo, é de nosso conhecimento que na Paraíba existem réplicas de partes do painel nos museus de Ingá e Boqueirão, outras duas pequenas réplicas é acervo do Museu de História Natural da UEPB e uma outra cópia decora o Departamento de História e Geografia da UFCG. A réplica mais completa está na Estação Ciência da Paraíba, da Fundação Padre Ibiapina, que funciona no Espaço Cultural José Lins do Rego, em João Pessoa, e segundo nos comunicou informalmente a arqueóloga Gabriela Martin, esta cópia foi exibida no Rio, São Paulo e Brasília e se as autoridades na época tivessem guardado adequadamente o negativo de silicone hoje seria possível repetir a cópia quantas vezes fosse preciso.



2- Como foram feitas as inscrições do Ingá?

Devido a sua exorbitante complexidade e dilatada antiguidade, não é tarefa simples decodificar o âmago de seus motivos ou precisar sobre como as inscrições foram entalhadas. Até porque, seus executores há muito desapareceram sem deixar pistas tangíveis de seus procedimentos técnicos. Restando-nos apenas a perigosa condição de especuladores deste contexto extinto.

Com honestidade, pouco se pode aventar sobre como foram feitos estes registros incógnitos. É certo que foram burilados na pedra em períodos de estiagem, a julgar pela submersão dos gráficos no inverno.

Para José Anthero Pereira Jr. os sinais do Ingá foram cavados e polidos com instrumentos de pedra, de ponta levemente arredondada, forçosamente acionados num sentido linear e outros pela rotação desse mesmo instrumento. Quanto às inscrições adjacentes ao conjunto principal, segundo o pesquisador, estas foram feitas pela seqüência de pequenos furos muito juntos. Este pesquisador também acredita que os entalhes foram pintados depois de polidos para servir de película protetora das intempéries, cuja tinta teria desaparecido de todo com o decorrer dos séculos.

A primeira vista, parece que as gravuras só poderiam ter sido talhadas com ferramentas de metal. Já no início do decênio de 1950, o professor Clóvis dos Santos Lima (foto) anunciava que a Pedra do Ingá se localizava em zona onde é abundante o minério de ferro e, naturalmente, este seria o material empregado para cortar o gnaisse onde estão incisas as inscrições do Ingá*. A pesquisadora Mali Trevas, em 1996, também chegou a afirmar que os autores destas inscrições teriam levado entre 20 e 50 anos, ininterruptamente, para esculpir e polir a pedra utilizando instrumentos metálicos**.

O jornalista Gilvan de Brito, autor da obra *“Viagem ao desconhecido: os segredos da Pedra do Ingá”*, também é adepto de que os registros ingaenses foram burilados com instrumentos metálicos, sendo obra de um povo inteiro, *“onde cada um ofereceu sua colaboração, rasgando na pedra a idéia inspiradamente rasbiçada pelo carvão do artista que a concebeu”*. Refutando as teorias do uso de



* A jazida de ferro fica à base da Serra Velha, recolhemos algumas amostras do material. Segundo dados de Coriolano de Medeiros, o engenheiro de minas Francisco Soares da Silva Retumba em fins do século XIX tentou organizar uma empresa para explorar a jazida de ferro magnético da região do Ingá, mas a sua morte prematura não o permitiu.

** Opinião publicada no jornal O Estado de São Paulo, edição de 14 de maio de 1996.

pedra sobre pedra, o jornalista alega que essa prática levaria à quebra das bordas dos sulcos. Todavia, métodos de arqueologia experimental demonstram que é perfeitamente possível gravar rochas com instrumental de pedra.

Pelo que sabemos, até que se prove contrário, os povos pré-cabralinos não conheciam a metalurgia, embora, seja digno de nota que a 50km ao norte da Pedra do Ingá, no município pernambucano de Bom Jardim, o arqueólogo francês Armand François Gaston Laroche (foto ao lado), na escavação de um cemitério indígena, encontrou peças de cobre fundidas a alta temperatura, partículas metálicas conglomeradas por fusão com areias vitrificadas e uma pepita virgem de cobre batida a martelo. Sobre os quais, curiosamente, não teceu maiores comentários.

Assinala-se também que os primeiros portugueses aportados no Brasil registraram entre os Tupinambá excelentes machados de cobre de procedência peruana. Segundo Lévi-Strauss, também foram encontrados outros objetos em metal, de origem andina, em muitas partes do Brasil, que podem representar contatos comerciais entre os *bárbaros* e as grandes civilizações dos Andes e da América Central. Contudo, o cobre foi o único metal até então registrado entre os ameríndios brasileiros e, diga-se de passagem, não demonstra ser suficientemente resistente para entalhar duras rochas.

O ufólogo Gilberto Santos, presidente do Centro Paraibano de Ufologia, acredita que os registros gráficos do Ingá foram feitos com uso de raio laser, por visitantes celestes há milhares de anos. Convenhamos que esta desconcertante especulação não se encaixa num padrão inteligível, porque seres dotados de tecnologia capaz de viagens intergalácticas não se ocupariam em gravar símbolos, com vistas à eternidade, em rudes pedras. Certamente, ali é obra de povos terrenos.

Para J. A. Fonseca (foto a esquerda), a Pedra do Ingá teria sido amolecida por meios químicos e as figuras que ali se acham impressas foram moldadas, da mesma forma como podemos ajustar um objeto sobre uma placa de argila úmida, deixando gravar seus contornos. Pois verificou que depressões produzidas por bolinhas de vidro pressionadas sobre

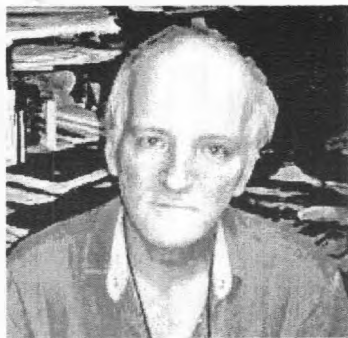


argila úmida apresentam resultado semelhante aos capsulares existentes no Ingá. Portanto, os registros teriam sido produzidos por intermédio de moldes pré-fabricados, impressos na pedra temporariamente amolecida por meios químicos. Segundo justifica, os incas possuíam uma fórmula que permitia o amolecimento da pedra, para trabalhá-los em seguida e moldando-os à sua vontade. O tratamento provinha de uma planta, que produzia uma espécie de sumo com o qual os artífices trabalhavam, fazendo com que a pedra tomasse consistência de barro. Idéia nitidamente derivada de Robert Charroux, que em seu “*Livro do misterioso desconhecido*”, de 1969, comenta sobre os incas conhecerem certa erva que tornava o granito maleável.



O pesquisador Francisco Carlos Pessoa Faria (foto ao lado), que por trinta anos estudou a Pedra do Ingá, sugere que os registros foram inicialmente feitos por pontos capsulares e, em seguida, esses pontos foram ligados em processo de polimento usando areia como abrasivo.

Já o pesquisador Gabrieli Baraldi (foto ao lado), dando rédeas à fantasia, imaginou um surreal e dantesco cenário para a confecção dos registros ingaenses. Onde as gravuras teriam sido lavradas entre 1374 e 1322 a.C. com molde aplicando alta pressão mecânica e térmica sobre a rocha a partir da lava quente de um vulcão, hoje extinto, canalizada artificialmente para este fim por sociedades proto-hititas americanas.



Leon Clerot, com base em arqueologia experimental, conjecturou que o trabalho foi feito com a utilização de pedaços de madeira, que eram constantemente molhados e mergulhados na areia para, em seguida, serem esfregados como lixa sobre a pedra até obter os sulcos.

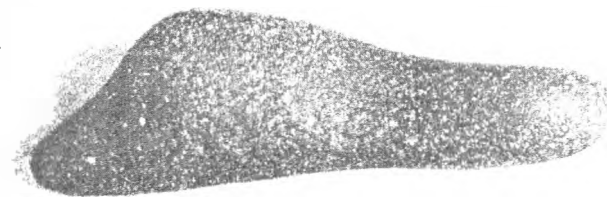
Para a arqueóloga Ruth Trindade de Almeida (foto ao lado), que desenvolveu um amplo levantamento das inscrições rupestres paraibanas durante toda a década de 70, a técnica utilizada para a elaboração dos registros do Ingá teria sido a percussão de pedra contra pedra e teria levado um tempo considerável para ser composta em sua totalidade.

A artista plástica Sheila Dias Farias, da Sociedade Paraibana de Arqueologia, defende que as inscrições do Ingá foram feitas por homens pré-históricos e sem o auxílio de instrumental metálico, que aliás desconheciam. Para a estudiosa, os artesãos do Ingá não escolheram rochas maleáveis para o intento porque esse manifesto parietal, de alguma forma, tinha caráter prático e não ornamental, por isso deveria ser duradouro. Assim, sulcaram profundamente o gnaíse com instrumentos líticos *tornando imperecível esta obra célebre de arte indígena.*

Já segundo as expectativas do coordenador do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB, arqueólogo Juvandi de Souza Santos (foto ao lado), as gravuras rupestres do Ingá foram feitas a partir de materiais diversos, desde rochas com maior grau de dureza do que o suporte até o uso de madeira e ossos. O polimento, ainda segundo o pesquisador, se dava com o uso conjunto de seixo, areia e água.



Particularmente, somos propensos à filiação das teorias onde o processo de gravar itacoatiaras se daria com a utilização de instrumental lítico. Todavia, consideramos juízo precipitado as suposições de que tenha exigido muita engenhosidade ou grande dispêndio do labor de nossos primitivos à execução dos registros rupestres do Ingá. Pois os diversos artefatos líticos em séries, confeccionados em rochas cristalinas com engenho balístico e perfeitamente polidos - verdadeiras obras-primas que são encontradas freqüentemente em toda a Paraíba* - são provas inequívocas que estes povos dominavam com destreza técnicas de talhar e polir duras rochas, dando a estas formas extraordinárias. Sabe-se que pequenas esculturas eram feitas em pedra pelos primitivos habitantes do Brasil e até furos milimétricos perfurando contas, modeladas em pedra, estes povos eram capazes de fazer. Na década de 1940, nas cercanias da Pedra do Ingá, o pesquisador José Anthero Pereira Júnior encontrou um desses artefatos (foto ao lado), em diorite, muito bem polido, cuja anatomia sugere ser um instrumento percutor.



* Estes artefatos são machados, pontas de projéteis, batedores, mãos de pilão e outros instrumentos líticos que a comunidade rural denomina de corisco e lhes atribui lendas.

Mais recentemente, o estudioso e artesão paraibano Dennis Mota (foto ao lado), na prática de arqueologia experimental, realizou muitos exemplares de gravuras rupestres em pequenos blocos de gnaiss recolhidos ao longo dos leitos dos riachos Surrão e Bacamarte. Utilizando percutores de seixo e areia e água para polir, com o avanço da prática, sem muito dispêndio de trabalho ou considerável tempo, conseguiu resultados semelhantes aos das gravuras rupestres.

Para nós, julgando a necessidade prática de todo um instrumental modelado em rochas, que exigia extrema precisão dos artesãos para atender às operações de uso, o manejo de talhar e polir pedras entre estes primitivos, decerto, foi uma prática cotidiana por milênios, na qual se tornaram mestres.



2.1- Não foram os fenícios

O reconhecimento de padrões estéticos alienígenas ao universo aborígene foi uma constante nos estudos da arqueologia do Brasil. Por isso, diversos pesquisadores, entre acadêmicos e autodidatas, andaram a estudar as enigmáticas gravuras do Ingá numa perspectiva tendente ao difusionismo*. Buscando, ávidos, engendrar em seus registros supostas mensagens de comunidades vindas da Europa, da Ásia, do Oriente Médio. Até mesmo povos vindos da lendária Atlântida e de um outro sistema planetário conjectura-se. Há quem veja formas silábicas e ideográficas, outros vêem dados astronômicos e há até aqueles, de linha freudiana, que defendem um suposto falocentrismo entre os sinais gravados no Ingá. No entanto, a versão que mais é propagada é a de que foram náufragos fenícios que teriam deixado esta mensagem insculpida na rocha, narrando uma epopéia, de ressonância homérica, em terras brasileiras.

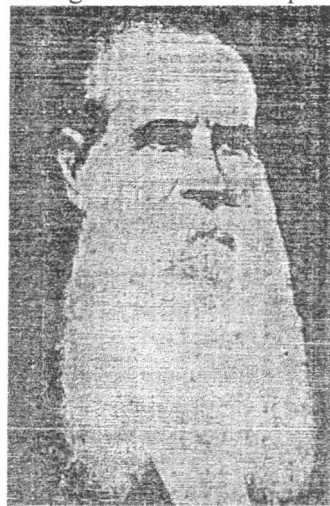
A pedra angular desta teoria é o relato do historiador romano Diodorus Siculus, que viveu no século 1 a.C., quando registra navegadores fenícios singrando o *Oceano Ocidental*** e tendo chegado a uma “*grande terra, fértil e de clima delicioso*”, por volta de 500 a.C. Conjetura-se que seja uma referência à América, contudo, é digno de nota que ainda não foi descoberta nenhuma evidência

* Difusionismo: Teoria arqueológica difundida a partir de fins do séc. XVIII, perdurando por todo o séc. XIX, que creditava a origem dos sítios e demais produtos da cultura material ameríndia às civilizações e lendas do Velho Mundo.

** Mar Ocidental foi o nome dado durante muito tempo ao Oceano Atlântico.

arqueológica que venha a confirmar a presença deste povo semítico no Novo Mundo. Com base neste documento, quem primeiro defendeu a presença de fenícios em terras brasileiras foi o Pe. Simão de Vasconcelos, ainda no século XVII. Sofisma que posteriormente atraiu muitos simpatizantes.

Em meados do século XIX, o padre Inácio Rolim (foto acima), professor de teologia, grego, latim e outros idiomas, fundador do Colégio de Cajazeiras no Sertão da Paraíba - que ficaria célebre em todo o Nordeste - também se deteve no estudo de gravuras rupestres e, com base no profundo conhecimento de línguas da Antiguidade, reconheceu numa dessas inscrições letras do alfabeto fenício. O naturalista Jacques Brunet (foto à esquerda) também reconheceu analogias entre os sinais presentes nas gravuras rupestres e os sinais fonéticos dos



fenícios. Contudo, quem mais ardentemente defendeu a presença dos fenícios no Brasil foi o pesquisador austríaco Ludwig Schwennhagen, - um perfeito Dom Quixote - que desenvolveu estudos no Brasil durante os primeiros decênios do século XX, também tendo pesquisado inscrições na Paraíba. Além de inúmeros artigos, O austríaco publicou um livro sob o título “A Antiga História do Brasil” (foto abaixo), que trata sobre as supostas viagens dos fenícios ao Brasil. Segundo suas conclusões: *“A maior parte dos letreiros brasileiros são escritos com letras do alfabeto fenício e da escrita demótica do Egito”*.

Todavia, não consta que esse pesquisador tenha conhecido a Pedra do Ingá, mas, com certeza, conheceu as inscrições da Pedra de Retumba, no município paraibano de Pedra Lavrada, a qual considerou uma placa autêntica de escrita demótica.

A origem da versão de que naufragos fenícios estiveram na Paraíba baseia-se em confusões de leituras e remonta o ano de 1872, quando uma carta anônima



chega ao Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro, trazendo informações de uma pedra na localidade de Pouso Alto, no vale do Paraíba, que continha caracteres misteriosos e que fora encontrada na fazenda de certo Joaquim Alves da Costa. A carta apócrifa veio acompanhada de um desenho onde figuravam linhas de uma escrita desconhecida que, segundo o relato, foram copiadas *in loco* pelo filho do fazendeiro.



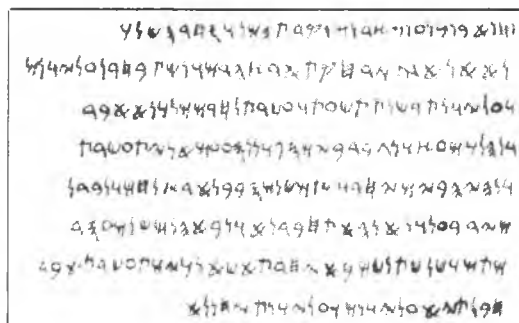
O então diretor do Museu Nacional, o arqueólogo Ladislau Netto (foto ao lado), acreditando tratar-se de inscrições fenícias, tratou de divulgar o achado. A notícia correu por diversos periódicos e atraiu a atenção de grandes autoridades. Posteriormente, descobriu-se tratar de uma fraude, até o próprio Ladislau Netto reconheceu o seu terrível equivoco. Tentou-se localizar a fazenda de Pouso Alto e o seu proprietário no vale do Paraíba do Sul, contudo descobriu-se que ambos não existiam.

Para o pesquisador de mitos fenícios no Brasil, Johnni Langer, essa fraude foi intencional e tinha por objetivo desmoralizar a Academia Imperial ou, ao contrário, glorificar algum de seus membros. Há até quem diga que o próprio Ladislau Netto teria forjado este engodo

procurando aventar origem na Antigüidade Clássica para o povo brasileiro, contudo, o embuste lhe custara à reputação.

Como a suposta inscrição fenícia não se encontrou ao longo do rio Paraíba do Sul e, pouco depois, os meios de comunicação divulgam uma cópia de inscrições encontradas pelo engenheiro de minas, Francisco Soares da Silva Retumba, no território da Paraíba (desenho ao lado), a identidade dos nomes confundiu e a





Pedra do Ingá, com a fama internacional adquirida depois dos primeiros estudos de Pereira Júnior, passou a figurar como a inscrição fenícia da Paraíba; embora o achado de Retumba tenha sido outra ocorrência rupestre, noutra unidade geográfica há muitos quilômetros de Ingá.

Em 1968, o cientista norte



americano Cyrus Gordon (foto ao lado), autoridade em línguas mortas da Universidade de Brandeis, num trabalho intitulado “The authenticity of the phoenician text of Parahyba”, atestou a origem fenícia das supostas inscrições de Pouso Alto (figura acima) e traduziu o texto como relato de comerciantes, a serviço do Rei de Sidon, que teriam se perdido durante uma tempestade na costa da África e aportado em terras estranhas. Na época da publicação desta tradução (1968) alguns jornais chegaram a atribuir a tradução aos registros da Pedra do Ingá. Em refuto a tais notícias, o sociólogo

paraibano Carlos Alberto Azevedo (foto à esquerda), membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (NEPA)*, se manifestou contrário de que as inscrições de Ingá fossem ideogramas. Segundo afirmou, tratam-se de meras pictografias do homem primitivo e ocorrem em todo território nacional. O pesquisador paraibano Balduino Lélis (foto à direita), também divulgou objeções ao texto do lingüista norte-americano.



* O NEPA foi fundado em 1962, pelos pesquisadores Carlos Azevedo e Inocêncio Nóbrega Filho. Desfez-se em 1968, quando estes passaram a ser perseguidos pelo regime militar por serem marxistas.

Em 1973, o desembargador paraibano Geraldo Joffily (foto ao lado) publica um artigo na *Revista de História* sob o título “A inscrição Fenícia da Paraíba”. Em desacordo com a tradução de Gordon, Joffily afirma que este renomado estudioso de línguas é também de imaginação fértil e propenso às divulgações sensacionalistas.



Não são raras confusões grosseiras como esta. Coriolano de Medeiros, em seu *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba*, de 1911, relatou que existia uma lenda referente a uma suposta bandeira organizada em 1599 pelo Capitão-mor da Paraíba, Feliciano Coelho de Carvalho, que teria estado no Ingá. A lenda, que no livro “Uma História de Ingá” foi endossada como verídica, se deve, indubitavelmente, ao fato deste sertanista ter encontrado em fins do século XVI inscrições rupestres na Serra da Copaoba, antiga denominação do Planalto da Borborema, que acabaram por ser associadas às inscrições do Ingá devido a sua fama, pois o referido Capitão-mor, segundo o historiador Horácio de Almeida, nunca andou pela região do Bacamarte e nem os índios potiguara, com quem guerreava, habitaram a serra do Ingá. Mesmo que esta lenda fosse fato, o que é pouco provável, não há como confundir a Pedra do Ingá com a configuração do monumento relatado pelo Capitão-mor, cuja descrição corresponde a uma fuma, formada pela sobreposição de rochas, e as inscrições encontravam-se nas paredes de seu interior. Mais adiante, voltaremos a tratar desse assunto.

Na Paraíba, existem centenas de sítios arqueológicos tão complexos quanto a Pedra do Ingá e claras evidências de uma evolução gráfica nativa desenvolvida por milênios em nossa região; alguns destes já expomos em outra oportunidade num trabalho conjunto com os pesquisadores Juvandi de Souza Santos e Thomas Bruno Oliveira*. Provavelmente, nossos sítios rupestres remontam sociedades pré-históricas e não naufragos fenícios. Pois, como esclarece o professor Aurélio M. G. de Abreu, muitas destas inscrições encontram-se distantes do litoral, centenas de quilômetros, e, também, segundo a pesquisadora de arte Sheila Dias Farias (foto ao lado), estes povos semíticos não desenvolveram uma arte de significativa originalidade cultural. Prova disso é que nas colônias fenícias não se achou até o presente uma arte



* Trabalho que apresenta e descreve dezoito ocorrências de inscrições rupestres ao longo de uma cordilheira paraibana denominada de “Serra de Bodopitá”. (ver bibliografia)

2.2- Quem foram os executores?

Leon Clerot (foto a direita), um dos mais importantes pesquisadores de arqueologia paraibana, atribuiu aos índios Cariri à autoria das inscrições do Ingá. Da mesma opinião foi a arqueóloga Gabriela



Martin (foto à esquerda) num artigo publicado em 1975, onde defende que as inscrições do Ingá seriam obras destes indígenas que habitavam o vale do Paraíba. O historiador e professor aposentado da UFCG, Josemir Camilo (foto abaixo), também defende que as gravuras do Ingá foram feitas pelos índios Cariri e tem mais de 2.000 anos que foram insculpidas na rocha.



Entretanto, as tribos da nação Cariri estabeleceram-se tardiamente no interior paraibano, já durante o processo da conquista empreendido pelos sertanistas portugueses. Segundo o professor José Elias Borges (foto à esquerda), mais conceituado estudioso dos indígenas que viveram em



território paraibano, os índios Cariri chegaram à Paraíba oriundos da bacia do São Francisco e a região ao longo do Paraíba, primitivamente, era domínio dos nativos Caeté, cuja etnia era tupi, que foram expulsos pelos lusos para os assentamentos dos Tabajara e Cariri. Para Borges, os registros da Pedra do Ingá devem ter entre 3.000 e 5.000 anos. Portanto, estão cronologicamente bem distantes da chegada dos Cariri à região*.



Já para o místico cantor e compositor paraibano Zé Ramalho, os índios Cariri foram apenas os guardiões da Pedra, pois teria sido o próprio deus Sumé, entidade da cultura pré-histórica brasilíndia, quem gravou os signos na Pedra do Ingá.

* Na região dos Cariris Novos, no Ceará, também ocorreu assentamento Cariri semelhante, contudo, segundo afirmativa do arqueólogo Thomaz Pompeu Sobrinho, esta zona do vale do Cariri cearense é a mais pobre em inscrições rupestres em todo o Estado.



Com bases na proposta de Eric von Däniken (foto à esquerda), muitos querem acreditar que estas inscrições foram realizadas por seres extraterrestres. Segundo consta, este famoso escritor de obras que tratam de especulações relacionadas à presença de OVNIS em nosso planeta, numa de suas viagens ao Brasil esteve na Pedra do Ingá. Para muitos, tais especulações ousadas deste escritor seria a “boceta de Pandora” da arqueologia. Segundo o antropólogo Carlos Alberto Azevedo, Däniken foi quem “*desencadeou a onda de irracionalismo que afetou muitos estudos na área da arqueologia e no uso de uma pretensa arqueologia*”.

visual que 'pinça' imagens conforme os seus interesses”.

Como produto da influência “Däniken”, o jornalista e ufólogo amador Pablo Vilarrubia Mauso* (Foto a direita) conta que em uma de suas visitas à Paraíba, numa delirante noite enluarada, a insônia levou-o a Pedra do Ingá e, de frente a este intrigante monumento gráfico, teve uma visão através de “projeção mental” onde viu um astronauta alienígena orientando os indígenas acerca do uso de vários objetos metálicos semelhante a pistolas, que acionados sulcavam na Pedra os registros.



Entre os pesquisadores paraibanos, o professor da Universidade Estadual da Paraíba, Carlos Antônio Belarmino Alves (foto a esquerda), é um dos principais entusiastas da idéia de que as inscrições rupestres sugerem

contatos entre os primitivos habitantes da Terra com naves alienígenas. Todavia, suas pesquisas relacionam-se apenas às inscrições do brejo paraibano e afirmam que na Pedra do Ingá não há nenhum desenho que sugira esse contato.

Evidentemente, não há provas científicas destas teorias.

O professor Jacques Ramondot, ex-diretor da Aliança Francesa, que dedicou anos de absorvidos estudos à Pedra do Ingá, acredita que esta fora insculpida por autóctones pré-históricos muito anteriores aos índios conhecidos, uma raça diferente, que teria sido fundadora das culturas pré-incaicas.



* Pablo Vilarrubia andou por muitos sítios arqueológicos na Paraíba financiado pelo Governo do Estado e guiado pela pesquisadora paraibana Mali Trevas a serviço da Empresa de Turismo da Paraíba (PBTur).

Na obra “Na trilha dos Deuses Solares”, Marcel Homet (foto ao lado), pesquisador francês que andou no interior do Brasil na década de 1950, assegurou que os registros do Ingá comporta uma linguagem fálica e é obra de uma civilização magdaleana, cuja idade dos baixos-relevos fixa-se entre dez e quinze mil anos. Para Homet, há vinte ou trinta mil anos havia um continente entre o Velho e o Novo Mundo denominado de Atlântida, cujos habitantes teriam atingido um elevado grau de conhecimento, que teria sido o centro geométrico de certas civilizações americanas.



Francisco Carlos Pessoa Faria, autor da obra “Os astrônomos pré-históricos do Ingá”, considera que os registros do Ingá foram sulcados por aborígenes astrônomos pré-históricos entre 4.300 e 2.150 anos a.C. Isso, devido a pretensos arranjos gráficos, por ele observados, que sugeririam uma configuração de Escorpião ocupando situação equinocial ocorrida neste lapso temporal. Já para o estudioso Luiz Galdino (foto à esquerda), membro correspondente da Sociedade

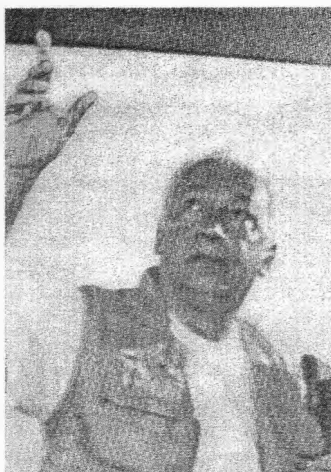
Paraibana de Arqueologia, as inscrições do Ingá são obra de um povo estranho que atravessou a região, talvez culturas de megalitos da Europa pós-glaciária.

Em 1994, o pesquisador Keyller Toscano de Almeida afirmou que as inscrições do Ingá, assim como outras inúmeras que existem na Paraíba, foram feitas por navegantes fenícios acidentalmente aportados na costa paraibana. O pesquisador defende que estes navegantes chegaram ao litoral paraibano em consequência de correntes marinhas e ali deixaram registrado o relato que Cyrus Gordon supostamente traduziu.



Na mesma época, a pesquisadora do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, Zilma Ferreira Pinto (foto ao lado) sugere que talvez um homônimo de São Tomé esteve em terras paraibanas, com uma comunidade evangeliza, e gravado na Pedra um tratado cosmogônico trinitarista, pois acredita a pesquisadora que o mito de Sumé, ou São Tomé, difundido entre os indígenas sul-americanos, não deve ser de todo desprezado.

Outro que também arriscou especular sobre os possíveis executores das inscrições do Ingá foi o jornalista Gilvan de Brito (foto ao lado), a partir de um suposto rosto humano que viu entre os registros e que, segundo relata, só aparece num determinado mês do ano quando o sol se posiciona favoravelmente. O Homem de Ingá, como chamou a suposta imagem fisionômica, tem rosto hexagonal anguloso, fronte alta, maçãs salientes, olhos grandes, nariz largo e mandíbula volumosa. Caracteres que acredita aproximar-se dos polinésios que habitavam as ilhas a leste da Austrália, Melanésia, Micronésia e parte da Oceania, sobretudo na Ilha de Páscoa. Povos que, segundo afirma, se notabilizaram pelas viagens marítimas longas, em tempos remotos.



Sobre esse suposto rosto na Pedra do Ingá (foto abaixo), depois de analisar as fotografias publicadas na obra *Viagem ao desconhecido* e, cuidadosamente, a



própria superfície da Pedra - com todo o respeito - podemos afirmar que Gilvan de Brito* viu o que queria ver. Não há qualquer registro intencional de face humana na Pedra do Ingá. Apenas há um conjunto de registros que, complementando-se com os relevos naturais da pedra, oferecem sombras que, se forçarmos, podemos ver o sugerido rosto. Assim como possibilita ver outros motivos que nossa imaginação e estado de espírito possam oferecer.

Difícilmente se pode afirmar sobre os possíveis artífices dos registros rupestres. É certo que nem mesmo os indígenas encontrados durante a colonização sabiam. Contudo, a julgar pelos inúmeros esqueletos até então exumados em sítios arqueológicos do Nordeste, supõe-se que tenham sido nativos, cujos antecedentes seriam de origem asiática, adaptados aos trópicos, que imprimiram indelevelmente

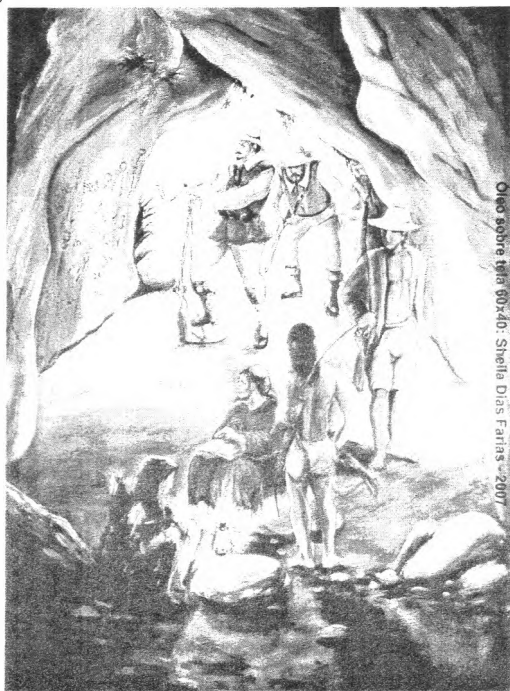
* Embora os sobrenomes sejam iguais, pelo menos até onde se sabe, não há parentesco entre o autor desse livro e o jornalista Gilvan de Brito, autor da obra “Viagem ao desconhecido: os segredos da Pedra do Ingá”.

sua marca naquele lajedo. Ainda é difícil imaginar quando esta cultura se encerrou ou quando se deu seu apogeu, uma vez que, quando da chegada dos europeus esta sociedade parece já ter sido extinta ou sofrido desagregação social por grupos invasores. Fatores que dificilmente conseguiremos aferir pela leitura das ténues evidências arqueológicas que dispomos.

Quanto à tentativa de atempar a gravação destes registros, devido à região ser ribeira e por isso não guardar vestígios que se possam associar aos petróglifos, indagar uma possível época naquele passado, que jamais voltará, sem cair em descrédito é tarefa inoperante. O problema da determinação cronológica que poderia localizar no tempo esta cultura é essencial para torná-la compreensível. No Ingá, o tempo já não mais está ali. Esvaiu.

3- Estrutura histórica da Pedra do Ingá:

O primeiro documento histórico da presença de inscrições rupestres em nosso país data de 1618, e consta na obra *Diálogo das grandezas do Brasil*. Quando certo Bradônio, que estudou de José Antônio Gonsalves de Mello indicam tratar-se de Ambrósio Fernandes Brandão, comenta sobre um relato que lhe fora feito pelo então Capitão-mor da Paraíba, Feliciano Coelho de Carvalho, sobre ter encontrado na Paraíba, no ano de 1598, inúmeros sinais gravados numa pedra às margens de um rio chamado Araçoajipe. Tais inscrições, iterando, por alguns são atribuídas à Pedra do Ingá. Contudo, esse pensamento se dá em virtude da riqueza de registros rupestres existentes no monumento lítico do Ingá, que lhes impõe um impressionante impacto visual e, sobretudo, por conta de poucos saberem que a Paraíba é detentora de um imenso acervo de inscrições rupestres distribuídas por quase todo o seu território.

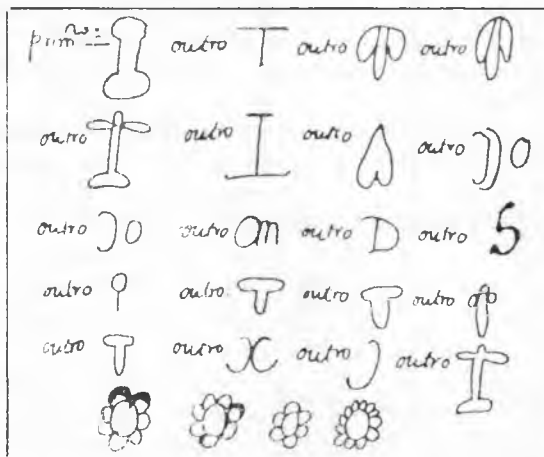


Obra sobre tema 60x40: Sheila Dias Farias - 2007

Já identificamos e estudamos centenas de ocorrências no interior paraibano e podemos afirmar que as inscrições referenciadas e copiadas por Feliciano Coelho de Carvalho, seguramente, não foram as da Pedra do Ingá. Trata-se de uma ocorrência rupestre que até o presente ainda não foi identificada. Todavia, estamos em marcha com um projeto de busca destas inscrições do Araçoajipe* que Feliciano Coelho legou à posteridade em forma de cópia em desenho (figura abaixo). Acreditamos estar no piemonte ou brejo da Borborema em algum dos afluentes do rio Mamanguape. De acordo, portanto, com o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen que, numa carta dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, solicita que se verifique a existência dessas inscrições na região da comarca de Mamanguape, no rio Araçagi**.

Outro achado de inscrições rupestres na Paraíba que posteriormente foi atribuído à Pedra do Ingá deu-se em 1641, durante o período de domínio holandês no Nordeste, quando o diretor da Paraíba, Elias Herckmans, viajando pelo interior da Capitania, relatou a existência de uma presumível inscrição gravada em pedra nas margens do rio Paraíba. Segundo referenciou o historiador paraibano Irineu Pinto, Herckmans teria encontrado no curso do Paraíba inscrições onde figuravam animais, o sol, a lua, estrelas etc. Este relato, contudo, não nos permite afirmar se é de fato sobre a Pedra do Ingá ou outra das muitas inscrições existentes no curso do Paraíba e seus afluentes. O relato deste achado na Paraíba é a segunda referência de inscrições rupestres no Brasil, embora a pesquisadora Edithe Pereira tenha suposto que a segunda informação de inscrições rupestres no país é a referência do Pe. João de Souto Mayor, de 1656, sobre um penedo lavrado no rio Pacajá no atual estado do Pará,

Outra citação bibliográfica digna de nota, que também logo foi relacionada à Pedra Ingá, encontra-se na obra do jesuíta Simão de Vasconcelos, *Crônicas da*



* VI Encontro Estadual de História, ANPHU-PE/ UFRPE (entre 01 e 04 de nov. 2006); evento realizado na Universidade Federal Rural de Pernambuco. O autor apresentou o trabalho "Em busca do Araçoajipe".

** O Visconde de Porto Seguro, Varnhagen, solicita esta averiguação através de carta enviada de Viena, no ano de 1874, dirigida ao cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.

Companhia de Jesus, publicada em 1663, que descreve na Paraíba uma localidade em sete graus da parte norte para o sertão, deserto e solitário, onde se vê um penedo com pegadas e certas letras esculpidas na pedra, feitas por “inspiração demoníaca”. A mesma citação também está presente na obra de Domingos Loreto Couto, *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. A escritora Zilma Ferreira Pinto sugere que esta citação se refere à Pedra do Ingá, no entanto, não há elementos suficientes para essa afirmativa contundente: a informação é vaga, levando-se em conta o grande número de sítios rupestres de gravuras existentes por todo o interior da Paraíba.

Para o historiador paraibano Horácio de Almeida (foto ao lado), o capuchinho francês Martinho de Nantes que viveu oito meses aldeado entre os índios Cariri em

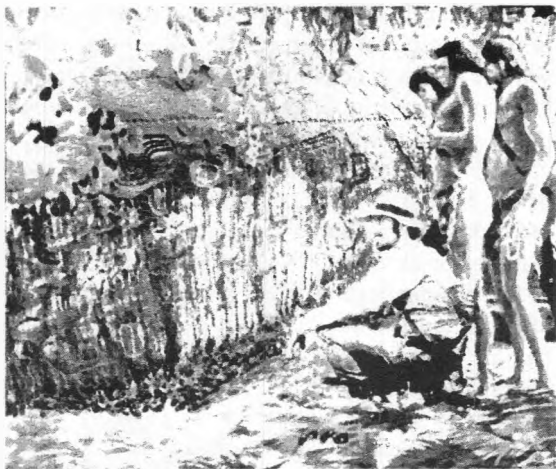


trabalho de catequese no vale do rio Paraíba teria sido o primeiro a referenciar o monólito do Ingá. Todavia, a obra do frei Nantes, *Relation Succinte et Sincere de la Mission*, publicada em 1706, refere-se à existência de uma pedra com altura de nove pés, larga na base e muito bem talhada, sobre a qual estava gravada a imagem de uma cruz de alto a baixo e na parte inferior um globo, ao lado duas figuras, que não podiam ser distinguidas por causa do musgo, e em derredor, uma espécie de rosário gravado, descoberta em 1671 quando o padre Teodoro de Lucé seguia de Pernambuco para o arraial do boqueirão de Carnoió. A medida em pés corresponde a 30,48cm um pé, portanto, a “Pedra de Nantes” estaria

mais ou menos em conforme, contudo, ser larga na base sugere que a pedra mencionada vai estreitando até o topo, detalhe que não confere com o monólito do Ingá. Também, os poucos registros mencionados pelo capuchinho, - fortemente influenciado pelo catolicismo - apesar de que podemos atribuir esses valores a certos registros do Ingá, são insuficientes para uma afirmativa em favor de tratar-se de fato das famosas inscrições do riacho Bacamarte. Outro fator que contradiz esta especulação é o pequeno número de registros gravados na pedra que Nantes relata: um verdadeiro paradoxo em relação à grande profusão de inscrições que decoram o painel principal do Ingá.

Vale salientar também que o percurso da missão, entre Olinda e o arraial de Carnoió (atual município de Boqueirão), segundo o historiador Sabiniano Maia, na época se dava por Bom Jardim, nas alturas do município de Umbuzeiro, onde se alcançava o rio Paraíba e seguia-se rio acima. Ou seja: o rio Paraíba era interceptado há aproximadamente 40 km acima da confluência com o riacho Bacamarte. Ponto de onde se seguia para direção oposta.

A primeira referência bibliográfica que seguramente se refere à localidade de Pedra Lavrada, cujo nome foi inspirado nas inscrições da Pedra do Ingá, se deve a Domingos Monteiro da Rocha, funcionário ligado à máquina burocrática colonial portuguesa que, em 1757, escreveu um documento dando conta da relação das comarcas e distritos da região citando lugares e povoações, com nomes e distâncias que há de umas para a



outras, praticando a descrição dos rios que passam, os seus nascimentos e extensões em léguas. No documento referente à Capitania de Itaipu faz menção à localidade de Pedra Lavrada, situada acima do lugar Dois Riachos e abaixo do lugar de nome Ingá. Este documento foi descoberto já no início de século XX por Irineu Pinto no arquivo Torre do Tombo, em Lisboa, e pode ser considerado “a certidão de nascimento da Pedra do Ingá”. Para fazer o documento, certamente o fidalgo percorreu os lugares margeando os riachos e deve ter visto os entalhes do Ingá. Até podemos imaginar o seu deslumbramento, em pleno século XVIII, diante daquelas esdrúxulas inscrições rebrilhantes ao sol em espetáculo intrigante e harmonioso (imagem acima*). Todavia, o documento tinha objetivos práticos e não tencionava tratar de curiosidades, talvez por isso, infelizmente, não há na relação qualquer menção às curiosas inscrições que deram nome à localidade de Pedra Lavrada.

Posteriormente, o Pe. Francisco Telles de Menezes, que pesquisou inscrições rupestres nos sertões do nordeste brasileiro entre 1789 e 1806 visando encontrar tesouros escondidos por jesuítas e holandeses, pois acreditava que esses sinais nas pedras eram indicativos de cabedais enterrados, reuniu inúmeras indicações de inscrições parietais e registrou-as numa obra intitulada *Lamentação Brazilica*, que ofereceu ao então príncipe regente. Dentre as notificações, consta, na Província da Paraíba, uma informação de terceiros dando conta de um lugar, saindo de Manguape para Bacamarte, ao pé da serra, antes de subir, uma pedra cheia de letreiros que chamam de Pedra Lavrada. Esta indicação bibliográfica, indubitavelmente, refere-se à Pedra do Ingá e é a primeira a fazer menção específica àquelas inscrições.

Em 1816, Henry Koster, um português filho de ingleses que veio ao Brasil para se recuperar de uma tuberculose nos bons ares, escreve uma obra intitulada *Traveis in Brazil* onde relata que um padre que conhecera em Pernambuco comentou que se detivera algum tempo antes com um amigo na Paraíba e tinha desenhado uma

pedra sobre a qual estava gravado grande número de caracteres desconhecidos e muitas figuras, uma das quais parecia querer representar uma mulher. A pedra ou rocha era larga e situada no meio do leito de um rio que fica completamente seco durante o verão. Esse depoimento oferece indicativos que sugerem tratar-se da Pedra do Ingá, cujos dados geográficos e morfológicos são extremamente favoráveis e a figura que segundo o relato parecia querer representar uma



mulher, pode referir-se a uma grande representação centrada no painel principal, a qual Gilvan de Brito considerou semelhante à nave Surveyor da NASA. Se observarmos bem, esta representação ambígua lembra uma forma humana de saia longa, ao modo das damas da aristocracia de época (imagens acima).

A arqueóloga Gabriela Martina na obra *Pré-história do Nordeste do Brasil*, deixa a entender que os petroglifos do Ingá estão registrados num documento enviado ao Imperador D. Pedro II pelo naturalista francês Louis Jacques Brunet, que em 1853 estudou inscrições rupestres paraibanas. No entanto, o documento faz referência à Pedra Lavrada existente na margem de um afluente do rio Seridó, pedra que hoje jaz soterrada em depósitos de aluvião de uma antiga barragem e que ora denominamos de Pedra de Retumba em homenagem ao pesquisador que em 1886 a copiou e a tornou famosa. Portanto, seguramente, este relato de Brunet não se refere à Pedra do Ingá.

Em 1885, o arqueólogo do Império, Ladislau Netto, sumariou em seu trabalho: *Investigações sobre a Arqueologia Brasileira*, uma relação de informações sobre sítios rupestres no país, citando inscrições “nas escarpas da serra do Bacamarte”, na Paraíba. Muito provavelmente esta indicação se refira à Pedra do Ingá, pois a confusão de nomes sugere que o sítio rupestre estaria nas escarpas da serra da Borborema (Planalto), no vale do Bacamarte, e é bem provável que esta indicação tenha sido pinçada do opúsculo de padre Telles de Menezes.

O escritor Mário de Andrade, em seu livro “*Macunaíma*”, faz referência a Pedra do Ingá quando seu herói, em fuga da velha Ceiuci, passou decifrando letreiros indígenas no Nordeste. Segundo a obra, a Pedra Lavrada não foi decifrada, mas nela “*tinha tanta inscrição que dava um romance*”.

Como vemos, há registros que aludem brevemente sobre este importante documento lítico no período entre os séculos XVIII e XIX. Contudo, as primeiras tentativas de interpretar a Pedra do Ingá só vieram a partir de meados do século XX. E não foram poucas!

Curioso é o fato de que grandes pesquisadores da primeira metade do século XX que assinalaram inscrições rupestres no território paraibano e sobre elas formularam opiniões, a exemplo de: Francisco Soares da Silva Retumba, Irineo Joffily, José Fábio da Costa Lira, Maximiano Lopes Machado, Luciano Jacques de Moraes, José de Azevedo Dantas, Ludwig Schowennhagen, Coriolano de Medeiros, Pe. Luiz Santiago e José Américo de Almeida, não fizeram qualquer menção à imponente Pedra do Ingá. Isso talvez seja um indicativo de que o conjunto rupestre do Ingá só se tornou famoso depois dos estudos e divulgação empreendidos por José Anthero Pereira Jr., a partir da década de 1940. É certo que a Pedra do Ingá já era bem famosa em 1956, pois o pesquisador Thomaz Pompeu Sobrinho dá notícias de itacoatiaras no boqueirão do rio Quixeramobim, na fazenda Giqui, no Ceará, que, segundo relata: *"supera em importância, extensão e antiguidade a célebre Pedra do Ingá"*. (grifo nosso)

3.1- A plurissignificação dos registros do Ingá

A Pedra do Ingá é o monumento rupestre dos mais estudados do mundo e, sobre este, muitas conjecturas se entrecrocavam contribuindo para a disseminação de sua fama. Contudo, o real significado de seus misteriosos desenhos ainda hoje jaz na penumbra da dúvida.

O engenheiro José Anthero Pereira Júnior * (foto ao lado), que a partir de 1941 realizou estudos de fotografias da Pedra do Ingá, obtidas através do secretário do Instituto Histórico Geográfico e Arqueológico de Pernambuco, Dr. Mário Melo,** e anos depois (1945) estudou as inscrições *in loco* a serviço da Universidade de São Paulo (USP), sendo responsável pela divulgação das mesmas nas Américas e na Europa, foi um dos primeiros - senão o primeiro - a formular conjectura sobre esses enigmáticos registros. Os estudos de Pereira Jr. revelaram



* O pesquisador José Anthero Pereira Jr., a nosso ver, deveria ser considerado o patrono da Pedra do Ingá pelos relevantes serviços prestados e sua participação, das mais intensas, na divulgação e proteção deste monumento. Seria emérito que o Museu de História Natural do Ingá levasse seu nome.

** Fotografias essas feitas em 13 de maio de 1940 por Mario Melo e o engenheiro Leon Clerot.

notáveis semelhanças entre os registros do Ingá e os desenhos encontrados na Ilha de Páscoa e, através de estudos nas obras de importantes estudiosos da época, a exemplo de John Marshall, Hunter e M. Hevesy, considerou que a escrita suméria, cretense, hitita, egípcia, a do Vale do Indo e a do Ingá, partiram da Ilha de Páscoa (veja tabela de semelhanças)

Sobre estas conclusões, o antigo diretor da seção do Mediterrâneo Oriental no Museu Nacional do Rio de Janeiro, Albert Childe, em cartas para José Anthero Pereira Júnior, entre 1944 e 1949, afirma que o monumento do Ingá é o primeiro, entre as descobertas na



América, que inclui elementos atestando ligações indiscutíveis entre

a civilização da Civa e as das ilhas da Oceania, passando pela América do Sul. Mais recentemente, a pesquisadora Zélia Almeida (foto ao lado), da Sociedade Paraibana de Arqueologia, também conjecturou pretensas semelhanças entre a Pedra do Ingá e a escrita das tabuletas de madeira, “rongo-rongo” (foto abaixo), da Ilha de Páscoa. De fato, a Oceania parece um campo fértil para fornecer hipóteses que permitam uma identificação com a Pedra do Ingá. Paul

Rivet é um dos mais ardentes defensores de que a América teve como principal via de colonização o Pacífico e seus estudos apontam analogias entre o sistema de escrita dos insulares da Ilha de Páscoa com a escrita ideográfica dos índios da Colômbia, Venezuela e altiplano peruano. As pesquisadoras Niède Guidon e Luciana Palestrine, no início do decênio de 1960, em estudos num sambaqui da ilha de Santo Amaro, também se mostraram inclinadas a admitir possibilidade de reminiscência cultural de antigas migrações da Oceania para o Brasil.

INGÁ	PASCOA

INGÁ	PASCOA





Em fins de 1949, o pesquisador do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, Clóvis dos Santos Lima, promoveu uma excursão do órgão até a Pedra do Ingá* (foto acima) onde fez importantes observações. Em artigo para a revista do IHGP, sugere que essas inscrições se tratam de uma escrita ideográfica. Seguindo a linha ameghiniana**, o pesquisador defende que o monumento rupestre do Ingá é prova do autoctonismo americano.

Na perspectiva do estudioso Francisco Carlos Pessoa Faria, lançada em 1956 num artigo para o jornal *A União*, as itacoatiaras possivelmente teriam sido trabalho de uma raça que viveu em idade remotíssima e a Itacoatiara do Ingá seria fruto de civilizações autóctones em fase de decadência. Posteriormente, o paraibano Horácio de Almeida, em sua *História da Paraíba*, também atribui a sociedades pré-históricas desaparecidas, de cultura superior à dos índios, o notável monumento lítico do Ingá. Esses estudiosos, portanto, seguiram a linha degeneracionista, lançada por Karl Friedrich Philipp von Martius em 1839, posteriormente esposada por importantes estudiosos da arqueologia brasileira; a exemplo de Gonçalves Dias, Alfredo Brandão, Arthur Bernardo Ramos e, mais recentemente, Luís Galdino.

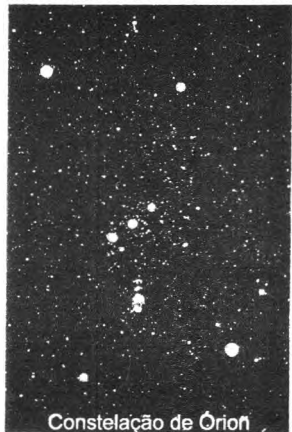
* Clóvis Lima, então presidente do IHGP, um apaixonado por excursões, empreendeu uma visita em 1949 às Itacoatiaras do Ingá, realizada no dia 07 de setembro para comemorar o aniversário da fundação do Instituto e visitar as inscrições existentes no Ingá. A comitiva foi recebida pelo prefeito Rômulo Romero Rangel, promovendo um desfile cívico com a presença dos escolares.

** A tese do pesquisador argentino Ameghino aponta a Patagônia como centro originário do homem, daí se dera sua difusão para os outros continentes. O autoctonismo americano é a essência da doutrina ameghiniana.

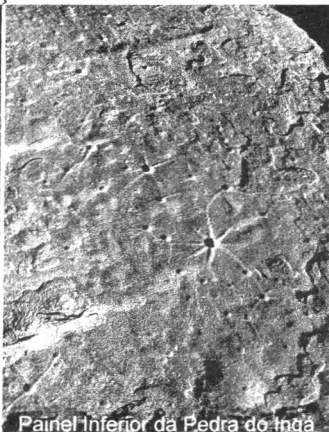
Em 1957, o estudioso Amílcar Quintella Jr., no seu livro “A Atlântida”, um poema épico dividido em doze cantos, sugere que o monumento do Ingá, na terra de Pará-Hibã (região da Paraíba do Norte), revela a epopéia de certo Raguemá, um povoador da América nos tempos faraônicos, e lá estaria a sua sepultura (imagem ao lado).

As observações do estudioso e diretor do Museu do Estado da Paraíba, Leon Clerot, depois de décadas estudando as inscrições do Bacamarte, consideram que os petróglifos do Ingá, devido à repetição de certos sinais, sugerem uma sequência de idéias ou fazem pensar nos primórdios de uma arte escultórica, procurando reproduzir não só o que viam com os sentidos materiais, mas também o que viam subjetivamente com os olhos da imaginação. Clerot, um nativista, credits estas inscrições aos aborígenes tardios do território.

Em 1962, o pesquisador do Centro Brasileiro de Arqueologia (CBA)*, José Benício de Medeiros, desenvolve estudos onde procura determinar a época em que foram feitas as gravações do Ingá. Ele foi, talvez, o primeiro a relacionar as gravuras do Bacamarte a motivações astronômicas e também a reconhecer a suposta



Constelação de Órion



Painel Inferior da Pedra do Ingá

Constelação de Órion em seu painel inferior (fotos ao lado). Seus estudos tiveram base nas posições dos astros que julgou estarem representadas no monumento lítico do Ingá e mediu a distância que separa o ponto venal da época com a da provável época que representava, encontrando um valor de 4.134 anos a.C.

* CBA, uma dissidência da IAB fundada em novembro de 1961, no Rio de Janeiro, por: Odemar Ferreira Dias Jr., Alfredo Medeiros Falcão, Francisco Otávio da Silva Bezerra, José Benício de Medeiros, Gilberto Emílio Chaudon e Affonso Celso Villela de Carvalho. Uma facção também foi criada na Paraíba, tendo o estudioso Balduino Lélis na presidência.



Foto: Arquivo da CBA

ao lado), estudando inúmeras outras inscrições gravadas ao longo de riachos da região, argüiu que a Pedra do Ingá é um epifenômeno das muitas outras itacoatiaras, em especial àquelas existentes ao longo do riacho Surrão.

No início dos anos 70, o pesquisador Renato Castelo Branco classificou a Pedra do Ingá como uma possível escrita pré-histórica, porém um elemento estranho que não se relaciona com as inscrições de Itamaracá no rio Xingu e nem com as inscrições catarinenses estudadas pelo pesquisador Pe. João Alfredo Rohr. Em 1974, Antônio Vieira Freire publica o trabalho *Revoltas e Repentes*, onde comenta que os labores da Pedra do Ingá não

foram esculpidos por um índio qualquer, são produto de civilizações alienígenas, aportadas aqui em épocas remotíssimas.

Ainda em 1974, a Pedra do Ingá foi registrada em música no raríssimo disco "Paêbirú", dos músicos Lula Côrtes e Zé Ramalho (foto ao lado). O disco, um clássico psicodélico do pós-tropicalismo, além de acústicos, destacam-se músicas como: "Nas paredes da pedra encantada", "Pedra templo animal" e "Trilha de Sumé", todas dedicadas a Pedra do Ingá. O disco resulta dos reflexos, experiências musicais e existenciais destes artistas diante da Pedra do Ingá. Em termos de teoria da arqueologia paraibana, o disco é expoente pioneiro de uma corrente mística sobre as inscrições do Ingá, onde seus



petróglifos são vistos como obra de um Sumé cósmico, de barba vermelha, e indicam simbolicamente, através dos quatro elementos, uma sabedoria milenar de caminhos estelares, cuja Pedra seria um templo no roteiro de Sumé, um feiticeiro, meio índio, meio deus, que teria trilhado do litoral paraibano até a porta do sol, nas montanhas que divisam a Bolívia e o Peru, ensinando aos índios os segredos da natureza. A caminhada de Sumé ficou conhecida como “Paêbirú”. Bem ao estilo Zé Ramalho, Paêbirú é um enredo esdrúxulo que, a exemplo de Ariano Suassuna, inaugura um momento onde a mitologia sertaneja fantástica se funde com a arqueologia.

Por esta mesma época, o artista plástico paraibano Raul Córdula (foto ao lado), então professor de História da Arte da UFPB, considerou que os sinais do Ingá parecem cosmogônicos, e são representações de signos arcaicos que ocorrem em outras culturas antigas. Representações da terra, dos animais, do homem, do céu astrológico e do céu simbólico.



No ano seguinte, a arqueóloga Ruth Trindade de Almeida escreve um artigo na Revista do Campinense do Clube sobre o sítio rupestre do Ingá, considerando-o obra dos antigos indígenas da região, assim como as demais inscrições rupestres paraibanas.

São muitos os que defendem fins ritualísticos para estas inscrições do Bacamarte. A pesquisadora espanhola Gabriela Martin, que desde 1972 pesquisa a Pedra do Ingá, em 1975, quando integrava o Instituto Paraibano de Arqueologia e Antropologia *, defende que as inscrições do Ingá são frutos de um grupo já em estágio cultural agrícola e foram deliberadamente realizadas com intenção cabalística, com uma carga espiritual complexa de mitos e crenças mágicas no intento de torná-las incompreensíveis a qualquer estranho que não pertencesse à tribo ou ao grupo de não-iniciados na magia da mesma. Opinião que ainda sustenta na atualidade; afirmando que: *“os grafismos do Ingá não oferecem nenhuma explicação fácil e lógica, contudo tem um significado que está reservado apenas aos iniciados em magia”*.

* IPAA, Entidade criada em 1975, conforme Diário Oficial de 21 de junho. Uma organização com sede em João Pessoa, também denominado “Casa Leon Clerot”, com finalidades de pesquisa científica, preservação e divulgação do patrimônio arqueológico e antropológico do Estado, com objetivos culturais e educacional, composta por quarenta membros, dentre os quais: Deusdedit de Vasconcelos Leitão (presidente), Luís Antônio de Araújo Filho, Gabriela Martin Souto Maior, Ruth Trindade de Almeida, Rosilda Cartaxo, Afonso Pereira de Souza Monguilhott, Júlio Maria Vieira, Luiz da Câmara Cascudo, Thales de Azevedo, Lauro Pires Xavier, entre outros.

Recentemente, a historiadora Mali Trevas, que conviveu com o arqueólogo Armand Laroche em seus últimos anos de vida, nos repassou a cópia de uma série de manuscritos feitos a punho pelo velho arqueólogo (foto), talvez entre fins dos anos 60 e início de 70, comprovando que Laroche fez estudos informais na Pedra do Ingá e suas pesquisas apontavam para a presença de povos antigos do Velho Mundo na Paraíba. Sua teoria apoiava-se em correlações inúmeras verificadas entre os signos do Ingá e as escritas fenícias, proto-sinaica, etrusca e hitita.



Em junho de 1976, o estudioso Francisco Paiva Alemany inicia uma pesquisa na Pedra do Ingá, juntamente com sua esposa Joaquina Ivars Martí, onde se refere a um possível calendário solar projetado nas sombras dos signos esculpido na rocha. Seu trabalho só foi publicado em 1986, no Boletim da IAB, sob o título: *El Calendário Solar da Pedra do Ingá, una hipotesis de trabajo*. Onde considera a Pedra do Ingá "uno de los mas bellos y completo de los alineamientos que la arqueoastronomia há documentado". Chegando até a sugerir o nome Itatiaia para a Pedra do Ingá, nome tupi que quer dizer "pedra dos primeiros raios solares". Em 1987, Francisco Faria, também sugere existir a representação de um zodíaco de natureza solar nas itacoatiras do Ingá

No mesmo ano, os pesquisadores franceses Louis Pauwels e Jacques Bergier (fotos ao lado), autores da obra *O despertar dos mágicos*, anunciaram 2.000 coincidências entre os glifos ingaenses e o egípcio antigo. Na mesma época, o professor egípcio Fathi Sehea, especialista em Ergonomia da Universidade de Quebec do Canadá, descobre entre os sinais do Ingá um



suposto mapa reproduzindo o rio Nilo e outro símbolo parecido com os da hieroglífica faraônica.

Posteriormente, Gabriele Baraldi - pesquisador tão quixotesco quanto o austríaco Schwennhagen - conjectura uma mensagem hitita gravada na Pedra que, segundo supõe, está invertida porque o monumento estaria virado de cabeça para baixo pela força das enxurradas. Baraldi afirma ter comparado os possíveis sons da língua hitita com os sons da língua tupi-guarani, chegando a cinco possíveis interpretações dos gráficos da Pedra do Ingá. Para Baraldi, a Pedra do Ingá é um testemunho irrefutável da existência de proto-hititas americanos e que esta civilização floresceu na América e depois fora para o Velho Continente.

Já o estudioso de civilizações extintas, Aurélio M. G. de Abreu, encontrou na Pedra do Ingá representações de diversos astros que, segundo imagina, teriam sido feitos com o propósito de reproduzir todos os corpos celestes visíveis naquela região da Paraíba.

Em 1988, o pesquisador Luiz Galdino sugere que as inscrições do Ingá, representam um sistema ideográfico, que se enquadra num tipo de manifestação própria de culturas formativas ou pré-clássicas, que podem registrar um fato social importante ou são de ordem astronômica.

Ainda nesse período, o jornalista Gilvan de Brito publicou um trabalho onde, numa mesma obra, identifica no Ingá configurações astronômicas como as constelações de Grus e Peixe Astral, no painel superior, e no inferior Cão Maior e Orion, as quais considera indicar os ciclos propícios ao plantio. Depois, com base na cultura egípcia antiga, considera este monumento lítico um possível santuário ou túmulo. Noutro momento, o pesquisador sugere que a Pedra do Ingá está relacionada com a lendária Atlântica e as pirâmides de Quéops e Tiotihuacan e, finalmente, a partir de complicados cálculos, conjectura um possível calendário lunar e uma multiplicidade por três nos registros daquele rochedo. Para Gilvan, no Ingá há formas silábicas e ideográficas, cuja leitura deve-se basear na multiplicação de cada pictograma pelo número de capsulares anexos a este. Seria perfeito, não fosse a ausência de unidade teórica na obra deste jornalista. Fator que talvez esteja relacionado à condição de exímio polivalente que é.*

Em 1994, a pesquisadora Zilma Ferreira Pinto, num estudo dos símbolos do Ingá, vê uma possível relação com a simbologia cristã, judaica e islâmica, fundamentando-se em alfabetos primitivos, ordens numéricas, nas letras do nome divino, em lâminas do Tarô, astronomia, signos zodiacais, etc. Para esta pesquisadora a Pedra do Ingá contém uma simbologia de natureza cabalística.

* Gilvan de Brito, além de jornalista, é advogado, escritor, dramaturgo, ator de cinema, contista, compositor, teatrólogo, roteirista de cinema e cineasta. Na época do lançamento da primeira edição de *Viagem ao Desconhecido*, era também Assessor Parlamentar Constituinte.

Com base nos cálculos matemáticos de Gilvan de Brito, que assegura existir na Pedra do Ingá números exatos relacionados aos fenômenos da Lua, Francisco Dutra Araújo em sua obra: *Eles estão entre nós*, indaga se os indígenas teriam adquirido estes conhecimentos com seres interplanetários.



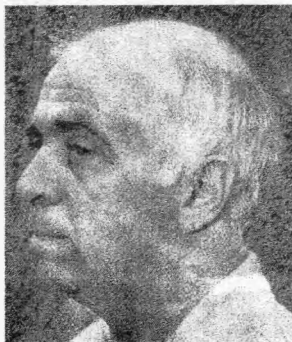
Para a pesquisadora paraibana Mali Trevas (foto ao lado), que entre 1993 e 1996 desenvolveu um intrépido trabalho de levantamento de sítios arqueológicos na Paraíba, - dedicando um substancial tempo de seus trabalhos à Pedra do Ingá - as gravuras rupestres do Ingá representam um calendário lunar, com as 114 luas do ano, uma balança e marcas de princípio e fim, simbolizadas por um caracol no início e outro no final das inscrições*.

Na opinião do veterano pesquisador e museólogo paraibano, Balduino Lélis (foto à direita), que desde 1951 estuda estas inscrições, pelo aprimoramento e simetria dos sinais da Pedra do Ingá, supõe que não representa uma pronto-escrita, deve tratar-se de pedra votiva com finalidade elocubrativa ou uma manifestação artístico-primitiva cheia de magia e intenções cosmogônicas. A partir de meados da década de 1960, Lélis vem defendendo que ali se apresenta uma linguagem matemática, cujas figuras são, por dimensionalidade, múltiplas de três.

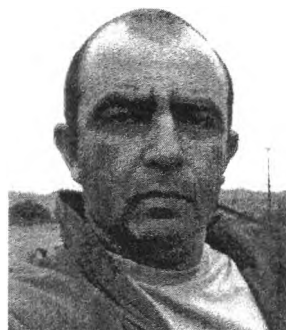


A partir de meados da década de 1990, o jornalista Pablo Vilarrubia, que se dedica a fazer matérias sobre assuntos que inquietam a humanidade desde tempos remotos, veio à Paraíba conhecer a Pedra do Ingá e publica a obra: *Mistérios do Brasil*, onde comenta sobre as Itacoatiaras do Ingá e as inúmeras inscrições rupestres perdidas nos sertões paraibanos, considerando-as registros de visitantes extraterrestres.

Mais recentemente, o antropólogo Carlos Alberto Azevedo (foto ao lado), que desde 1961 estuda a Pedra do Ingá, conjectura que o monumento seja um mapa-escritura de uma sociedade sedentária e agrária,



* Opinião publicada no jornal O Estado de São Paulo, edição de 14 de maio de 1996, no caderno de Viagem.



onde está implícita a representação da visão de mundo dos povos neolíticos que se estabeleceram naquela área, traduzindo e demarcando aquele universo em linguagem geométrica. O grau zero da escrita.

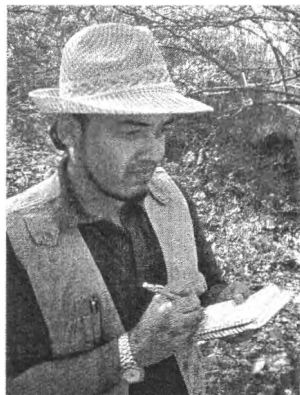
O pesquisador de arte rupestre José Washington Júnior (foto à esquerda) defende que a Pedra do Ingá represente um culto primitivo ao deus Sol e o professor Juvandi de Souza Santos, numa obra sobre as itacoatiras paraibanas, afirma que as inscrições do Ingá guardam dados sobre o cotidiano e acontecimentos marcantes dos homens que ali viviam.

São tantas interpretações que se torna difícil estabelecer a ordem em meio ao caos. É certo que esta profusão teórica tornou a Pedra do Ingá célebre, mas, consequentemente, folclórica. O filósofo Michel Foucault já advertia que a imaginação criativa da sociedade provoca a ruptura da *episteme*, transportando a história para os umbrais da arte.

Esse imenso mosaico plurissignificativo para os registros ingaenses admira o professor Engênio Paccelli* (foto à direita):



“ainda hoje, mesmo com o advento de novas metodologias e abordagens para o estudo de grafismos rupestres, ainda haja publicações sobre a Pedra do Ingá atribuindo-lhe às origens mais absurdas, ou de forma mais lastimosa, propondo interpretações sem nenhuma base que não os limites da imaginação”. Estas teorias mirabolantes, acrescenta o estudioso Thomas Bruno Oliveira (foto à esquerda), “fazem deste conjunto de inscrições um campo fértil para controvérsias e infundáveis polêmicas”.

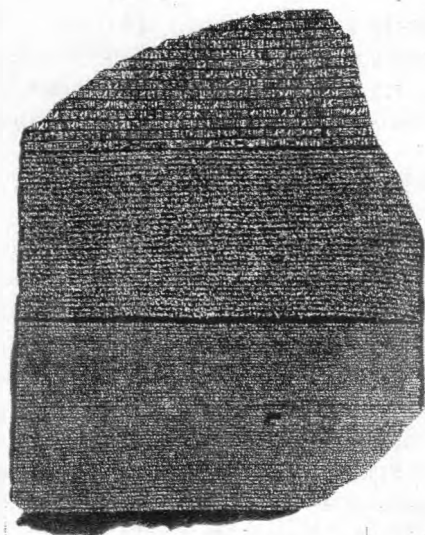


De nossa parte, só podemos concluir que talvez nunca se revele o segredo do Ingá. A Pedra se manterá eternamente incógnita, com o seu poder eterno de fascinar o espírito dos homens e cativa-lhes a imaginação. Pois o mistério é um bom pretexto para pensar.

* O professor Eugênio Paccelli Gurgel da Rocha pesquisou o extremo oeste do interior da Paraíba na década de 1990 para sua tese de mestrado, quando escavou um abrigo no município de Vieirópolis, sendo o responsável pela primeira datação em C14 de material pré-histórico paraibano: 7.600 anos.

Interpretar inscrições de sociedades extintas é um desafio que nem sempre é possível. Ainda hoje há várias escritas indecifradas, a exemplo da rúnica, dos vikings, e a etrusca. Na escrita maia, por exemplo, cada glifo pode ter três significações, pois cada sinal representa três idéias.

A mais famosa interpretação de inscrições que a história registra foi o decreto sacerdotal escrito em 196 a.C. em homenagem ao rei Ptolomeu - o eterno - gravado em um fragmento de basalto negro em três formas dialéticas: o grego, o demótico e o hieróglifo. Precioso documento descoberto em 1799 pelos soldados de Napoleão Bonaparte perto da cidade egípcia de Roseta. Nesse caso em especial os fonemas não estavam totalmente perdidos e os três escritos da “Pedra de Roseta” (foto acima) continham a mesma



mensagem, o que possibilitou a tradução. Contudo, ainda assim não foi tarefa fácil, só em 1822 que o sábio Jenn-François Champollion (foto ao lado), depois de anos absorvido em estudos, conseguiu a proeza descobrindo que os hieróglifos misturavam significados fonéticos e simbólicos e que, alguns textos, liam-se da direita para a esquerda, outros no sentido inverso, alguns de cima para baixo e outros apresentavam dois sentidos diferentes.

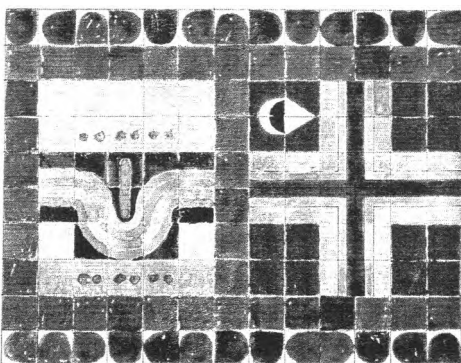
No Egito, este documento lítico revela claras intenções de que o hológrafo pretendia legar à posteridade seu conteúdo. No Ingá não existe uma “Pedra de Roseta” e, diferentemente da placa egípcia, a finalidade dos gravadores do Ingá talvez fosse de que a mensagem permanecesse hermética, vedada aos olhos do vulgo, como defende a arqueóloga Gabriela Martin.

Essa nossa compilação ideogênica, reunindo variadas opiniões inspiradas na Pedra do Ingá, *a priori*, demonstra quanto ignoto e ambíguo é a expressão encerrada neste suntuoso monumento gráfico e só vem provar o quanto tênue é a fronteira entre a realidade e a ficção. Diante de tantas e diversas arguições, na maioria destituídas de lógica, o estudo da Pedra do Ingá passou a apresentar debates

tão bizantinos quanto o sexo dos anjos e, por isso, em meio a tanto contra-senso, mal-entendidos e suposições “quadernescas” *, o que nos ocorre no momento como única certeza, sobre o plantel de opiniões em relação a esse intrigante documento lítico, é que representa um autêntico mosaico de incertezas

3.2 - A Pedra do Ingá inspira arte

Não são apenas teorias monográficas que foram inspiradas pela Pedra do Ingá. Os seus sinais também vêm provocando há décadas as mais diversas leituras estéticas de artistas plásticos paraibanos. Certamente, Raul Córdula foi um dos artistas que mais intensamente se inspirou nos motivos do Ingá para sua arte. Sobre perspectiva mística, Córdula transporta a Pedra do Ingá para o universo de um sonho gráfico de um antigo deus ameríndio (Sumé), que veio ensinar o trato das



pedras e dos metais, o manejo dos sonhos e o mistério das sementes. “... disse: - Isto aqui é fibra. E desenhou um agave sobre a Pedra” (Foto: Jardim das Acácias, 1974).

Outros que também inspiraram arte nos desenhos do Ingá foram: o museólogo Balduino Lélis, realizando inúmeros trabalhos plásticos representando artisticamente os registros do Ingá (foto abaixo); Unhandeijara Lisboa (Nandhi), Breno de Matos, Luís Barroso e Ariano Suassuna. Este último utilizando os signos estilizados do Ingá em seus romances para fazer referencia plástica de seu criativo universo mítico sertanejo.



* Quadernesco; alusão ao personagem protagonista da obra *A Pedra do Reino*, de Ariano Suassuna, D. Pedro Dinis Ferreira Quaderna, cheio de alucinações genealógicas e transfigurações de seu mundo sertanejo; uma regionalização do termo 'quixotesco

Em 1975, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos homenageou os estados da Paraíba, Pará e Ceará através da Série Arqueológica Brasileira, quando lançou em circulação três selos multicoloridos, desenhados pelo artista Aluísio Carvão representando a cerâmica marajoara PA, os peixes fósseis do Araripe CE e a Pedra Lavrada do Ingá PB. Os textos do edital foram assinados por Mário F. Simões, do Museu Paraense Emílio Goeldi e Rubens dos Santos, do Departamento Nacional de Produção Mineral. O artista baseou-se em fotografias para reproduzir as ilustrações dos selos desta e a cor predominante foi a sépia.



Mais recentemente, tivemos os trabalhos em pena de nanquim do artista paraibano Nivalson Miranda, as foto-aquarela da artista pessoense Evanice Santos e os óleos sobre tela, como o quadro “O banho das Índias” (foto abaixo) da artista campinense Sheila Dias Farias. Todos inspirados na magia gráfica dos célebres petróglifos do Bacamarte.



4- Inscrições rupestres

Dentre as muitas variedades de registros testemunhos das extintas culturas que habitaram nosso território, em nebulosos tempos longínquos, as inscrições rupestres, sobretudo, são aquelas que mais intrigam e fertilizam a imaginação do pesquisador e do homem do campo. No Brasil elas são profusas; o paleontólogo Josué Camargo Mendes, da Universidade de São Paulo, afirma que elas existem em quase todos os estados da Federação.

Para a arqueóloga do Museu Nacional, Maria da Conceição Beltrão, com base em figuras zoomorfas que classificou como animais extintos do Pleistoceno e conjunções astronômicas remotas existentes em pinturas no município de Central, na Bahia, as inscrições rupestres do Nordeste devem anteceder no mínimo 18.000 anos.



Compondo complexos painéis gráficos nos rochedos, algumas inscrições nos possibilita reconhecer alguns motivos, como é o caso deste painel rupestre por nós verificado na superfície de uma rocha na localidade de Lagoa das Cabaças, município de Barra de Santana (ver figura ao lado), enquanto outras, como estas pinturas existentes no sítio Gravatá (foto acima), município de Itatuba, é difícil se chegar a um entendimento dos reais significados que representam. Contudo, os registros rupestres são testemunhos incontestáveis do elevado grau de abstração e espiritualidade de nossos ancestrais nativos. Decerto são registros muito anteriores aos indígenas encontrados pelos

européus. Segundo Estevão Pinto, o botânico Karl Friedrich von Martius e o indigenista Theodor Koch Grünberg assinalaram em seus estudos que os selvagens nativos com quem se relacionaram tinham grande temor e respeito pelas inscrições rupestres. Nas lendas da criação difundidas no período da colonização espanhola, os indígenas peruanos diziam que o deus Kon Tiki foi quem desenhou nas pedras os seres e as coisas que desejava criar. Registra-se também que o pesquisador alemão Roberto Schomburgk encontrou inscrições em 1749, nas margens do Rupunuri, e tentou desprender um pedaço da rocha que continha desenhos, contudo, a pedra era muito dura e a febre o tinha debilitado, por isso pediu aos índios para ajudar, mas estes, nem mesmo com súplicas ou promessas se propuseram a dar sequer uma martelada na pedra, pois respeitavam estes monumentos por considerarem legado de seus antepassados. Não é difícil compreender por que os indígenas consideravam estes símbolos sagrados cercados de tabus, inspirando pavor por seus eflúvios malignos, pois, ainda na atualidade, o sertanejo considera estas pedras com inscrições locais mal-assombrados.

Um fato, todavia, nos leva a supor que estes sinais presentes nas inscrições rupestres não havia se perdido por completo até à colonização do continente, embora tenha resistido hermético apenas entre sacerdotes ermitões. Nossa conjectura baseia-se no primeiro volume da *História do Brasil*, escrita entre 1806 e 1810 pelo inglês Robert Southey. Com base em documentos inéditos de jesuítas, Southey relata que na Paraíba, na época das lutas para expulsão dos franceses de nossa costa, em 1583, viera uma casta de profetas selvagens do interior com intento de converter os índios potiguara, ou pitiguara*, sujeitos aos portugueses ou com eles aliados, num círculo religioso estranho. Ao som de grandes cabaços ocos, exerciam a prática de provocar convulsões tragando o suco de uma planta deletéria e, segundo afirmaram os jesuítas, da casca de certa árvore faziam livros, como que encadernados em tabuinhas de madeira delgada, escritos em caracteres desconhecidos. “*Umas escrituras que o diabo lhes ensinara*”.

Para escrever sua *História do Brasil*, Southey utilizou-se de manuscritos, entre correspondências diplomáticas, relatórios e informes inéditos de vários autores de obras sobre o Brasil, a exemplo de Thomas Lindley, John Mawe, Lames Henderson, John Luccock e Henry Koster, entre outros, com quem se correspondia. Passou um ano em Lisboa ocupado em consultar documentação do Brasil colônia nos arquivos lisboetas, chegando inclusive a levar um rico documentário para a Inglaterra às vésperas da invasão francesa. Segundo consta, Southey era possuidor, na Inglaterra, da melhor e mais preciosa coleção de livros e documentos originais sobre Portugal e América do Sul. Natural que tivesse dados inéditos e surpreendentes.

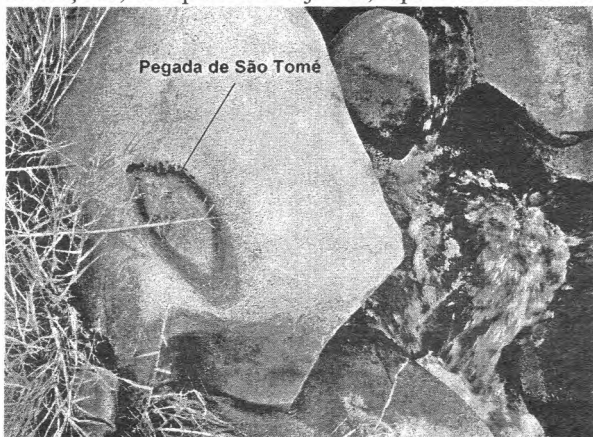
* Pitiguara; traduz “senhores dos vales”. Segundo o romancista José de Alencar, em sua clássica obra “Iracema”, era assim que estes indígenas chamavam a si mesmos, mas os tabajara, seus inimigos, por escárnio os apelidavam potiguara, que quer dizer “comedores de camarão”.

O acontecido em terras paraibanas narrados por Southey consequentemente terminou em rebelião e na captura e morte dos feiticeiros e convertidos, segundo relata, o líder religioso foi preso e cortaram-lhe a língua, *“instrumento com que havia iludido os índios”*, e depois o estrangularam. Sem dúvidas os supostos livros devem ter sido destruídos também. Seriam estes caracteres estranhos e ininteligíveis os mesmos espalhados nas inúmeras itacoatiaras?

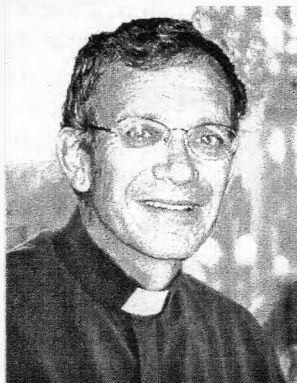
É de conhecimento geral que entre os astecas – adoradores de Quetzalcoatl – também se registra livros semelhantes, que Hernán Cortez destruiu na conquista do México. Isso sem falar nas tabuinhas da Ilha de Páscoa, que também foram queimadas pelos jesuítas. O processo de aculturação empreendido pelo europeu entre os indígenas – *“pelo horror à heresia”* como diria Luís da Câmara Cascudo – foi muito violento e extremamente preconceituoso. Os colonizadores – que no dizer de Pedro Nunes Filho *“estavam vivendo a pré-história do espírito humano”* – forçosamente apagaram por completo qualquer memória entre os nativos sobre estas inscrições.

Curiosamente, ainda existem aldeias potiguara em vasta região do litoral paraibano, embora seus descendentes atuais, muito diferentes do que foram originalmente, pelas degenerescências do tempo não puderam conservar a memória e converteram-se em populações neo-indígenas. Mas no interior da Paraíba, entre os camponeses, talvez por lapso de antigas memórias adormecidas no âmago, há ressonâncias que relacionam essas escritas em pedras com lendas de assombrações, tesouros encantados, reinos encerrados, sinalizações holandesas e contos etiológicos: *“a bem conhecida tendência que o espírito humano tem para abraçar o maravilhoso e o fantástico”* (a expressão é de Ariano Suassuna).

Próximo a muitas inscrições, no piso de lajedos, aparecem formas cavadas por vias naturais semelhantes a pegadas que são atribuídas a marcas de pés deixadas pelo apóstolo São Tomé ou Nossa Senhora. Na Pedra do Ingá há dessas marcas em rochas às margens do riacho Bacamarte. Contudo, vale reiterar que são indubitavelmente produtos milenares de influxo dos reagentes naturais de erosão.



Muitos estudiosos acreditam que as figuras rupestres são geradas em processos alucinatórios induzidos ou espontâneos. O pesquisador Pe. João Jorge Rietveld (foto ao lado), membro da Sociedade Paraibana de Arqueologia que há anos vem pesquisando inscrições rupestres na região do Cariri paraibano, está inclinado à explicação de que estas inscrições representam à repetição gráfica de impressões luminosas que se exprimem e comprimem no globo ocular com as pálpebras fechadas, que as pessoas vêem sob influência de drogas. Para Rietveld estes desenhos rupestres foram feitos por pajés embriagados em cerimônias religiosas. A prática de rituais envolvendo bebida fermentada foi e ainda é usual entre os indígenas sul-americanos.



Embora estejamos tratando de maneira genérica, as inscrições rupestres podem ser divididas em duas macro-modalidades de técnicas de execução: as pinturas, que são realizadas a partir de corantes naturais aplicadas sobre o suporte rochoso, e as gravuras que são cinzeladas na rocha produzindo registros em baixo relevo. Segundo os estudiosos do setor de arqueologia do Museu Câmara Cascudo, Armand François Laroche e Ajelma Soares Laroche, as inscrições gravadas parecem ser mais antigas do que as pintadas. Embora a maioria dos estudos de arte rupestre no país aponte exatamente o inverso.

Estas duas modalidades de executar inscrições rupestres, apesar de distintas, apresentam inúmeras semelhanças gráficas e até há casos de associação das técnicas num mesmo painel ou conjunto. Fator que levou o pesquisador alagoano Alfredo Brandão, na década de 1930, conjecturar que as inscrições rupestres, de maneira geral, representem uma escrita-mãe antediluviana.

4.1- Itacoatiras

As gravuras rupestres, que são de maior interesse desse estudo, genericamente são conhecidas pelo nome de itacoatiras. A denominação deriva da língua tupi: ita = pedra + kwatia = riscada, o que significa pedra com inscrições.* Os termos “itacoatiras”, “pedras lavradas” ou “petróglifos” referem-se apenas às inscrições insculpidas nas rochas. Estas existem tanto na América quanto no Velho Mundo. No Brasil, segundo a professora Gabriela Martin, elas estão disseminadas

* Utilizamos o dicionário de Antenor Nascentes para esta definição. O dicionário tupi-português de Silveira Bueno traz o termo Itacuatiara e quer dizer: a pedra desenhada, a pedra que traz inscrição; em Luís Caldas Tibiriçá significa pedra escrita ou pintada. No dicionário da língua tupi de Gonçalves Dias, de 1858, o termo não é apresentado.

de norte a sul. Mas há indícios de que em algumas localidades do país onde elas não se apresentam ou são escassas. Segundo relatou o intrépido desbravador das matas brasileiras, Cândido Mariano da Silva Rondon (foto ao lado), tais inscrições não existem em parte alguma do bravo sertão por onde tinha percorrido no território do Mato Grosso.

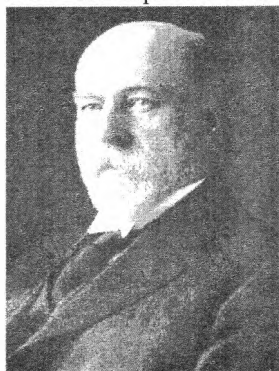


Uma característica peculiar desta manifestação gráfica é sempre estar associada às águas, insculpidas em rochas nas imediações de cursos de rios, riachos, córregos, lagoas, olhos d' água ou tanques naturais. A propósito, o pesquisador norte-americano John Casper Branner (foto abaixo), pesquisando gravuras rupestres em Águas Belas/ PE, já havia ressaltado no início do século XX a ligação entre as gravuras e as fontes hídricas, conjecturando representarem balizas de nascentes ou poços. Posteriormente, o arqueólogo Grahame Clark,

com base nas gravuras rupestres européias, propôs que a localização freqüente dos desenhos gravados junto de água pode refletir uma idéia de fertilidade.

Para a pesquisadora Gabriela Martin, as itacoatiaras – em especial as do Ingá – estariam relacionadas a mitos da mãe-das-águas, que vive no fundo dos rios, de um demônio das águas e cultos voltados para o jacaré e lagartos. Mitos e cultos generalizados entre os indígenas desde o Amazonas ao Nordeste do Brasil.

Na Paraíba, a pesquisadora Ruth Trindade de Almeida sugere que algumas itacoatiaras - senão todas - estão relacionadas ao suprimento de água que é tão incerto nesta região de grandes secas. Talvez registrando as estações ou dirigindo súplica aos poderes distribuidores da chuva. Todavia, na Paraíba há itacoatiaras onde não se registra fontes hídricas adjacentes, o que não exclui a possibilidade da paisagística primitiva desses lugares as terem possuído e o tempo encarregou-se de assorear sem deixar indicativos testemunhos de sua existência.



Particularmente, argüimos que a água não era, necessariamente, o elemento a que o culto se propunha, mas sim um componente necessário à operação de gravar sobre pedra, sobretudo na operação de polir onde o elemento água se faz essencial para o composto de abrasão. O pesquisador Desidério Aytai,

em 1968, durante um trabalho de arqueologia experimental no vale do rio Taquari-Guaçu, em Itapeva-SP, constatou que tanto a qualidade quanto a velocidade para se produzir um sulco em rocha, utilizando-se de um seixo como artefato, podiam ser consideravelmente melhorados se a superfície a ser gravada fosse continuamente molhada durante o processo. Outro fator que também pode ser levado em consideração é que as regiões ribeiras podem ter sido escolhidas mais frequentemente para a prática de gravação em pedras porque, devido à umidade constante local, as rochas ribeiras são naturalmente saturadas por umidade e, consequentemente, mais maleáveis às incisões e ao polimento.

Também contrário à teoria de que as itacoatiaras representam súplicas ao retorno das chuvas, o pesquisador Luís Galdino nos revelou - na informalidade - que além desta particularidade que envolve itacoatiaras e fontes hídricas não constituir uma regra, deve-se levar em consideração que na Amazônia, onde não há problema de carência da água, as gravuras se encontram abundantemente.

Os petróglifos atendem a diferenciadas técnicas de execução, distribuições temáticas e seleção de monumentos suporte, para as quais, de acordo com as pesquisas da FUMDHAM, ainda não existem estudos que permitam estabelecer classificações e divisões confiáveis. No Brasil, este gênero de testemunho rupestre aparece mais profuso nas regiões do Nordeste e da bacia Amazônica, de onde devem partir estudos sistemáticos para se tentar um prognóstico genérico.



Na região amazônica muito se tem pesquisado gravuras rupestres: Durante a segunda metade do século XIX o conde Ermano Stradelli colheu entre os indígenas uma suposta interpretação para as gravuras rupestres do rio Uaupés. Uma ingênua classificação de símbolos com base em suas similitudes com determinados objetos indígenas e animais, relacionando-os às lendas regionais.

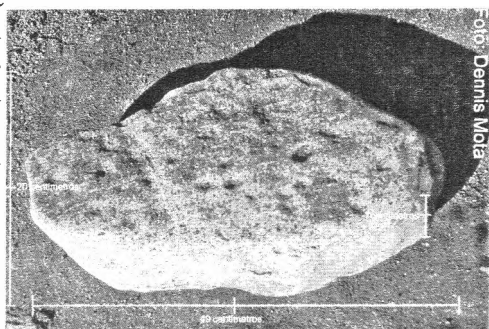
No início do século XX, ainda na Amazônia, o ex-presidente dos Estados Unidos Theodoro Roosevelt (foto acima) encontrou, numa das muitas corredeiras do rio da Dúvida*, “estranhos desenhos gravados na face lisa de uma rocha” que atribuiu às sociedades remotas de relativo adiantamento cultural. Tivemos também, nessa região, os estudos dos etnólogos Theodor Koch-Grünberg e Bernardo de Azevedo da Silva Ramos sobre itacoatiaras. Este último chegou a “traduzir” muitos destes sinais rupestres, concluindo que são de origem grega e fenícia. Nas pesquisas

* Roosevelt participou da expedição de levantamento deste rio até então ignorado e, a partir de 1914, por sugestão do então Cel. Cândido Mariano da Silva Rondon, o rio passou a ser denominado de “Rio Roosevelt”.

contemporâneos, destacam-se as inscrições do Pará estudadas pela pesquisadora Edithe Pereira do Museu Emílio Goeldi, onde as gravuras se apresentam, majoritariamente, como figuras antropomorfas e traços faciais revelando expressões de alegria ou tristeza. Fator que, apesar da aparente frivolidade, é uma característica quase unânime em toda a bacia Amazônica, por isso, pode representar uma tradição gráfica específica da região (foto acima).



Já na região Nordeste do país, as gravuras rupestres se apresentam com um versátil teor geométrico, embora seja perceptível certa familiaridade ordinária em ambas as regiões. Há casos onde gravuras rupestres se apresentam em exíguos blocos que até podemos considerar registros móveis - na acepção vulgar do termo. José Anthero Pereira Júnior verificou em Piracicaba sinalizações rupestres em blocos de pequeno porte. No Nordeste, observamos na Paraíba um bloco pequeno solto entre as pedras do leito do rio Surrão com gravuras (foto ao lado), Armand François Laroche



encontrou desenhos incisos num bloco quando, em 1985, escavava um abrigo rochoso na serra da Gameleira, no Seridó do Rio Grande do Norte, e a pesquisadora Anne-Marie Pessis (foto ao lado), da UFPE, também menciona belíssimas gravuras realizadas sobre blocos desprendidos no sítio Toca do Buraco do Pajeú, na Serra da Capivara. Contudo, estes pequenos blocos podem representar desprendimentos posteriores às gravações.

As expressões gravadas são os vestígios tangíveis mais remotos de manifestação gráfica, pois o testemunho mais antigo de gravuras, segundo Anne-Marie Pessis, foi

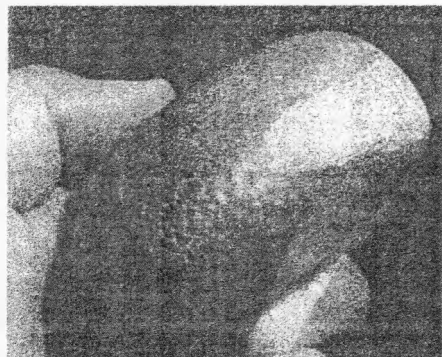
encontrado na Alemanha sobre um osso de elefante no qual foram identificados dois traços paralelos gravados, datados dentro de um período compreendido entre 350.000 e 250.000 anos. O eminente arqueólogo inglês Paul Bahn nos dá notícia de que existe um cemitério de neandertais, no sudoeste da França, coberto por uma laje de pedra incisa com uma série de pequenas concavidades arredondadas cuidadosamente dispostas.

Na América, também há indicativos de gravuras em arte-móvel consideravelmente antigas: A arqueóloga norte americana Betty Meggers (foto à direita) refere-se a um fragmento de concha perfurado na extremidade, possivelmente de um amuleto, que fora encontrado em 1891 preservado num atoleiro em Delaware, gravado com uma figura de um mamute, espécie paquiderme há muito extinta. No Brasil, gravuras não-figurativas encontradas enterradas no interior de uma lapa no vale do Peruaçu foram datadas entre 9.000 e 7.000 anos.



No Nordeste, os registros rupestres só passaram a ser estudados analiticamente a partir da década de 1970, pela pesquisadora Niède Guidon (foto à esquerda), na região sudeste do Piauí, sob influência da escola francesa difundida por Leroi-Gourhan e Anette Laming Emperaire. Embora as gravuras rupestres, de certa forma, tenham ficado num segundo plano devido à dificuldade de se encontrar estratigrafias seguramente relacionadas a este tipo de registro, alguns progressos foram verificados nos estudos de gravuras rupestres:

Em 1978, no intuito de melhor estudar estes testemunhos, foram realizadas moldagens em látex de gravuras rupestres pela equipe de Guidon através de uma experiência a fim de utilizar a seiva da maniçoba (*Manihot* sp) como látex, o que permitiu a realização de moldagens em custo acessível. Mais recentemente, algumas gravuras da região puderam ser datadas através de amostras de carvão coletadas no sítio Toca dos Oitenta, no Parque da Serra da Capivara, junto a instrumentos utilizados para gravar (foto ao lado) e dois blocos com gravuras. As



datações oscilaram entre 5.890 e 7.600 anos antes do presente.

Na Paraíba, os primeiros estudos sistemáticos no sentido de reproduzir fielmente itacoatiaras foram realizados pela equipe de Leon Clerot e a IAB através de moldagem em gesso. Posteriormente, no início da década de 1970, a arqueóloga Ruth Trindade de Almeida executou inúmeras experiências, com base na proposta de Mark Heden, utilizando tinta de tipografia e tecido morim, chegando a reproduzir diversos painéis de gravuras por meio de impressão.

4.2- As itacoatiaras análogas na Paraíba

Na Paraíba, são inúmeros os sítios arqueológicos de arte parietal incisa em rochas. Como afirma em definição concisa o pesquisador paraibano Carlos Belarmino, estudioso da Sociedade Paraibana de Arqueologia: “*a Paraíba é um celeiro de gravuras rupestres*”. E todas elas apresentam notáveis analogias, em diferentes graus, com os registros da Pedra do Ingá.

José Anthero Pereira Jr., no decênio de 1940, viu correlações inúmeras entre os sinais copiados pelo geógrafo norte-americano John Casper Branner, na região nordestina, com as da Itacoatiara do Ingá. Já na década de 1950, o professor Clóvis dos Santos Lima aludia semelhanças entre as inscrições existentes no Ingá e outras que aparecem também nos municípios paraibanos de Cabaceiras, Serraria, Picuí, Teixeira e outros pontos. Afirmando que todas guardam as mesmas características, os mesmos traços de origem como se representassem elos de um só círculo de influência.

Na década de 1960, Leon Clerot também comenta sobre haverem muitas outras inscrições rupestres na Paraíba e em algumas aparecem repetidos alguns caracteres da Pedra Lavrada do Ingá, mas nenhuma tão sobrecarregada de curiosos desenhos como esta.

Em 1995, o pesquisador Daniel de Castro Bezerra (foto ao lado), do Grupo Amador de Pesquisas Arqueológicas (GAPA)*, apresentou durante a *I Mostra de Produção Científica da Universidade Estadual da Paraíba* o painel: “Itacoatiaras do piemonte da Borborema, registros rupestres na Paraíba”, onde aponta semelhanças inúmeras entre o sítio Estreito e as gravuras da Pedra do Ingá.

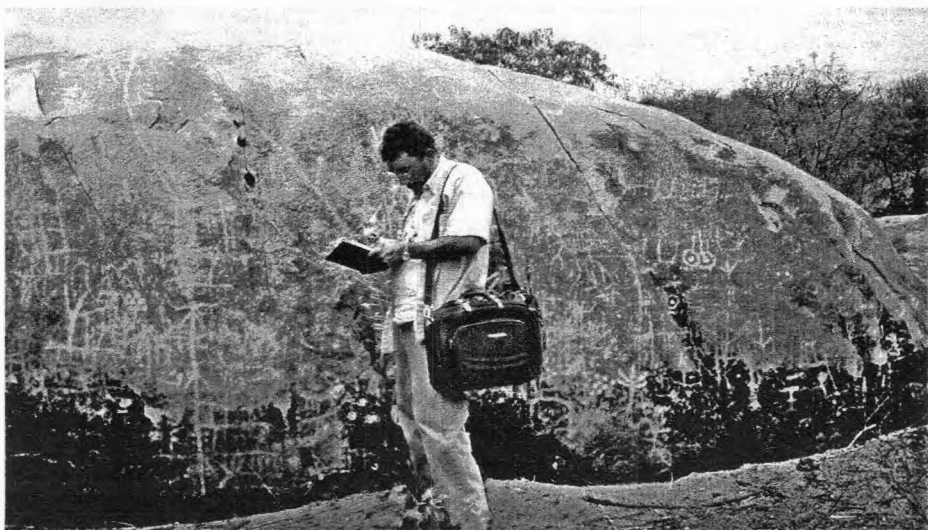


* Este sítio de gravuras, hoje conhecido como Poço Caudaloso, foi primeiramente citado em 1924 por Luciano Jacques de Moraes com fotografia realizada pelo botânico alemão Philip vom Luetzelburg. Encontrar-se num boqueirão da serra da Bocaina, a 7km da sede do município de Passagem.

A arqueóloga Gabriela Marin informa que inscrições do mesmo tipo das do Ingá foram encontradas no município paraibano de Passagem, no rio da Farinha, também num local de rochas dentro d'água*. Posteriormente, no rio Carnaúba e seus afluentes, em território seridoense potiguar, a pesquisadora também registrou meia centena de sítios com petróglifos gravados nas rochas com grafismos muito semelhantes aos da Pedra do Ingá.

No município paraibano de Barra de São Miguel, em terras do Cariri, num afluente do rio Paraíba denominado Riacho das Pedras, o professor Euclides Leal chama a atenção para um bloco rochoso com inscrições que se identificam notavelmente com os registros do Ingá. Este sítio, que também foi estudado pelo pesquisador Belarmino Mariano Neto, que o denominou de Riacho Fundo, é talvez um dos que mais se assemelha com as inscrições da Pedra do Ingá.

No vale do Sabugi, em terras do município de São Mamede, na localidade de Pedra Branca, identificamos um gigantesco sítio de gravuras rupestres, abrangendo aproximadamente 3.000m² de lajedo, recoberto com inúmeros



registros também existentes no Ingá. Em meio ao lajedo há uma pedra com inscrições cuja morfologia e distribuição gráfica em muito lembra a Pedra do Ingá (figura acima).

* GAPA, entidade criada em 1993, conforme o Diário Oficial de 12 de outubro. Uma organização com sede em Campina Grande, criada por Daniel de Castro Bezerra e Dilane Ferreira, com objetivos de pesquisar, preservar e divulgar os sítios pré-históricos da Paraíba. Esta entidade exerceu atividades até fins de 1995

Apesar da singular profusão de inscrições conjuntas e acurado requinte técnico presente na Pedra do Ingá, que dessa forma apresenta-se única, também estamos propensos a crer que se trata de um elemento contextual das diversas outras inscrições rupestres do Nordeste. É provável que entre muitas haja uma longa diferenciação cronológica e forçosa alternância dos elementos exógenos. Todavia, as itacoatiaras, de forma geral, testemunham o imaginário de culturas pré-históricas já há muito esvaídas quando da ocupação européia desta terra que ora chamamos Brasil.

As pesquisas individuais que há anos desenvolvemos na Paraíba nos levaram ao comprazer de visitar e levantar centenas de inscrições. De acordo com nossas observações, não há dúvidas de que as inscrições paraibanas estão correlacionadas através de linhas mestras estilísticas, podendo-se estender para todo o Nordeste essa situação isômere. Não há painéis repetidos, são muitas variações temáticas, contudo, identificam-se certos grafismos emblemáticos que se repetem em numerosos sítios, o que nos conduz à idéia de que os diversos sítios influenciaram-se por difusão cultural. Esta opinião é freqüente entre aqueles que pesquisaram



inscrições pelo interior paraibano e um dos primeiros a observar a repetição de sinais entre as inscrições rupestres paraibanas foi o engenheiro de minas Francisco Soares da Silva Retumba, que em 1887 registra: *“Notei bem depressa certa semelhança entre os caracteres de diferentes inscrições, algumas das quais se achavam a grandes distancias umas das outras; reparei que em um lettreiro muitissimas vezes encontrava-se o mesmo sinal repetido; varias letras se me gravaram por tal fôrma na memória que sem demora as reconhecia em qualquer parte; por fim fui obrigado a convencer-me de que os indios possuíam uma escripta”*.

Também o pesquisador Inocêncio Nóbrega Filho (foto), do extinto Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (NEPA), chegou à mesma conclusão comparando gravuras rupestres por ele identificadas na Paraíba, no município de Olivedos, região do vale do Santa Rosa, e as inscrições de Cantagalo, no município de Pedra Lavrada, nas quais viu similitudes ideográficas, sentido ascensional, linear e inúmeras protuberâncias de 2 cm de diâmetro cada.

Entre muitos outros pesquisadores que também observaram analogias gráficas nas inscrições paraibanas, destacamos a arqueóloga Ruth Trindade de Almeida: *“Fato importante a assinalar é a presença de certos símbolos abstratos que se repetem pintado ou gravado em vários sítios da região”*.

Esta característica não é domínio apenas da Paraíba, muitos outros pesquisadores de outras diversas regiões também assinalam semelhanças e símbolos heráldicos em itacoatiaras. José Anthero Pereira Júnior já aludia na primeira metade da década de 1940 certas analogias existentes entre alguns sinais do monumento do Ingá com aqueles copiados pelo Conde Stradelli no rio Negro, por Martius no Japurá e em diversos petróglifos estudados por Brenner e Hartt que, segundo supôs, trata-se de uma radiação de cultura cujos indícios maiores foram até então deparados em terras paraibanas. Alfredo de Carvalho também menciona que o estilo das inscrições lapidares é muito uniforme e as mesmas formas elementares reaparecem sempre, não só no alto Rio Negro e regiões adjacentes, mas por toda a América meridional habitada por populações “incultas”. Alice Aguiar também alude entre sítios em Pernambuco sinais indiscutivelmente “universais”, que se repetem em muitas culturas de grandes distâncias geográficas.



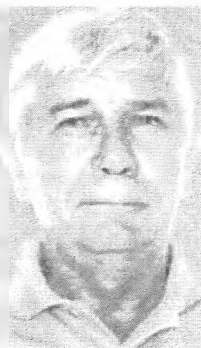
Um símbolo preponderante de nossas itacoatiaras – também profuso no conjunto do Ingá – é o círculo cortado por linha longitudinal. Curiosamente, num geoglifo* ao norte do Chile, numa cadeia de morros conhecida como Cerros Pintados, no inóspito deserto do Atacama, há uma representação deste símbolo medindo mais de 30 metros, cavada numa profundidade de 15 cm (foto acima).

Todos esses indicativos sugerem que as itacoatiaras são obras de povos nativos que por muito tempo habitaram a América. Contudo, apesar das evidências, preferimos não aprofundar esse assunto ao nível nacional, continental ou mundial. Na oportunidade, vamos nos deter apenas no território que nos é de domínio: a Paraíba.

* Geóglifos: colossal sistema de sinais geométricos formando desenhos no solo, às vezes em colinas, que só podem ser discernidos sobrevoando a área. Estes desenhos são feitos por meio de valetas ou montículos de pedras, formando desenhos imensos, e se apresentam em diversas partes do Planeta. Os mais famosos geóglifos são as linhas de Nazca, nos Andes.

5- Uma proposta de estudo

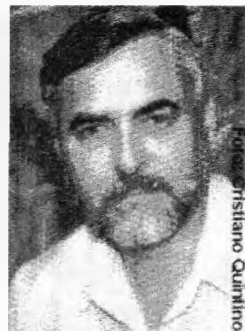
O estudo que se segue pretende demonstrar que a Pedra do Ingá é produto de uma tradição gráfica pré-histórica nativa. Sua técnica acurada parece mostrar que foi o estágio mais elevado de uma cultura rupestre desenvolvida paulatinamente. Dessa forma, utilizaremos a Pedra do Ingá como ponto convergente para contextualizar as similitudes existentes entre as itacoatiaras paraibanas. É bom frisar que a escolha não se deu por seus registros de grande impacto estético. Deve-se por ser reconhecida mundialmente. Assim, a utilizaremos enquanto parâmetro didático, operacional e instrumental de trabalho. O acautelado pesquisador Balduino Lélis, amigo por quem nutrimos muita admiração, com larga experiência arqueológica e muitos anos dedicados à Pedra do Ingá, de modo quase solene também aponta este conjunto petroglifo como versado parâmetro para as demais inscrições: *“Sejamos pois práticos e objetivos: desçamos, portanto, ao exame puro e simples das inscrições através do monólito do Ingá, é a maior e a melhor representação dessas lapidares, tornando-a como protótipo e visão comparativa das demais”*.



Assim, pretendemos ao longo deste trabalho utilizar métodos comparativos, a partir do sítio nuclear (a Pedra do Ingá), levando em consideração, além das analogias gráficas, a composição, o suporte rochoso e a paisagística ecológica. Pois, como bem frisou o sábio pensador Nicolau Maquiavel: *“para fazer um mapa de montanhas é preciso descer aos vales para estudá-las, e para estudar os vales é preciso olhá-los do alto dos morros, assim também, para conhecer o caráter do povo é preciso ser príncipe e para bem entender o príncipe é preciso ser povo”*.

Para tanto, selecionamos 26 outras itacoatiaras das diversas regiões do território paraibano, que serão apresentadas e comparadas com os registros entalhados em pedra no leito do Bacamarte. Contudo, na Paraíba, não se encontram registros rupestres em todo o território. Em nossa região litorânea até o perímetro que antecede os primeiros esporões do Planalto da Borborema – desde a costa até aproximadamente o meridiano 35° 40' - elas não se apresentam pela ausência de suportes rochosos. O pesquisador Eduardo Pazera Jr. (foto acima), quando elaborava um mapa dando conta do número de ocorrências arqueológicas nos municípios paraibanos, já havia feito essa observação: *“Observando o mapa, percebe-se o vazio das legendas nos municípios do Litoral paraibano, apesar da reconhecida antigüidade do povoamento pré-histórico, o que já era esperado devido à inexistência de material rochoso adequado para inscrições”*.

Para o arqueólogo André Prous (foto à direita), talvez nestas regiões desprovidas de afloramentos rochosos as populações deixassem suas marcas em árvores, por isso não podem ser encontradas. Ademais, sítios rupestres são raros por todo o Brasil em regiões litorâneas. Até o presente, segundo Prous, os únicos sítios rupestres conhecidos no litoral brasileiro são as itacoatiaras existentes nas ilhas catarinenses, no sul do país. Já o pesquisador Luís Galdino, em desacordo com Prous, não vê nenhum motivo, muito menos tabu, a fim de que o litoral constituísse local proibido à confecção desses elementos, lembrando que muitas calhas de rios, como o rio Paraíba do Sul, avançam pelo menos dois quilômetros mar adentro, evidenciando que o nível do mar subiu, em alguns casos em tempos bastante recentes, o suficiente para engolir muitos registros e aldeias.



O professor Juvandi de Souza Santos também é contrário à afirmativa de que nossa região litorânea é desprovida de Itacoatiaras. Considerando que, na Paraíba, a região litorânea não soma um significativo número de expedições de reconhecimento e, por isso, esta afirmativa seria precipitada.



Todavia, o engenheiro Leon Clerot, um grande conhecedor de inscrições rupestres que resumiu em seu livro "30 anos na Paraíba" suas pesquisas durante três décadas no Estado, descreve minuciosamente toda a costa e Zona da Mata paraibana, mencionando recifes, corais, fósseis, desembocaduras de rios, minerais, cavernas e até misteriosas galerias subterrâneas, e não faz qualquer menção à existência de inscrições rupestres nos 3.311 quilômetros quadrados desde a faixa litorânea até a zona de contato com o complexo cristalino. Mais recentemente, o veterano arqueólogo Marcos Albuquerque (foto à esquerda), do Laboratório de Arqueologia da UFPE, também se deteve nesta área territorial em trabalhos de salvamento arqueológico, percorrendo toda a extensão norte-sul da zona litorânea da Paraíba com sua equipe, no acompanhamento das obras de duplicação da BR 101, e, segundo nos informou na informalidade, também não encontrou ou teve notícias da existência de tais testemunhos rupestres na região.

* O arqueólogo, professor e coordenador geral dos trabalhos de Arqueologia da BR-101/NE, Marcos Albuquerque, no monitoramento dos quase 400 km da rodovia, até o momento, já resgata e salvou 147 sítios arqueológicos, tanto pré-históricos quanto históricos.

Segundo o pesquisador Mário Melo (foto à esquerda), em artigo publicado na edição de 06 de janeiro de 1925 do Diário de Pernambuco, o austriaco Ludwig Schwennhagen faz referência à existência de inscrições rupestres na costa paraibana. Contudo, bem sabemos que é preciso guardar as devidas ressalvas com relação às afirmativas deste estudioso austriaco, que imaginava ver ruínas fenícias em penedos. Considerado exêntrico, este cientista tornou-se tão desacreditado quanto a Cassandra, sacerdotisa do oráculo de Delfos.



Nossos estudos no vale do Curimataú da Paraíba demonstraram evidente escassez de gravuras rupestres na região, enquanto os sítios de pinturas são muito presentes. Esta lacuna também é confirmada nas pesquisas desenvolvidas na década de 1930 pelo Pe. Luiz Santiago (foto abaixo) que só registrou raras gravuras curimataenses na região já próxima ao Seridó.

Também observamos que em uma grande extensão territorial da região do Cariri da Paraíba, ao sul do paralelo de latitude 7° 40', as Itacoatiaras não se apresentam. Esta região, que compõe a bacia do Alto Paraíba e foi área territorial dos indígenas Sucuru no período colonial, é rica em sítios de pinturas rupestres e cemitérios pré-históricos em furnas, formando até grandes complexos com dezenas de testemunhos arqueológicos uns próximos dos outros. Contudo, nossas pesquisas neste perímetro territorial semi-árido nunca revelaram a existência de sítios de gravuras rupestres.

A região paraibana de Pirauá, zona muito perturbada pelo vale do Paraíba, também não se tem notícias de itacoatiaras. Ao que parece, na Paraíba, além da zona de litoral e grande parte do Curimataú, todo o perímetro adjacente aos limites com Pernambuco é estéril neste estilo de manifestação gráfica.

Com relação à mesorregião do Sertão paraibano, apesar de sabermos da existência de muitas itacoatiaras neste imenso pediplano ao oriente do Planalto da Borborema, estas se apresentam incircunscritas e pouco domínio temos desta região que se estende em planície depois do colossal planalto que cruza de norte a sul o centro do território paraibano. Assim, os sítios rupestres que ora serão apresentados, em favor de fundamentar a condição prosaica de inscrições



semelhantes ao conjunto rupestre ingaense, apenas contemplarão a região do planalto da Borborema, compreendida entre seus contrafortes ocidentais e os esporões imediatos à sua vertente oriental.

Outra peculiaridade que verificamos nas itacoatiaras paraibanas foi intrusões de pinturas, à base de extrato de hematita, adicionadas aos painéis de gravuras. Tais intrusões predominam nas regiões pegmatitas do Seridó, na porção norte dos Cariris Velhos e principalmente na bacia do Santa Rosa, região de relativa planura, raramente perturbada, com cobertura vegetal de caatinga hiperxerófila onde as cactáceas perfazem a fisionomia florística, em especial os facheiros (*Cereus squamosus*), que se apresentam altaneiros em vastos bosques. As itacoatiaras desta região, que vem sendo objeto de estudo do pesquisador Thomas Bruno Oliveira, se apresentam em grandes rochas aplainadas por erosão, à revelia em meio à mata, sem demonstrar destaque na paisagística, e os painéis rupestres são geométricos e confusamente congestionados em desalinho. As pinturas ora se apresentam somando sinais, com motivos genéricos das



gravuras, ora contornando os entalhes ou mesmo untando a parede suporte para fazer fundo às gravuras.

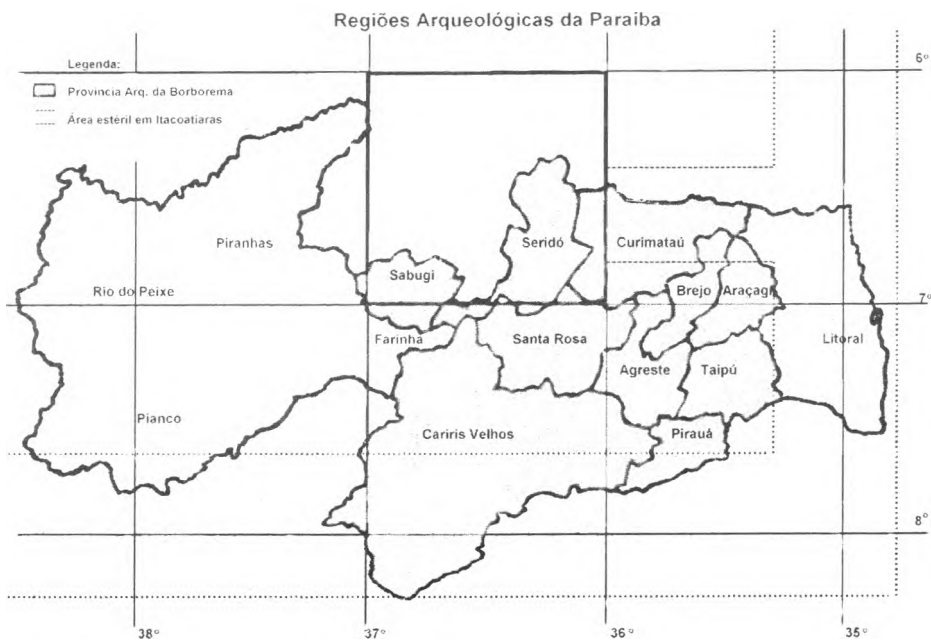


Estas associações, segundo supõe André Prous, seriam intrusões posteriores de outros grupos. O arqueólogo da UFPB Carlos Xavier (foto acima), que pesquisa inscrições rupestres no vale do Taperoá – Cariri da Paraíba - também acredita que esta dicotomia técnica num mesmo painel se trate de uma intrusão por reuso posterior dos suportes rochosos por grupos distintos. Segundo supõe, esses grupos intrusos também se apropriam dos sinais mais antigos e este seria o porque de se imaginar que trate de um conjunto só. Todavia, para nós

estas associação de modalidades técnicas seria uma mesma operação gráfica. No Seridó do Rio Grande do Norte, a pesquisadora Suely Luna (foto à esquerda) nos disse na informalidade também ter identificado gravuras no riacho do Bojo com acréscimos de desenhos à tinta e também sobre fundo pintado em tinta vermelha, cujas particularidades sugerem terem sido feitas, tanto as gravuras quanto as pinturas, por um mesmo autor.

As regiões da Paraíba onde as itacoatiaras são mais presentes são o vale do Sabugi e o Seridó. No Brejo paraibano, região de Taipu* e vale do Araçagi elas também são freqüentes às margens e leitos de rios, porém com menor intensidade.

Embora ainda existam aspectos discutíveis e não se tenha um conhecimento geral de como os sítios arqueológicos se comportam em todo o Estado, com base em anos de pesquisas formulamos um modelo de toponímia regional para classificar terminologicamente as regiões arqueológicas da Paraíba. Em 1997, a professora Janete Lins Rodrigues, da Fundação Casa de José Américo, organizou um Atlas Escolar da Paraíba, muito eficiente, onde subdivide o Estado em quatro mesorregiões geomorfológicas, cada uma subdivida em proporcionais microrregiões. Todavia, embora seja uma classificação amplamente divulgada e já consagrada, esta proposta não traduz os diferentes perfis arqueológicos paraibanos e, assim, nos foi necessário formular um mapa subdividindo as regiões do Estado de acordo com os perfis arqueológicos de cada região, em especial a Província Arqueológica da Borborema onde melhor se tem pesquisado.

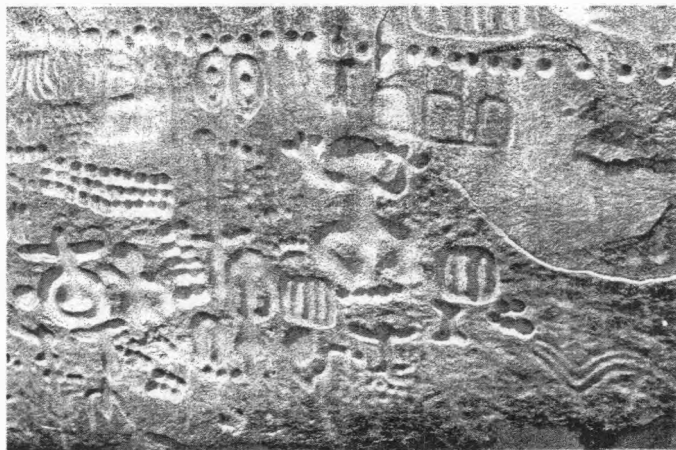


* A Pedra do Ingá se encontra na zona que demoninamos "Taipu". A nomenclatura da região lhe foi dada por Domingos Monteiro da Rocha, em 1757, quando inventariava o território e registrou a localidade de Pedra Lavrada para os anais da História.

5.1- À guisa de uma terminologia

O homem primitivo usou recursos técnicos e operativos nas representações pictóricas que podem ser interpretados como testemunhos de evolução gráfica, diferenciações culturais étnicas ou mesmo cronológicas. Na Paraíba, apresentam-se, de forma geral, três modalidades de variações técnicas para gravar suportes rochosos, para as quais utilizaremos os termos denominativos de: “meia-cana”, “picotadas” e “monocrômicas”, que, via de regra, contemplam regiões geográficas e ecológicas específicas:

Meia-cana: O termo foi largamente utilizado entre os estudiosos da linha de Leon Clerot. Esta técnica de gravura está muito bem representada nos painéis Vertical, Superior e Inferior da Pedra do Ingá (foto abaixo). São sulcos profundos, atingindo até 8 mm, e largos: há registros de até 5cm. O interior côncavo é muito



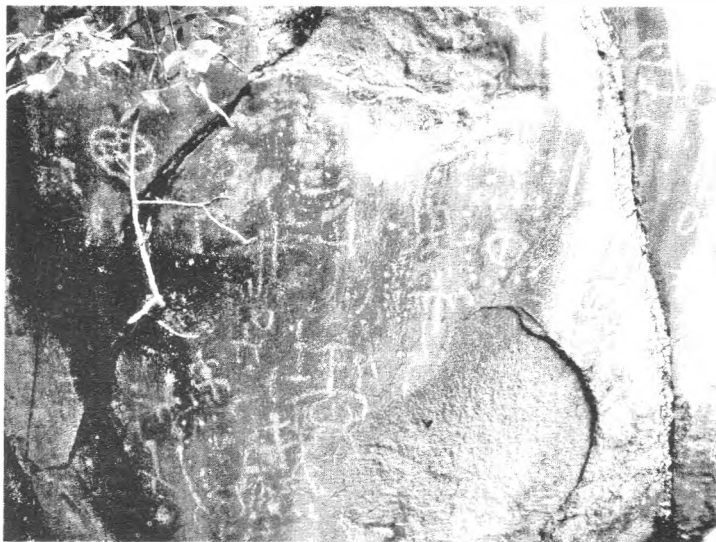
bem polido e boleado. Geralmente, as superfícies utilizadas para esta técnica são previamente polidas por meios naturais ou antrópicos.

Este tipo técnico muito refinado de gravação é presente na Paraíba, oportunamente, em regiões amenas como o Brejo, vale do

Araçagi, região de Taipu e o Agreste oriental, se fazendo presentes às margens e leitos de rios e riachos, geralmente onde estes formam poços, caldeirões e/ou corredeiras. Outra peculiaridade deste tipo de sítio é apresentar anexo inúmeros outros painéis e sinais sob técnica tosca, distribuídos nas adjacências de um conjunto principal admirável e profuso. A pesquisadora Alice Aguiar também observou esta peculiaridade no sítio Boi Branco, em Pernambuco.

Conjuntos de depressões perfeitamente capsulares e símbolos geometrizados e complexos são a principal temática deste modelo gráfico. Registram-se, sempre, lajes soltas coberta de sulcos desordenados. Imaginamos que se tratem, possivelmente, de mesas onde se afiava o artefato de percudir.

Picotamento: O termo também já é bem difundido entre muitos pesquisadores de inscrições rupestres, Ruth Trindade de Almeida denominou esta técnica de “gravuras ponteadas”. A técnica consiste em gravar toscamente, através de golpes de buril, ferindo a pedra para formar desenhos; em alguns casos o traço é constante e labiríntico. Geralmente, essas gravuras apresentam-se em matacões equilibrados sobre lajeiros em meio à caatinga, muitos desses outeiros contêm tanques naturais, que reservam águas meteóricas, ou encontram-se próximo a lagoas ou efêmeros canalizadores de águas pluviais. Todavia, nem sempre o elemento água se apresenta nas adjacências de gravuras picotadas.



Preponderantemente, os registros gráficos são distribuídos nas paredes verticais dos matacões, são simbólicos ou intrincados. É comum a presença de uma pátina negra orgânica ou de oxidação, em meio à aspereza interior dos registros, realçando suas

formas. As paredes suporte são, em geral, muito bem polidas e há casos onde se aplica uma demão de tinta recobrimdo parte da superfície rochosa para fazer fundo às gravuras.

Onde ocorre este tipo ininteligível de gravuras rupestres, não raro, apresenta associação com registros pintados em tinta, à base de óxido de ferro, compondo o conjunto gráfico, recobrimdo a superfície para fazer fundo às gravuras ou apenas contornando as formas gravadas. A modalidade técnica de picotamento, na Paraíba, embora seja ordinária em todo o Estado, predomina nas regiões semi-áridas, em especial na zona setentrional dos Cariris Velhos e também no Vale do Rio Santa Rosa.

*Foto: sítio arqueológico Lagoa do Escuro, município de Taperoá- PB

Monocrômicas: É uma técnica que produz gravuras muito superficiais, destacando-se apenas pela cor que contrasta com a do suporte natural, cuja exposição às intempéries é relativamente mais antiga do que as incisões em rocha rejuvenescida a picão. Os sulcos aprofundam-se até aproximadamente 4mm na rocha, em canais de 1,2cm de largura. Podem ter sido mais profundas quando realizadas e tenham perdido profundidade expostas às intempéries e efeitos térmicos, pois esta técnica é aplicada no piso horizontal de extensos lagedos.



Os registros gráficos sob esta técnica são organizados em grande profusão quase sem deixar espaços por gravar. Congestionadas ao modo dos relevos dos frontões do Parteon de Atenas. São, geralmente de teor esquemático e aspecto geométrico. Lembram configurações astronômicas. Há casos em que

apenas são raspadas na superfície. Contudo, não consideramos estas ranhuras uma nova modalidade técnica, porque são poucas ocorrências e estão sempre associadas às gravuras que ora denominamos de monocrômicas.

Este tipo de itacoatiara compõe inúmeros sítios num mesmo raio adjacente, onde afloram lajedos, e é unânime nos vales do Sabugi, do Peixe e do Piranhas, regiões tórridas do Sertão paraibano. No Sabugi, identificamos inúmeras destas inscrições preenchendo extensos outeiros, algumas já referenciadas por Luciano Jacques de Moraes na década de 1920 e outras diversas que foram verificadas pelo geólogo João Marinho Morais Neto em meados do decênio de 1990. No vale do Piranhas, Ruth Trindade de Almeida e Thomas Pompeu Sobrinho referenciam algumas existentes na região de Brejo do Cruz, Eugênio Paccelli e o pesquisador Luís Carlos Gomes dão notícias destas no vale do Rio do Peixe, e, também visitamos um lajedo nessa região, próximo à sede do município de Pombal, com inscrições desta natureza. Gravuras monocrômicas também se apresentam intrusas, em menor grau, na região central dos Cariris Velhos da Paraíba.

Não é propósito nosso dogmatizar estes termos, apenas os consideramos apropriados como definidores didáticos das técnicas expostas. A título de informação, há outras modalidades técnicas, tipos de suporte rochosos e outras curiosidades que merecem referência:

Alto-relevo: Em muitas partes do Globo há registros de esculturas em pedras atribuídas a sociedades pré-históricas. Na América também não foi diferente, alguns povos eram exímios escultores de pedra (foto de estela maia em alto relevo). Contudo, na Paraíba até o presente não registramos painéis rupestres com motivos em alto-relevo. A professora Ruth Trindade de Almeida, que percorreu grande parte do território paraibano em pesquisa de inscrições rupestres, afirma que essa modalidade gráfica não se apresenta em nosso Estado. A título de curiosidade, algumas vezes somos informados da existência de gravuras em alto-relevo e, quando vamos verificar a procedência do informe, nos deparamos com fotografias de gravuras onde, dependendo do ângulo e iluminação que foi realizada, inverte a imagem dando a falsa impressão de sobressair.

Pedras de Sino: Um curioso tipo de monumento natural que serviu de suporte para inscrições rupestres são os matacões sonoros. Blocos de natureza ígnea ou metamórfica apoiados de forma que, ao serem percutidos, emitem um som metálico, conhecidas entre a população rural como “pedras de sino”. Na

Paraíba, muitas destas apresentam gravações picotadas, contudo, são em pequeno número e abrangendo área reduzida das superfícies.

No conjunto da Pedra do Ingá, entre os painéis marginais, existe uma pedra no leito do Riacho com essa propriedade apresentando estigmatografia de capsulares incisos (foto ao lado). Na mesma há um profundo orifício, certamente feito por broca de metal por algum



curioso que queria ver se a pedra era oca. O Pe. Rietveld sugere que esse tipo de pedra tinham um sentido nas celebrações religiosas primitivas.

Este tipo de suporte rochoso com inscrições não é exclusividade da Paraíba, já no ano de 1885, Domingos Soares Ferreira Penna menciona em carta dirigida a Tristão de Alencar Araripe ter encontrado, há seis anos em Itamaracá, no rio Xingu, uma pedra com inscrições insculpidas que, quando tangida por outra pedra ou por martelo, emitia um som metálico semelhante a um sino.

Pseudo-inscrições: Temos na Paraíba inúmeras curiosidades gravadas e manchadas nas pedras que tranqüilamente enganam aqueles que não tem perícia em identificar inscrições rupestres. Há inúmeras pedras que apresentam formas negligentes em tom vermelho que são confundidas com pinturas rupestres, quando na verdade representam oxidações naturais. Nestas, vêem-se imagens de Nossa Senhora, figuras de animais e outras diversas interpretações ao deleite da imaginação. Não foram poucas as vezes que ascendemos serras ou percorremos quilômetros por veredas para ver uma suposta inscrição rupestre e encontramos oxidação natural que nada representava, a não ser na imaginação do informante. Também há casos de pseudo gravuras rupestres. Uma vez, fomos informado que na localidade de Tanque de Pedra, município de Arara, haviam inscrições gravadas num rochedo que ninguém sabia decodificar. Prontamente fomos a este local que, diga-se de passagem, é pitoresco; no entanto, ao invés de gravuras rupestres, encontramos na base de um lajedo um largo veio de feldspato incrustado no gnaiss que, devido a seu menor grau de dureza em relação ao componente mineral predominante do afloramento, sofreu erosão diferenciada pelas águas que escorrem na pedra, formando sulcos em forma de xis naquela porção menos resistente. Ocorrência idêntica também se observa num matacão, no município de Prata, no Cariri da Paraíba, num lajedo do sítio Caiana dos Criolos, no município de Alagoa Grande e, recentemente, os pesquisadores Dennis Mota e Lúcio Farias encontraram curiosidade semelhante no sítio Caixeiro, município de Juarez Távora (foto acima).



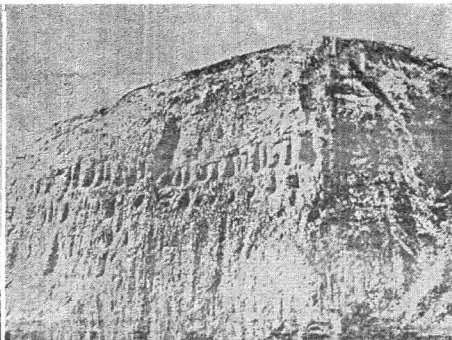
No conjunto da Pedra do Ingá, em frente ao painel principal, há uma formação curiosa. Trata-se de uma rocha posicionada à sombra de um Angico,

árvore do gênero *Piptadenia*, cuja fachada é disposta em malhas paralelepipedais que parecem ter sido talhados pela indústria humana. No entanto é obra natural (foto ao lado).

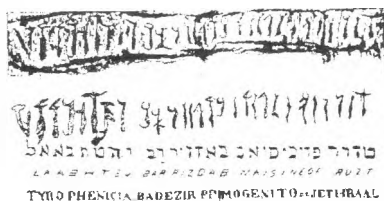
A mais famosa pseudo-inscrição do Brasil são os sulcos enfileirados, de aproximadamente três metros cada, existentes numa parede granítica, a prumo, do alto do Morro da Gávea (foto abaixo), no Rio de Janeiro, que ocasionalmente também visitamos, em 1986, e constatamos ser um curioso capricho da natureza. Esta pseudo-inscrição é célebre desde fins do século XIX: o coronel A. Braghine imaginou ali “uma inscripción cuneiforme muy antigua” e o



Local das supostas inscrições



pesquisador amazonense Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, foi mais longe; considerado estes efeitos de erosão uma autêntica inscrição que expressa a seguinte mensagem: *Tyro, Fenícia, Badesir Promogênito de Gethaball*. (imagem ao lado).

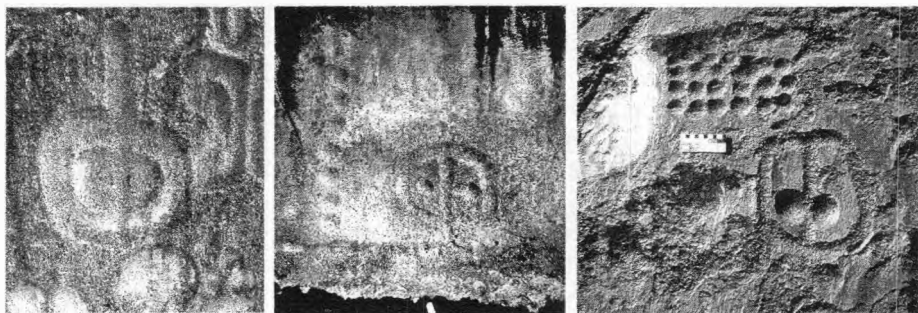


Há também as pseudo-inscrições forjadas por pessoas mal-intencionadas. No município paraibano de Aroeiras, região de Pirauá, no alto do serrote da Torre, que fica próximo a sede municipal, foram feitas umas inscrições na pedra, com uma tinta cor ferrugem, semelhante aos caracteres chineses, que se o pesquisador não for experiente facilmente se deixará enganar por este engenhoso embuste.

5.2- Modelos comparativos

A maioria dos trabalhos voltados à Pedra do Ingá tem consistência aquosa devido à falta de um estudo de conjunto que lhe determine a cultura, cuja consequência é uma viciosa pré-concepção de misticismo que enfeitiça a mente de quem a observa. Por isso, é objetivo nosso neste capítulo apresentar uma seleção de outras itacoatiras, também pinçadas no território paraibano, para um estudo estrutural deste horizonte gráfica tendo a Pedra do Ingá como elemento anexo.

Trabalharemos, portanto, com diversas outras gravuras rupestres distribuídas no território, pontuando suas particularidades específicas e as similitudes com o conjunto ingaense. Preferimos, no entanto, utilizar o desenho para ilustrar o capítulo, uma vez que a fotografia não possibilita uma visão simultaneamente



abrangente e nítida. Todavia, as fotos acima que trazem um mesmo símbolo, sob mesma técnica e em itacoatiras distantes entre si, podem exemplificar com fidelidade o grau de similitude entre a Pedra do Ingá e suas análogas paraibanas.

A sequência dos sítios a serem apresentados obedecerá à distância geográfica em relação ao modelo nuclear. Esse distanciamento geográfico se dará retilíneo, desprezando os acessos rodoviários, uma vez que estes não existiam na pré-história.

A seleção de gravuras rupestres colhida para este mister (cujo mapa ilustra), pretende demonstrar que para se estudar os petróglifos do Ingá é preciso primeiro estudar analiticamente a cultura Itacoatiara. À primeira vista, estes petróglifos podem parecer incomuns com o conjunto rupestre de Ingá. No entanto um olhar comedido, tanto no campo sensível quanto nos aspectos essenciais, irá extinguir dúvidas da patente familiaridade existente entre os registros do Ingá e suas congêneres rupestres, e esse é o primeiro passo para desmistificar a idéia de que a Pedra do Ingá é estranha à Paraíba. Pois só a moderação possibilita notar que a cultura itacoatiara encadeia uma série de operações sistêmicas que parecem indicar um mesmo propósito geral.

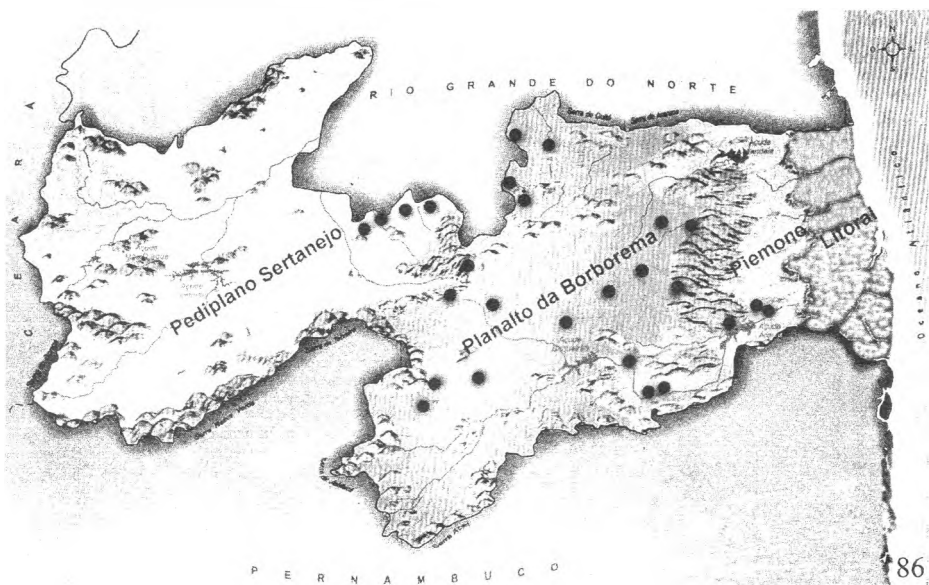
Vale salientar que o objetivo desta reunião de sítios de gravuras rupestres não pretende desvalorizar a Pedra do Ingá como elemento ordinário. Muito pelo contrário,

enquadrá-la num universo cultural tende a enriquecê-la como detentora de uma linhagem. Embora esta pesquisa venha ferir a soberba de quem prefere uma origem “nobre” para a Pedra do Ingá, estes terão que se conformar com sua raiz no âmago da cultura indígena. E aqueles que acompanhar os capítulos que se seguem, verão que isso não é especulação. É fato.

É preciso anular este estigma pejorativo que envolve as sociedades primitivas e, em especial, a cultura ameríndia. O fato destes não ter assumido uma postura urbana não significa, necessariamente, que lhes faltava às capacidades artísticas e de abstração. Cada vez mais que nos detemos nos testemunhos culturais indígenas, mais nos convencemos de sua complexidade e excelência, basta tomar de exemplo a arte expressa na cerâmica marajoara, cuja origem nativa é incontestável.

Os desenhos de itacoatiaras que ilustram este capítulo foram por nós pacientemente copiados em observação direta ao natural. Para não negligenciar os rigores científicos tivemos a diligência de observar e reproduzir cuidadosamente as distribuições gráficas com seus respectivos espaços vazios, assim como não prever o ilegível e nem forçar similitudes. Não obstante, a maioria dos sítios selecionados é composta por outros painéis adjacentes que não julgamos necessário incluir já que ora não é objetivo trabalhar estes sítios em minúcia.

Ainda conhecemos e levantamos dezenas de outros sítios de gravuras rupestres no interior paraibano versadas para este trabalho que, para não ser redundante e, por consequência, fastidioso ao leitor, não foram contemplados na difícil segregação a que nos dispomos.



Sítio arqueológico Poço do Sapateiro – Ingá- PB

Este sítio foi primeiramente referenciado no Boletim Informativo da Sociedade Paraibana de Arqueologia, número 26, e foi descoberto no dia 21 de setembro de 2008 pelos pesquisadores Dennis Mota, Elnathan Monteiro e Lúcio Farias quando faziam reconhecimento do riacho Bacamarte percorrendo a pé seu leito pelos 17km desde sua desembocadura no rio Paraíba até a Pedra do Ingá. O sítio localiza-se no sítio Acari, 3km abaixo da Pedra do Ingá, no leito do Bacamarte, em propriedade de Glauco Cabral, e trata-se de um afloramento gnáissico composto por inúmeros caldeirões em dimensões diversas. O sítio é composto por gravuras rupestres, realizadas sob técnica de picotamento, que decoram paredes internas de dois meios-caldeirões e uma parede a prumo que se forma como degrau ao final do lajedo. Também foram identificados capsulares agrupados em conjuntos e outros distribuídos a esmo em diversas partes do piso do lajedo. Na



borda interna de um meio-caldeirão foi também identificada uma linha contínua de 88 capsulares ao modo da linha capsular do painel principal do Ingá. O painel mais significativo decora uma parede longitudinal. Previamente polido, este painel é composto por uma figura antropomorfa e tridáctila, diversos pontos capsulares ordenados em grupos e outros sinais de difícil classificação. As figuras foram

apenas picotadas na pedra, porém podem ser bem visualizadas devido uma pátina negra que se formou na aspereza interior dos desenhos rupestres. Este sítio, apesar da técnica tosca, demonstra o mesmo espírito inspirador da Pedra do Ingá.

Sítio arqueológico Lajes - Itatuba - PB

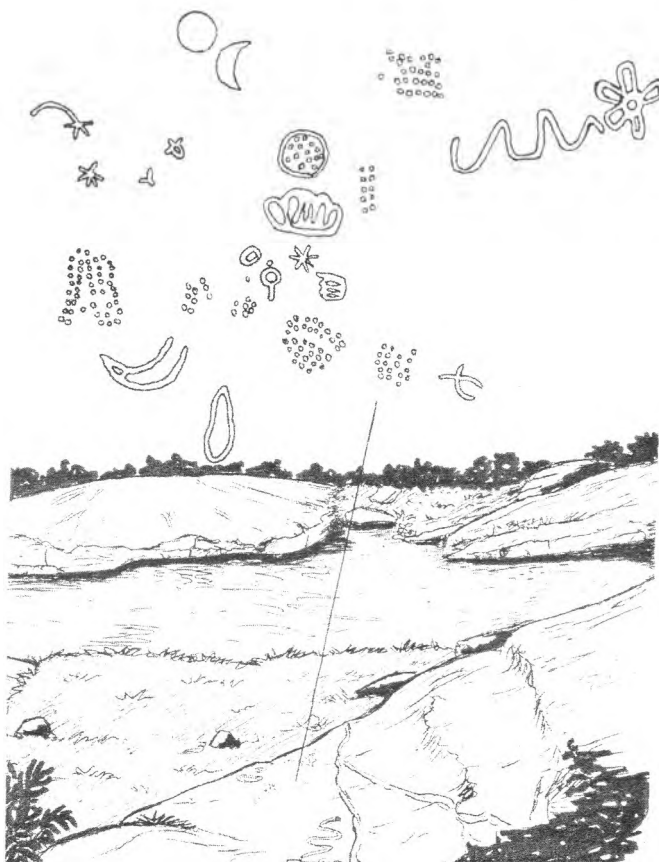
Quem primeiro estudou essas inscrições foi o médico Arnaldo Tavares, na década de 1960, um arqueólogo amador que utilizava o ofício de visitas diárias a pacientes para registrar inscrições rupestres. Consta que o mesmo teria levado Leon Clerot ao local, para efeito de estudos comparativos entre as inscrições de Lajes e do Ingá. Mais recentemente, os pesquisadores Lúcio Farias e Dennis Mota vêm prospeccionando sítios rupestres nesta região

O sítio Lajes dista 5km a sudoeste da Pedra do Ingá, no leito do riacho Surrão, próximo a serra do Gentio, em propriedade de Luciano Raposo, e trata-se de um lajedo em gnaiss onde forma-se um grande tanque natural, cujo sangradouro produz pequenas cascatas. O lajedo contém inúmeras gravuras rupestres e o painel principal ocupa uma área de 30m², no piso íngreme de encosta do reservatório

natural, com figuras gravadas em meia-cana, sendo majoritário os registros gráficos de grandes proporções.

É interessante notar a gravação de um círculo ao lado de um semicírculo, que apenas não foram delineados seus contornos, mas preenchidos em baixo-relevo com capricho e arte. Estas formas parecem representar as fases da lua.

Um pouco mais abaixo do painel principal, ainda no mesmo lajedo, observam-se outros painéis isolados sob técnica rasa de picotamento, a exemplo do conjunto marginal do Ingá.



Sítio arqueológico Pedra da Torre - Riachão do Bacamarte- PB

Este sítio foi primeiramente referenciado por José Anthero Pereira Jr., em 1945, e estudado na década de 1960 por uma equipe da IAB. Distância 11 km a noroeste da Pedra do Ingá, situado no cume de um serrote à margem da BR 230, em seu quilômetro 127, na propriedade de Perón Japiassu. Trata-se de um matação em granito de aproximadamente 11m de altura e tem uma largura aproximada de 8m, sobreposto num lajedo aflorado.

O testemunho identificativo do sítio é um painel rupestre, no monumento isostático, em sua superfície vertical orientada para a direção noroeste, ocupando 12m² de área, onde figuram gravuras muito rasas picotadas sobre superfície previamente untada com ocre vermelho e desenhos pintados circulando o painel gravado. O painel de gravuras destaca-se no rochedo, pois, apesar de ser gravado muito superficialmente, a base vermelha de tinta oferece destaque às gravuras.

Mesmo observando uma diferenciação nos termos técnica, seleção de suporte e meio ecológico, observa-se flagrantes relações entre determinados motivos decorativos e a distribuição espacial gráfica com o modelo nuclear.



Sítio arqueológico Itacoatiara dos Macacos – Queimadas- PB

Nenhuma fonte bibliográfica descreve este sítio. Dista 35km a oeste da Pedra do Ingá e está inserida no leito do riacho Macacos, que é de natureza periódica, na propriedade do Sr. Jorge Xavier.

O sítio caracteriza-se por gravuras em meia-cana, sobre parede lateral de uma formação rochosa que interfere a descida fluente do riacho, formando um poção. O painel fica voltado para o leste, ocupa um área de 17,5m² e é único. Consta uma pedra solta no leito do poção com incisões capsulares desordenadas, como também acontece no Ingá.

Em meio aos registros, a maioria capsulares, se verifica uma espiral e uma representação serpenteforme. A descoberta desse sítio deu-se em 1997 e deve-se a uma equipe de estudantes, orientados por professores do município, denominada LAQ: Levantamento Arqueológico de Queimadas.

Esse sítio se enquadra nos padrões de escolha de suporte, meio ecológico e técnica de elaboração com o estilo meia-cana. Todos seus elementos constitutivos estão convencionalmente de acordo com o sítio nuclear, exceto pela ausência de painéis marginais nas adjacências.



Sítio arqueológico Furnas do Amaragi – Lagoa Seca- PB

Este sítio foi primeiramente referenciado em 1979, por Ruth Trindade de Almeida, em sua obra “A arte rupestre dos Cariris Velhos”. Está distanciado cerca de 35km a noroeste da Pedra do Ingá e trata-se de uma formação rochosa em gnaisses aflorado no leito do rio Mamanguape, que é marco de divisa entre os municípios de Lagoa Seca e Matinhas, em propriedade do Sr. Genilson de Lima e Silva, cujas paredes apresentam gravuras rupestres variadas.

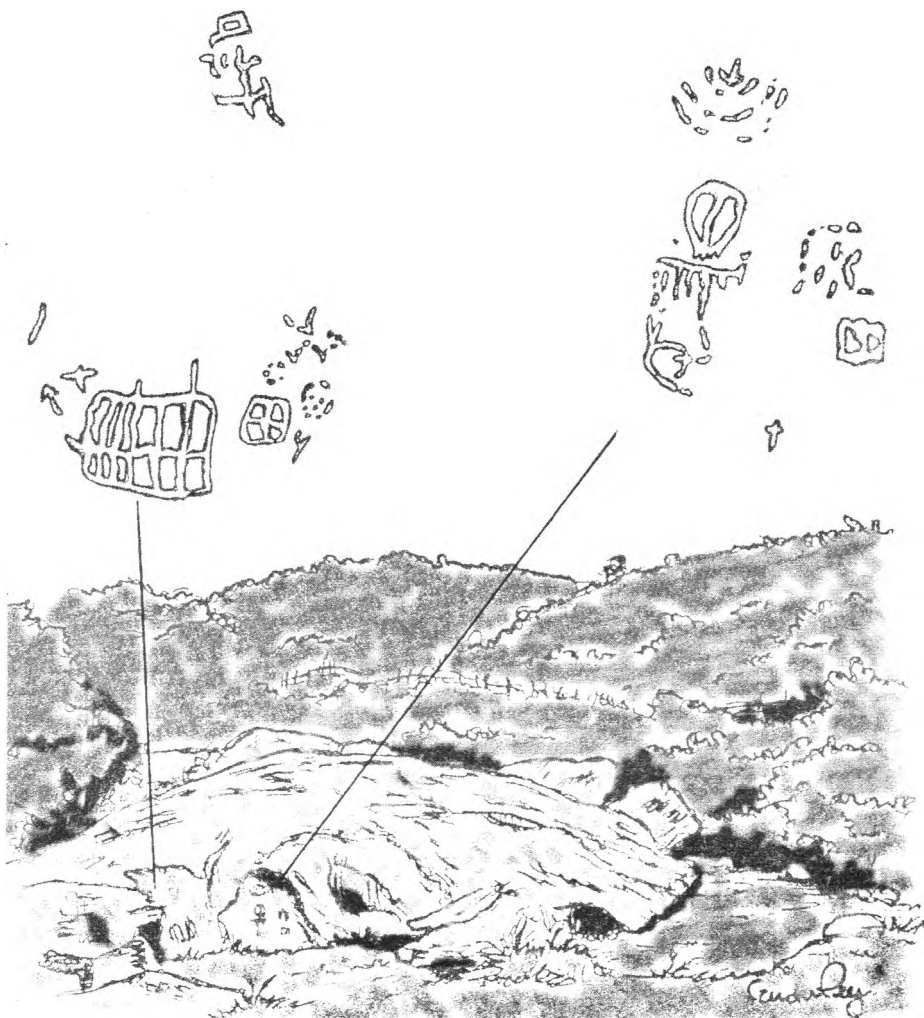
O sítio é composto por um painel dicotômico embutido em duas concavidades naturais da parede vertical que finaliza o soerguimento rochoso, voltadas para a direção leste, realizadas por picotamento raso numa superfície naturalmente polida, possivelmente pela corrente dos enxurros. Estes painéis apresentam gravuras de teor esquemático e estão muito apagadas pelo tempo. Todavia, podem ser bem visualizadas devido a uma pátina negra que se formou no interior áspero das gravuras.

O rio Mamanguape neste ponto é perene, porém de pequena vazão, e suas águas seguem se encachoeirando nas deformidades do afloramento e nos acúmulos de rochas depositadas por sobre o rochedo, que ali foram depositadas durante as inúmeras fortes torrentes do passado. Estes blocos, por sobreposição, formam inúmeras furnas e locas que dão um aspecto pitoresco ao local e, por isso, a população da região denomina a localidade de “Furnas do Amaragi”, por estar próximo a esta povoação rural. Provavelmente, este painel que ora segue o desenho seria um painel marginal. Essa conjectura, formulamos a partir da idéia de que gravuras picotadas em locais de cascatas, no agreste e brejo da Paraíba, são marginais a um painel mais profuso e feito sob técnica de meia-cana. De fato, fomos informados por moradores da localidade, que desde criança banhavam-se nas Furnas, da existência de um painel mais bem elaborado realizado em uma grande pedra encalhada no leito da corredeira, que foi impelida pelas torrentes, e seus registros, hoje, estariam voltados para baixo. Segundo informam, há vinte anos era possível mergulhar no rio e emergir sob um abrigo côncavo que se formava entre a pedra tombada e as encostas da calha rochosa por onde o rio flui, onde se podia apreciar esse painel por sobre o teto. Todavia, com o tempo as torrentes de inverno foram, gradativamente, alojando outras pedras nesse espaço e assoreando com cargas de areia, impelidas pela força das águas, e hoje não é mais existe o espaço que possibilitava emergir e visualizar o painel. Quanto à descrição deste, dizem que é muito mais bem acabado e profuso em sinais do que as poucas inscrições que ainda podem ser vistas.

Em dois caldeirões existentes no dorso do lajedo, que se interligam no interior, verificamos inúmeros capsulares profundos e polidos, como os existentes

no Ingá, distribuídos nas paredes internas das concavidades, de maneira assistemática.

Mesmo sendo as gravuras do Amaragi, ora verificadas, sob técnica de picotamento e composta por poucos símbolos, seus registros rupestres e composição gráfica em muito se identificam com os do Ingá. Lamentável não ser mais possível vislumbrar o painel rupestre que supomos ser o principal do conjunto.



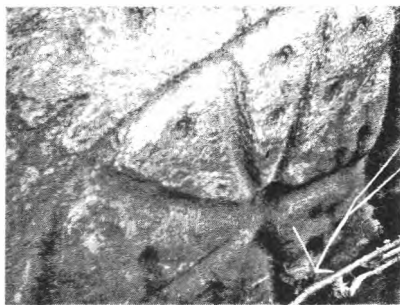
Sítio arqueológico Itacoatiaras do Estreito – Campina Grande- PB

Este sítio foi primeiramente referenciado no ano de 1995, em matéria no Jornal da Paraíba, quando descoberto e estudado pelo pesquisador paraibano Daniel de Castro. Encontra-se a 43 km a oeste da Pedra do Ingá e trata-se uma formação rochosa metamórfica sobre o leito do riacho Logradouro, propriedade de Rivaldo de Souza Neves, com inscrições sob técnica de entalhe em meia-cana.



Devido às fortes torrentes deste riacho, o suporte rochoso foi completamente desarticulado. Parece-nos que o painel principal desprendeu em placas e está sobre o piso do afloramento encostado na parede onde anteriormente estava sobrependente, talvez esteja encobrindo a parte inferior restante do painel, pois alguns registros demonstram estar faltando o complemento inferior. Outras placas com inscrições estão a sua frente, interrompendo o fluxo natural do riacho que corre sobre a calha pétrea, formada no íngreme do lajedo, e deságua em cascata num poção, que se forma ao término do afloramento rochoso.

O painel principal está orientado para a direção norte e é composto por complexos desenhos contínuos; um meio-espiral perfeitamente simétrico, capsulares diversos e destaca-se no painel um grande círculo com canais convergindo para um capsular central, cujas divisões entre os raios apresentam incisões capsulares em número distintos. Esta figura lembra um calendário astronômico antigo. Embora muitos prefiram compará-la a uma pizza (foto acima).



Nas adjacências desse painel, outras figuras se apresentam no lajedo e caldeirões, executados sob técnica inferior ao painel principal, onde o entalhe demonstra requinte na apresentação plástica do baixo-relevo. Também se verificou muitas outras pedras ao longo do riacho, no curso até 800m, com conjuntos de incisões capsulares desordenados.

Verificam-se também sinais de atividade mineradora nas adjacências deste sítio. É possível que outras pedras com registros rupestres tenham sucumbido aos explosivos.

Este sítio vem sendo objeto de estudo do jovem pesquisador Erik de Brito (foto ao lado) e apresenta muitas semelhanças com a Pedra do Ingá no tocante à técnica, estrutura gráfica e impacto visual. Além de encontrar-se em área de corredeira e apresentar inscrições no raio adjacente, seus sulcos são muito largos, profundos e bem polidos. Todavia, seus sulcos apresentam maior profundidade do que a Pedra do Ingá devido, talvez, ao baixo metamorfismo do suporte rochoso que o fez, consequentemente, mais maleável ao cinzel.



Sítio arqueológico Cachoeira do Caldeirão – Esperança- PB

Este sítio, segundo consta, teve sua primeira referência bibliográfica nesta obra. Está distante 47km a noroeste da Pedra do Ingá e fica por trás de uma cervejaria denominada Riacho Doce, que, a exemplo do Ingá, seu proprietário explora o meio aprazível para atrair banhistas.

Trata-se um lajedo em gnaiss, formando plataformas em sete degraus, no leito do riacho Ribeiro, afluente do rio Mamanguape. Na primeira queda d'água há um bellissimo caldeirão na meia encosta da parede íngreme, largo, profundo e perfeitamente esférico e, logo abaixo, um pequeno tanque recepta as águas que excedem do referido caldeirão. Ao longo da parede à esquerda do caldeirão apresentam-se gravuras rupestres entalhadas em meia-cana.



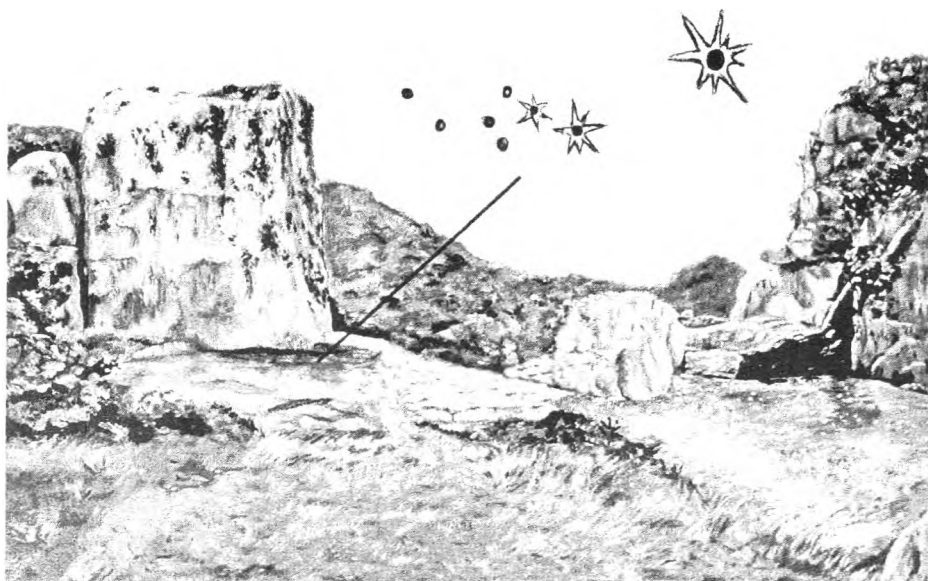
O painel, que se apresenta único, ocupa área de $8m^2$, e é perceptível que muitos sinais já desapareceram e outros perderam profundidade, desgastados pelo véu líquido que é praticamente constante nessa parede. A composição do painel tem notáveis semelhança com as gravuras do Ingá, tanto na técnica quanto na composição dos símbolos.

Sítio arqueológico Pedra do Altar – Barra de Santana- PB

Quem primeiro fez referência a este sítio foi a arqueóloga Ruth Trindade de Almeida, na obra “A arte rupestre dos Cariris Velhos”. A Pedra do Altar encontra-se a 57km a sudoeste da Pedra do Ingá, na propriedade de Pedro Cordeiro, sobre um lajedo gnáissico à margem direita do rio Paraíba, em área de depressão em vale relativamente encaixado e estreito, lugar pitoresco onde o rio Paraíba encachoeira – se sobre as pedras. Embora este rio no trecho seja de regime torrencial, o espólio das águas de esgotamento da Campina Grande canalizadas pelo riacho Bodocongó perenizam esta ribeira.

O sítio é composto de um gigantesco monumento cubiforme assentado sobre plataforma rochosa, cuja nomenclatura se deve a relatos de que o monumento teria servido de altar para jesuítas na evangelização dos índios da região.

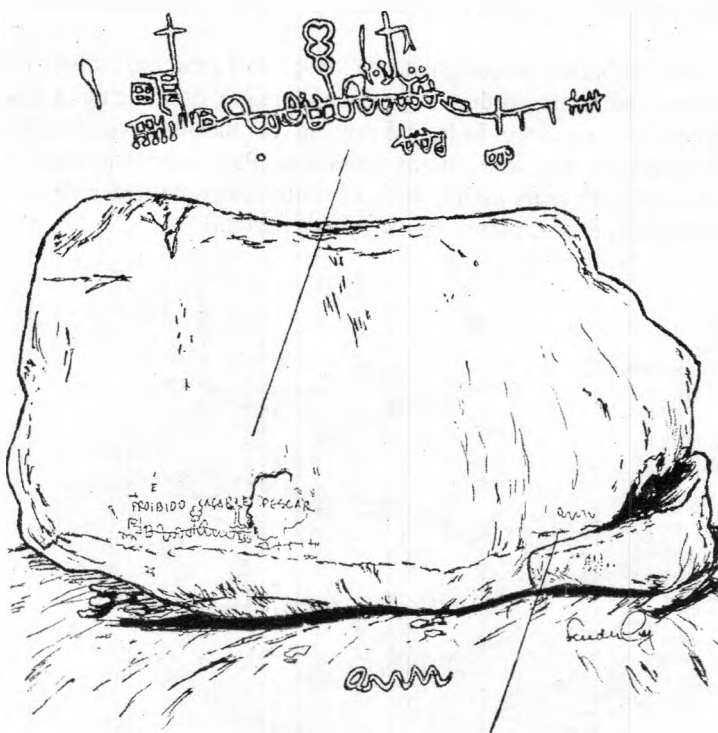
Este monumento apresenta um painel rupestre que se estende por 11m em sua parede vertical voltada para o sul. Os registros são de coloração vermelha e



aspecto muito perturbado. No piso próximo ao monumento, apresentam-se gravuras sob técnica de meia-cana que lembram astros em configuração constelar, incrivelmente semelhante ao painel horizontal da Pedra do Ingá.

Sítio arqueológico Casa de Pedra – Barra de Santana- PB

Apesar de se encontrar 100m abaixo da Pedra do Altar, esta é a primeira referência bibliográfica deste sítio. Situa-se à margem direita do rio Paraíba estando também em propriedade de Pedro Cordeiro, e trata-se de um matacão em gnaisses claro, mais largo do que alto, medindo aproximadamente 5m de altura, formando um



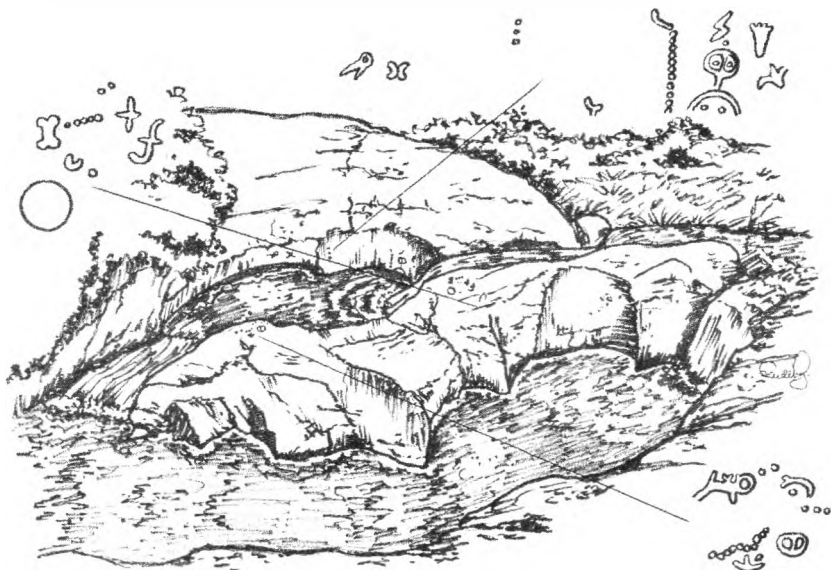
abrigo em sua face norte e contendo um painel rupestre de gravuras picotadas em sua parede que faz frente para a direção oeste. Compondo um painel muito intrincado, as gravuras são muito raras e também quase imperceptíveis devido a pedra ser de tom claro e refletir pela intensa força da luminosidade do local. Por sobre o painel há uma pichação com a frase "É proibido caçar e pescar" em tinta sintética azul.

Sítio arqueológico Engenho Pinturas – Pilões- PB

Este sítio foi referenciado pela professora Ruth Trindade de Almeida num artigo onde especula ser as mesmas inscrições encontradas no ano de 1598 pelo Capitão-mor da Paraíba Feliciano Coelho de Carvalho.

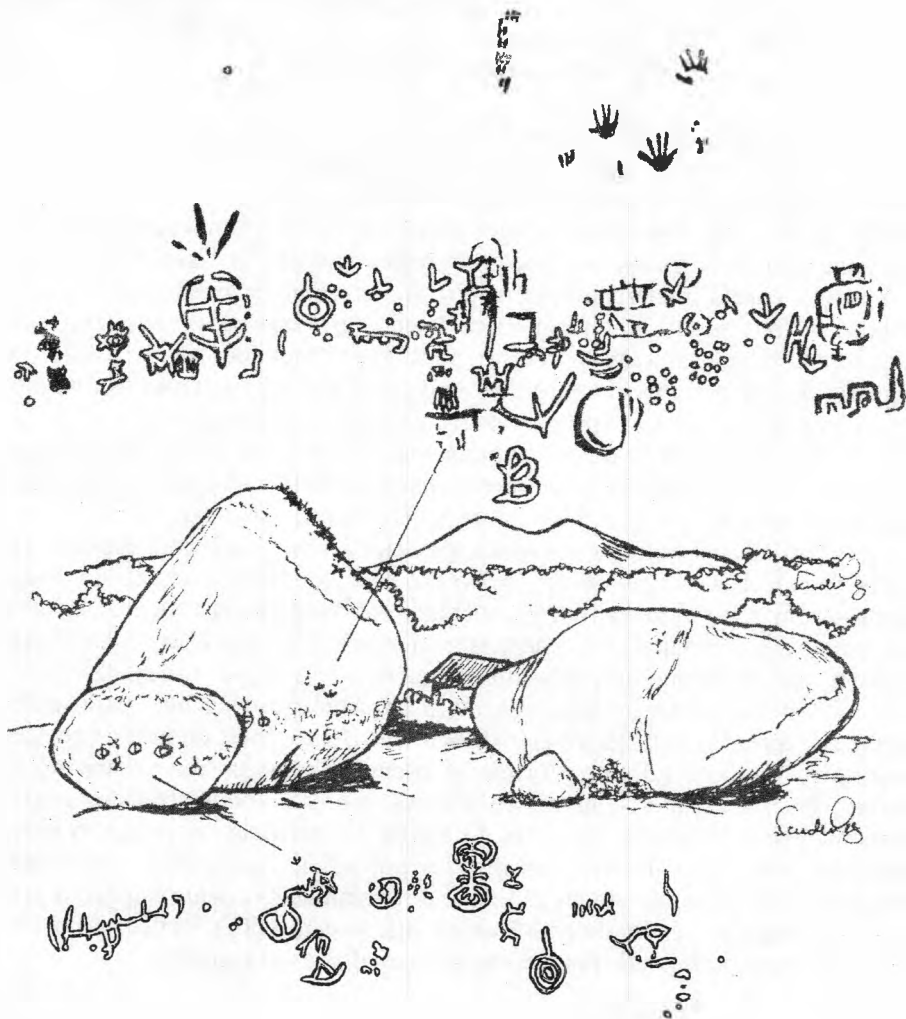
Este sítio se encontra no brejo paraibano, em propriedade do Sr. José Luís dos Santos, e trata-se de um lajedo gnáissico aflorado no leito do rio Araçagi-mirim, onde se forma um caldeirão cavado no lajedo, de extensa abertura oval e muito profunda, cujas bordas e paredes circulares internas estão repletas de inscrições gravadas em meia-cana. Quando da nossa visita, no inverno, o caldeirão estava cheio, trasbordando pelo sangradouro que alimenta um poção, e só nos foi possível visualizar parte da composição gráfica. A professora Ruth, que pôde observar o interior do caldeirão seco, informa sobre a presença de registros florais e cordões nodulados.

Na localidade este sítio é denominado de “Poço da Pororoca”, talvez em alusão ao barulho que a cachoeira produz no período de maior fluxo de água. Sua semelhança com o conjunto rupestre do Ingá é notória, contudo não verificamos inscrições ignóbeis picotadas nas adjacências imediatas. Para encontrarmos, foi necessário descer o riacho por mais 800m, onde encontramos uma pedra de leito com algumas gravuras geométricas picotadas em parede vertical.



Sítio arqueológico Bravo – Boa Vista- PB

Este sítio foi referenciado nas obras “A arte rupestre dos Cariris Velhos”, de Ruth Trindade de Almeida e “Os Cariris Velhos da Paraíba”, organizado por Elisa Maria Cabral. Está a 80km a oeste da Pedra do Ingá e trata-se de dois matacões em granito sobre um extenso outeiro ígneo, em meio à caatinga, na propriedade dos herdeiros de João da Silva Flor.



O local é explorado turisticamente pela família e está aos cuidados do estudioso Djair Fialho (foto), sendo escala para os visitantes do Lajedo de Pai Mateus, sítio intrigante beleza natural e de pinturas rupestres, conhecido internacionalmente.

As inscrições rupestres do sítio Bravo se encontram nas paredes verticais, previamente polidas, de dois matacões graníticos esféricos posicionados no sopé do lajedo, distanciados entre si por 2m. Feitas a partir do picotamento da rocha, seus gráficos se apresentam associados com pinturas, em tom vermelho, de mesma natureza gráfica, apresentando também mãos carimbadas.

Os painéis do Bravo são de peculiar beleza estética, com registros geométricos e esquemáticos harmonicamente combinados. Apesar das gravuras serem muito rasas, uma pátina negra preenche os baixos relevos dando-lhes destaque natural. O Bravo é um típico sítio de gravuras do Cariri paraibano, região semi-árida, cujas características principais são: decorarem paredes previamente polidas de blocos em equilíbrio sobre lajedo; gravuras rasas picotadas com pinturas vermelhas associadas. Como pode ser observado na ilustração, os registros do Bravo compõem um painel análogo ao do Ingá, com muitos símbolos idênticos e uma composição proporcional que lembra a do Bacamarte.

Este sítio, pela escolha de suporte, meio ecológico e técnica de gravar, se enquadra nos moldes da Pedra da Torre, e como o mesmo, apresenta um signário e distribuição gráfica familiarizado com os painéis da Pedra do Ingá.

Nas adjacências dos matacões gravados há um outro com pinturas em forma de manchas e sinais ambíguos. No alto do lajedo também existe um abrigo rochoso com pinturas rupestres representando formas humanas. Na meia encosta do outeiro que serve de suporte para esses matacões, há uma lagoa natural onde foram resgatados inúmeros fragmentos idiomorfos de fauna pleistocênica.

A título de curiosidade, esse sítio arqueológico está localizado numa região de depressão, entre as serras do Monte e do Bravo, onde, durante o Cretáceo Superior e Terciário Inferior ocorreu um processo contínuo de vulcanismo de fissura, lançando gases e cinzas vulcânicas sobre ambiente lacustre raso e formando, por deposição, camadas de argilas bentoníticas. A região também apresenta troncos de madeira fossilizados por silicificação, tufos e derrames balsáticos. Tais particularidades da região foram minuciosamente estudadas pelo casal de pesquisadores Balduino e Dulce Lélis, nos anos 60, e há décadas o sítio Bravo vem sendo explorado por empresas mineradoras de bentonita.

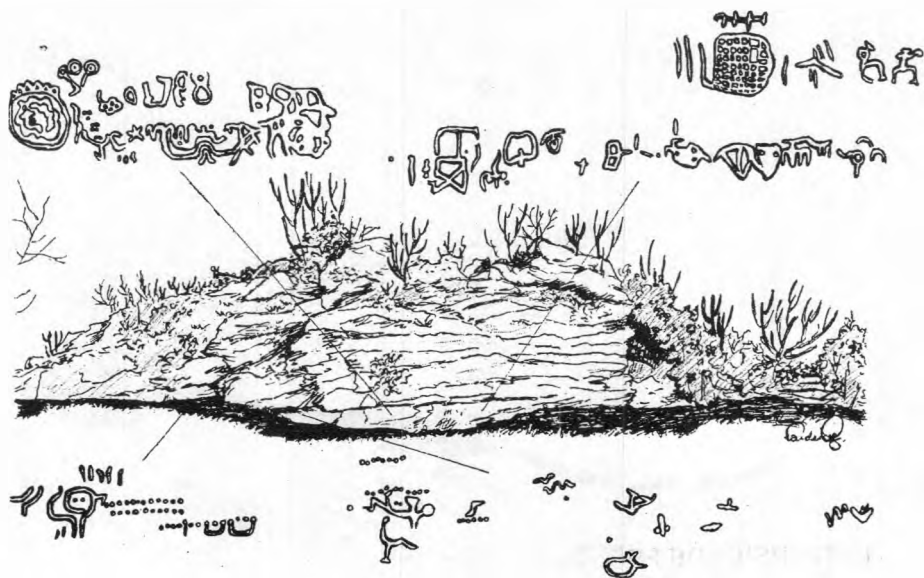


Sítio Arqueológico Chorão- Junco do Seridó -PB

Quem primeiro notificou este sítio arqueológico foi Francisco Octávio da Silva Bezerra, em relatório publicado no Boletim Informativo do Centro Brasileiro de Arqueologia - CBA, em 1974. Intitulado “Expedição à Paraíba”, o relatório remonta o ano de 1961 quando uma equipe expedicionária, composta por Claro Calazans, Francisco Octávio da Silva Bezerra, Alfredo Coutinho de Medeiros Falcão, Balduino Lélis, João Córdula e Antônio Guedes Alcoforado foram levantar estas inscrições. Posteriormente, o nome do sítio foi referenciado por Ruth Trindade de Almeida em fins da década de 70, na década de 80 por Gilvan de Brito e brevemente descrito por João Marinho de Moraes Neto no início da década de 90.

O sítio se encontra a 150km a noroeste da Pedra do Ingá, na circunjacente urbana da sede municipal, à margem esquerda de um riacho denominado Chorão. Trata-se de inscrições rupestres gravadas ao longo da base de um extenso paredão de quartzito, de singular beleza, cuja expressão gráfica é significativamente complexa.

Este sítio, têm gravuras que lembram o estilo amazônico, e encontra-se agonizante em meio ao esgotamento de dejetos que são depositados no riacho que margeia sua base. O odor é insuportável e o riacho chega a ser caldoso tamanha a infusão de substâncias em dissolução corrente a margear o magnífico monumento arqueológico. É extremamente preocupante a degeneração que o suporte rochoso vem sofrendo com a acidez presente na atmosfera local, já tendo desfigurado boa parte dos registros rupestres.

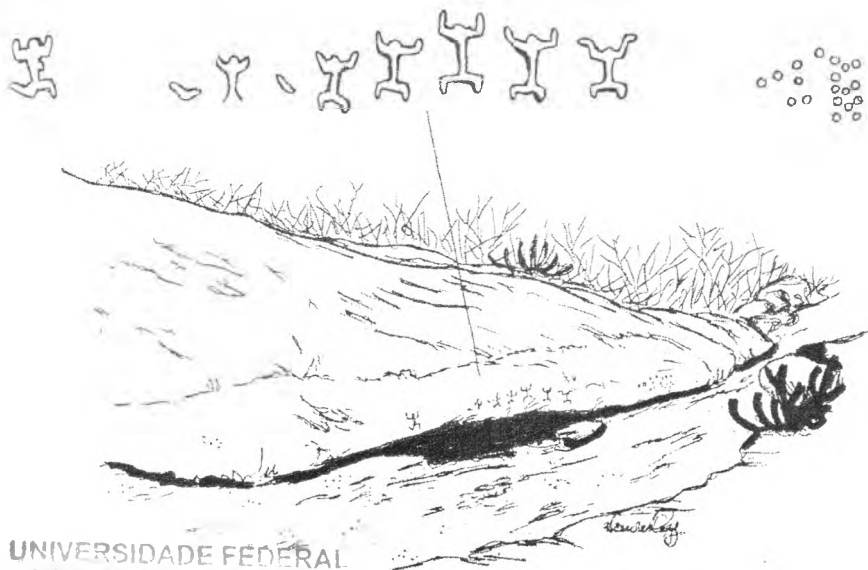


Sítio arqueológico Letreiro – Picuí- PB

Este sítio foi primeiro publicado por nós, na edição anterior desta obra. No entanto, há um registro inédito do padre Luiz Santiago, em desenho e nota manuscrita, que atestam sua visita a este local em dezembro de 1937, cuja propriedade à época pertencia a Simeão Leal da Fonseca.

O sítio dista 126 km a noroeste da Pedra do Ingá e encontra-se na região seridoense da Paraíba, à margem do riacho Letreiro, hoje em propriedade de Lucemar da Costa Barros. Trata-se de um lajedo aflorado, cuja borda, que empareda a margem esquerda do Riacho, orientada para o norte, se apresenta gravada com um painel que se estende por 5,5m, executado sob técnica de picotamento, onde constam sete representações antropomorfas ladeadas e um conjunto de capsulares apenas feridos na rocha.

Os antropomorfos exibem movimento, numa espécie de atividade lúdica, marcados principalmente pelo flexionamento dos membros. Contudo, composição cênica e dinâmica não é comum em itacoatiaras, assim como foge também à sistemática aparecerem gravuras picoteadas em lajedos de cursos hídricos. Até o presente, este é o único sítio com essas características gráficas por nós verificado na Paraíba e, com exceção dos capsulares agrupados, não se encaixa em nenhum modelo de gravuras rupestres nordestinas de que temos notícia.

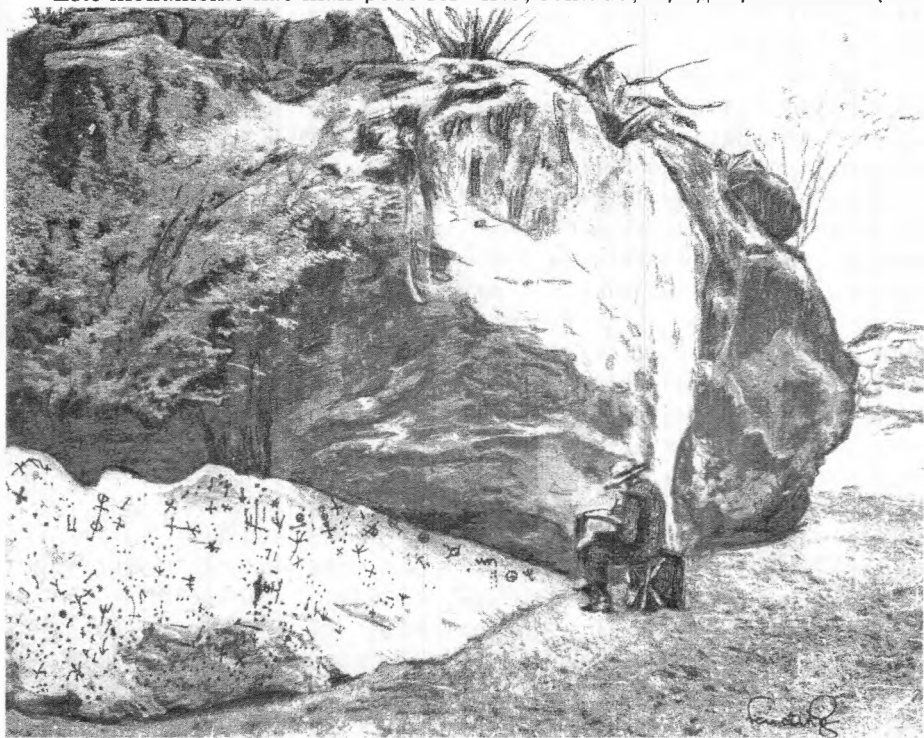


Sítio arqueológico Pedra de Retumba – Pedra Lavrada- PB

Este sítio foi primeiro referenciado em documento pelo naturalista Louis Jacques Brunet, por volta de 1858. Dista 135km a noroeste da Pedra do Ingá. Brunet descreve-o como o melhor gravado que já viu e, por isso mereceria, em particular, ser conservado em museu ou moldado, seja em plástico, seja em argila. Segundo comenta, as inscrições encontravam-se gravadas num rochedo mais ou menos horizontal.

Não há dúvidas de que este monumento rochoso posicionado à base de um rochedo da margem direita do antigo riacho Gado Bravo, atualmente conhecido como riacho Cantagalo, seja o elemento inspirador e responsável pela denominação do município (Pedra Lavrada).

Este monumento não mais pode ser visto; contudo, a julgar pelas descrições



deste, que chegaram aos dias atuais, é um monumento rupestre de grande magnitude e complexidade.

* Desenho a lápis sobre canson, do autor, retratando o engenheiro Retumba copiando os registros de Pedra Lavrada (2008).

Em 1886, o engenheiro de minas Francisco Soares da Silva Retumba dirigiu ao presidente da província um relatório onde menciona a existência de inscrições gravadas em rocha na então povoação de Pedra Lavrada, às quais copiou integralmente e enviou em apêndice sob escala 1/20. Este desenho correu o mundo e tornou-se famoso. Retumba, descreve como uma grande pedra contendo leitreiro de proporções vastas.



Com base no desenho de Retumba (figura acima), o pesquisador Bernardo Ramos elaborou um zodíaco (figura ao lado), com os signos contidos na inscrição, representando as sete divindades gregas.

Em 1927, o pesquisador potiguar José de Azevedo Dantas também copiou parte deste painel, referenciando-o à margem direita do rio Gado Bravo, gravado em lajedo liso e inclinado ao pé de um rochedo, cuja chapa vertical, na face superior, alguns caracteres e figuras acham-se em tinta vermelha indelével. E em 1934 o padre Luiz Santiago também registrou em desenho este sítio.



Em 1937, com base no desenho de Retumba, o pesquisador alagoano Alfredo Brandão apresenta uma pretensa tradução destas inscrições. As quais considerou mnemônicas: *"O Senhor Deus Mbú, o grande Creador, semeou os germes, fecundou a terra e fez surgir o fogo, e fez surgir o homem (ou planta)"*.

Infelizmente, o desenho foi tudo de tangível que sobrou da famosa Pedra de Retumba, pois esta foi submersa por um açude construído na bacia do riacho e, posteriormente, o estouro de uma cadeia de outras barragens provocou o assoreamento deste açude e, conseqüentemente, no soterramento da Pedra. Provavelmente, a Pedra de Retumba encontra-se soterrada na base de uma rocha parcialmente enterrada pelo nível do solo atual, cuja face orientada para o rio apresenta inscrições pintadas já bem desgastadas pelo tempo. Com base em estudos "in loco" e nos documentos acima citados, fizemos uma possível reconstituição de como seria a Pedra de Retumba.

A arqueóloga Gabriela Martin considera a Pedra de Retumba, pelo desenho que se conserva, a inscrição mais próxima do Ingá. Também temos essa impressão.

Sítio arqueológico Poção – Serra Branca- PB

Este sítio foi primeiramente referenciado pela professora Ruth Trindade de Almeida, e, num segundo momento o sítio foi descrito na obra “Cariris Velhos da Paraíba”, organizado por Elisa Cabral. Está a 134 km a oeste da Pedra do Ingá, em propriedade de José Daé Borba.

Trata-se de um conjunto de grandes blocos graníticos, em meio à caatinga, que se desprenderam de uma única formação rochosa, talvez submetida a efeitos

naturais, talvez de choques térmicos ou tectônicos. O maior destes, que se eleva a 6m do solo, apresenta um dorso semi-aplainado repleto de gravuras sob técnica monocrômica. O painel, que se apresenta horizontal, recobre quase todo o dorso aplainado da formação granítica com figuras geométricas sinuosas e concêntricas, de grande precisão simétrica.

Curiosamente, em meio ao painel, seguem em sulco duas linhas paralelas, ao modo de trilhos, que



cruzam toda a superfície do suporte rochoso, detalhe que agradaria aqueles que buscam supostos campos de pouso para astronaves extraterrestres nas inscrições rupestres. As inscrições de Poção são superficiais, porém, a diferença cromática e de textura permitem visualizar os motivos gravados com nitidez, pois, contrastam na superfície porosa e oxidada do suporte.

A única reserva hídrica verificada na adjacência é o riacho Serra Branca, que passa em serpenteio a 200m deste conjunto ígneo. Todavia, é possível que num passado distante este riacho tivesse um curso diferente ou mais largo. O nome da localidade (Poção) pode sugerir um lago permanente do riacho que se formava naquela região.

No topo de outros blocos desprendidos do maior também se apresentam gravuras. Porém ocorrem de maneira branda e dispersa.

Este sítio foge às características de itacoatiaras do Cariri, realizados em plano horizontal e sob técnica monocromica. Não obstante, em outras localidades, num raio de 80km deste sítio, se apresentam outros lajedos gravados com teor, técnica e suporte semelhantes. Mas certamente este fato deve representar uma intrusão cultural na região.

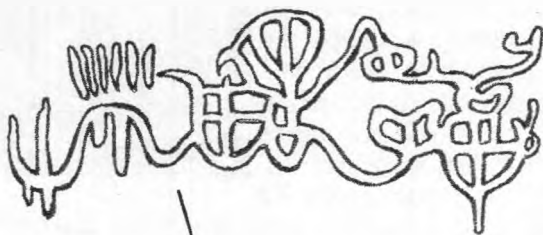
As formas sinuosas e concêntricas deste painel, assim como sua caracterização em linhas gerais, demonstram relativa familiaridade com os entalhes da Pedra do Ingá



Sítio arqueológico Cachoeira do Pedro – Picuí- Pb

Este sítio aparece referenciado em foto na obra “Pré-história do Nordeste do Brasil” de Gabriela Martin. Distante 184 km a noroeste da Pedra do Ingá, a Cachoeira do Pedro é um sítio arqueológico de gravuras rupestres que, está a apenas 6km da sede do município de Picuí, na propriedade dos herdeiros de Antônio Carneiro de Lucena, a apenas 200m da sede da fazenda.

O local é uma formação ruíniforme de arenitos compactados, cujo processo de erosão fluvial provocado pelo riacho do Pedro, buscando passagem, modelou



quedas d'água, formando paredões e caldeirões que, em tempos pré-históricos, homens utilizaram para gravar a cinzel os símbolos de sua cultura.

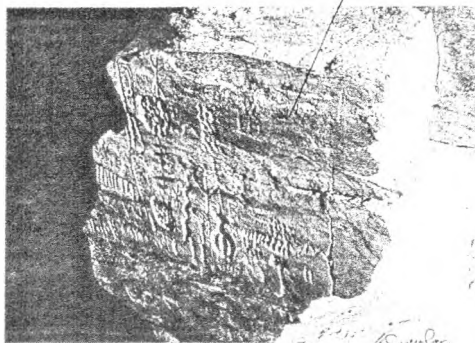
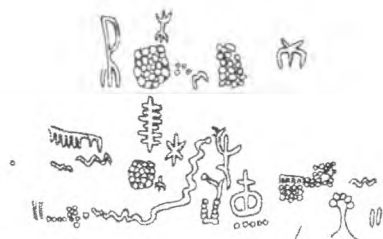
Ao longo da cachoeira há elaboradas formas geométricas, conjuntos dígitos, capsulares agrupados, serpentes, lagartos e possíveis exemplares da flora. As inscrições rupestres da Cachoeira do Pedro em muito se assemelham com as gravuras presentes no monólito do Ingá, no caráter gráfico. No entanto, devido o alto grau de metamorfismo da rocha, onde estão incisas as itacoatiaras do Pedro, seus sulcos são duas vezes mais profundos, chegando a 3cm de profundidade, fator que causa um impressionante impacto visual.

Observam-se

vestígios de pintura nas partes mais elevadas dos painéis fazendo fundo, contornando ou preenchendo os entalhes. É possível que as gravuras do nível d'água apresentassem essa característica e foram retiradas pelas lavagens das im-petuosas torrentes periódicas. Inclusive, essa associação de gravuras e pinturas é uma caracteri

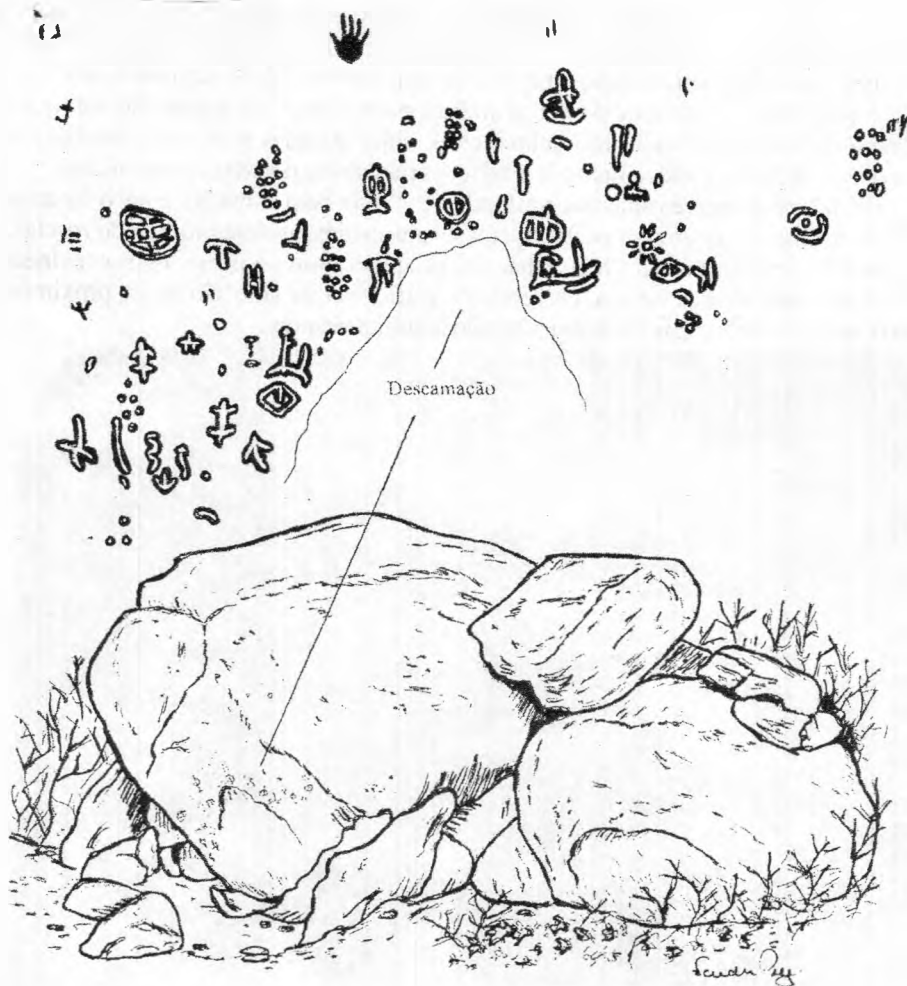
stica comum da região do Seridó paraibano.

Mais recentemente este sítio vem sendo objeto de estudo do pesquisador Robson Rubenilson (foto acima), da Sociedade Paraibana de Arqueologia e historiador da cidade de Picuí.



Sítio arqueológico Lagoa do Escuro – Taperoá- PB

Este sítio foi brevemente mencionado por Ruth Trindade de Almeida. Situa-se a 145km a oeste da Pedra do Ingá, a pouco mais de 50 metros da margem esquerda da estrada que liga o município de Taperoá ao de Santo André, propriedade do Sr. Antônio de Abreu. Trata-se de um aglomerado de rochas, cuja maior delas forma um abrigo em sua face voltada para o norte com registros gravados por picotamento e outros pintados em tom vermelho, por sobre superfície previamente polida. No



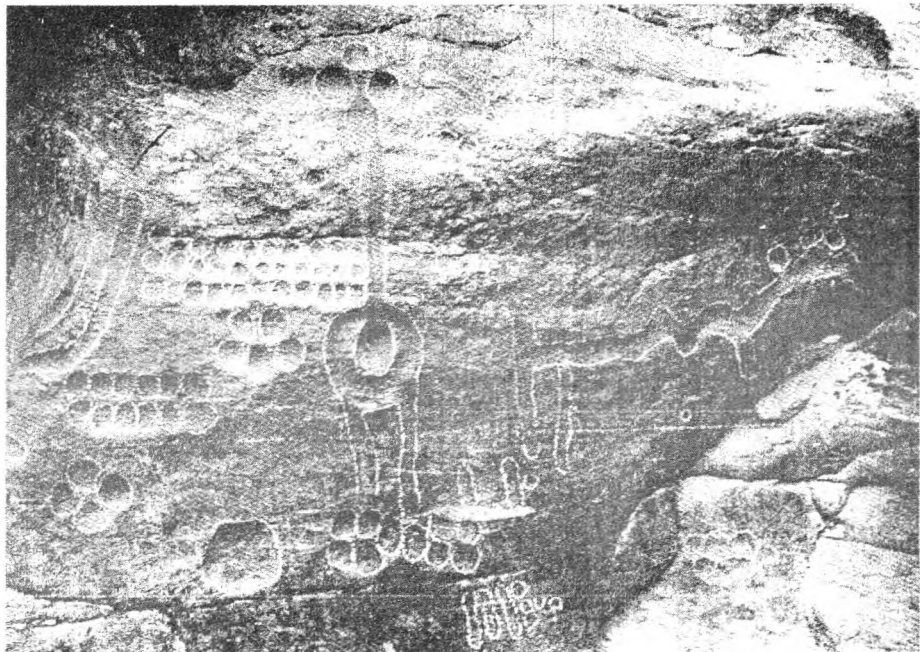
centro do painel há uma grande área que foi descamada da pedra. Em meio a uma paisagística semi-árida, o entorno não apresenta cursos hídricos nem reservatórios naturais de águas meteóricas, todavia, há indicativos de ali ter existido um olho d'água em tempos passados. Muitos dos signos presentes no painel se identificam com a Pedra do Ingá na perspectiva estrutural.

Sítio arqueológico Retiro - Pedra Lavrada- PB

Este sítio foi referenciado na obra “Indícios de uma civilização antequíssima”, constando como visitado pelo pesquisador José de Azevedo Dantas em fins de 1924. Diversos desenhos foram reproduzidos em sua obra. Para nós, no entanto, não foi possível reproduzir em desenho estas inscrições na oportunidade de nossa visita.

Dista 145km a noroeste da Pedra do Ingá e trata-se de um boqueirão em rocha metamórfica que se forma no riacho Retiro, cujas paredes e tanques naturais do interior do corredor estão repletos de inscrições rupestres gravadas em meia-cana.

Há inúmeras representações profundas e muito bem talhadas com o interior polido. Registram-se conjuntos de capsulares agrupados, às vezes formando rosetas, e grandes representações. Nas adjacências deste sítio existem outros painéis executados sob técnica rústica. Os registros gráficos deste sítio são muito próximos dos petróglifos do Ingá, principalmente pelo requinte técnico.



Sítio arqueológico Grotão – Salgadinho- PB

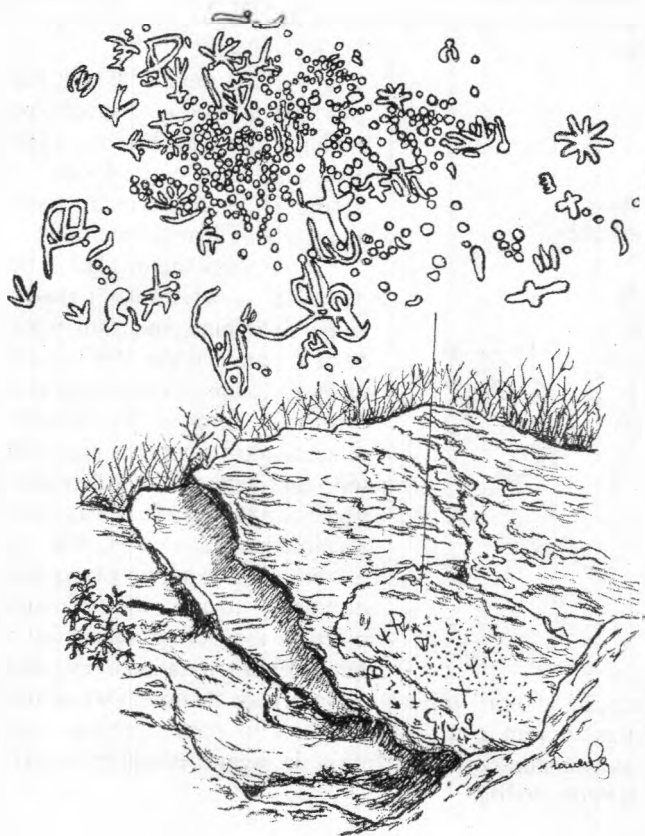
Este sítio, até o presente, estava inédito em fontes bibliográficas. Encontrase a 155km a oeste da Pedra do Ingá, no leito do riacho do Grotão, numa localidade onde as escarpas ocidentais do Planalto da Borborema descem em desfiladeiro.

O monumento, onde estão inseridos os registros rupestres, trata-se de uma placa de rocha micaxisto, medindo aproximadamente 6m por 6m, numa espessura de 40 a 60 cm, sobreposta a um afloramento de igual natureza mineralógica, formando um abrigo em lapa, cujo interior abriga uma cacimba. Existem mais quatro locais onde foram insculpidos símbolos nas proximidades, sendo o da parede externa do abrigo, orientado na direção norte, o mais significativo.

O sítio se caracteriza por gravuras em meia-cana sobre paredes não polidas,

onde predominam as incisões capsulares. Há presença de cruzes, setas, pontos raiados, tridentes, dígitos agrupados e figuras ambíguas. Devido à falta de um prévio polimento e o intenso reflexo de luminosidade da rocha, rica em mica, os gráficos não oferecem uma visualização nítida, sendo necessário cobrir de giz os registros rupestres para discernir seu conjunto.

O local, que é um profundo desfiladeiro em área desolada, a julgar pelo desgaste do leito do riacho, no inverno deve ser palco de violentas corredeiras.



Próximo às inscrições, numa pedra em forma de bigorna, verificamos duas concavidades capsulares muito largas e profundas, brocadas artificialmente, podem ter sido utilizadas para triturar sementes.

Este sítio se assemelha à do Ingá e, sobretudo, com as inscrições de Pedra Lavrada documentada em desenho pelo engenheiro Retumba no Seridó da Paraíba.

Sítio arqueológico Grota dos Morcegos – Salgadinho- PB

Até o presente, a Grota dos Morcegos não havia sido referenciada em fonte bibliográfica. Este sítio está a 160km a oeste da Pedra do Ingá, sobre a escarpa oriental do Planalto da Borborema, em propriedade da Sra. Maria Nogueira.

Trata-se de um belíssimo boqueirão encravado na serra por onde corre o Riacho dos Oitis, alimentado por uma fonte permanente, cujas paredes verticais em coloração ferruginosa, apresentam-se gravados e pintados inúmeros registros gráficos de cultura primitiva.



Em meios às paredes gravadas no boqueirão, forma-se um lago, que, não obstante, ao que tudo indica, este lago não submerge os registros rupestres nos períodos de maior volume.

Foram identificados três painéis gráficos voltados respectivamente para o sul, para o oeste e para o norte. Apenas este último não apresenta vestígios de pinturas, fato provavelmente relacionado à sua proximidade do leito do riacho, pois os demais só apresentam pinturas nas localidades mais altas. Em sua extremidade leste, no plano mais elevado, foram identificadas pinturas em vermelho, dentre as quais figura uma mão esquerda

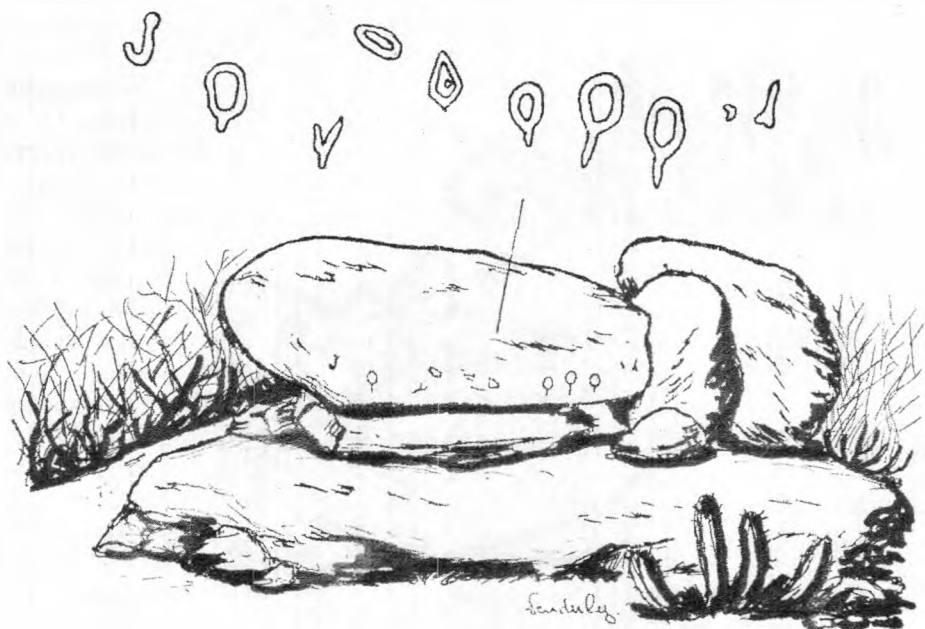
carimbada e uma representação de réptil gravada e contornada de tinta. Os registros são comuns de itacoatiaras, porém chamamos a atenção para o réptil, cujas características muito se assemelham com uma forma de lagarto presente na parte central do painel vertical da Pedra do Ingá.

Sítio arqueológico Olho D'água do Padre – Sumé- PB

Este sítio foi brevemente descrito na obra da professora Ruth Trindade de Almeida.: “A arte rupestre dos Cariris Velhos”. Encontra-se no Cariri da Paraíba, a 150km a oeste da Pedra do Ingá, à margem do riacho Salinas, em propriedade de Manuel Barbosa de Andrade.

Trata-se de um matacão sonoro em granito cinza claro de fina granulação, medindo 1,7m de altura por 10m de comprimento, assentado em meio a outras lajes que ocupam o dorso de um afloramento. O testemunho identificativo deste sítio são gravuras rasas, realizadas sob técnica de picotamento, em sua superfície vertical direcionada para o norte.

O painel é composto por dez representações distribuídas ao longo de 2,6m do matacão, onde constam círculos com pedúnculo e outras representações. É um típico sítio de itacoatiaras do Cariri paraibano. Este sítio, por se tratar de uma pedra de sino, sofreu muitos golpes de pedras pelos sertanejos que demonstram prazer em mostrar aos outros esta curiosidade acústica. Devido esta particularidade e o fato de haverem inscrições gravadas, há relatos locais de haver ouro no interior desta pedra.



Sítio arqueológico Terra Vermelha – Sumé- PB

Este sítio, até o momento, não constava em fontes bibliográficas. Encontra-se distante 161km sudoeste da Pedra do Ingá, numa área pedregosa do riacho Cachoeira, em propriedade de Antônio de Macedo Irmão.

O principal painel reveste uma laje horizontal em declive que serve de piso para um abrigo que se forma no alto do paredão de margem esquerda do riacho. O painel é composto por muitos capsulares e algumas figuras desconexas sob técnica

monocrômica

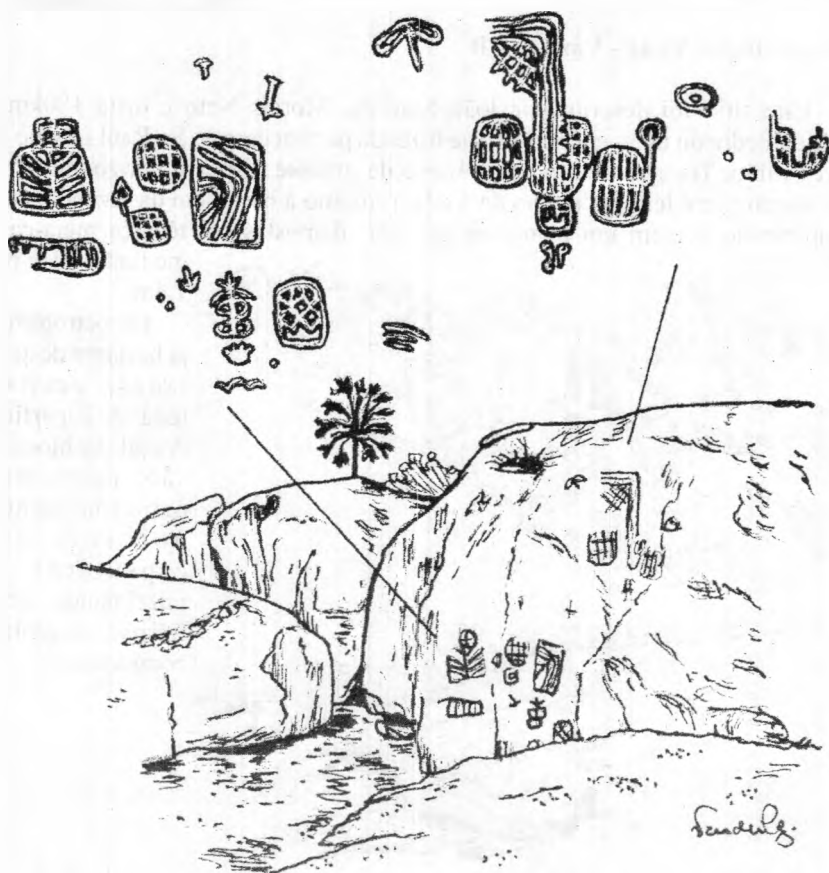
Ao longo do curso ribeiro, existem outros painéis sobre pedras soltas feitos por picotamento e mesas de capsulares, profundos e bem polidos, em profusão desordenada.

Neste trecho pedregoso o riacho forma tumultuada corredeira no período de inverno e no verão resistem águas estagnadas em depressões que se formam nas pedras, que servem à população local nos períodos de estiagem.



Sítio arqueológico Pedra Lavrada do Sabugi – S. José do Sabugi-PB

Este sítio foi citado por Ruth Trindade de Almeida e descrito por João Marinho Morais Neto. Distante 165km a noroeste da Pedra do Ingá, localiza-se próximo à localidade de Raposa, no Seridó da Paraíba, na propriedade do Sr. Francisco de Assis Azevedo. A localidade se caracteriza por um balneário do riacho Santa Maria, onde foram identificados doze painéis gráficos gravados na superfície das rochas, que ocorrem nas margens e leito do riacho. Algumas pedras soltas com gráficos, depositadas no curso do riacho, parecem indicar que se trata de esfoliações das rochas maiores carregadas pelas enxurradas, portanto, elementos complementares dos grandes painéis. Os estilos gráficos tende a uma predominância de motivos angulares, com grandes gravuras em meia-cana, realizadas com traços



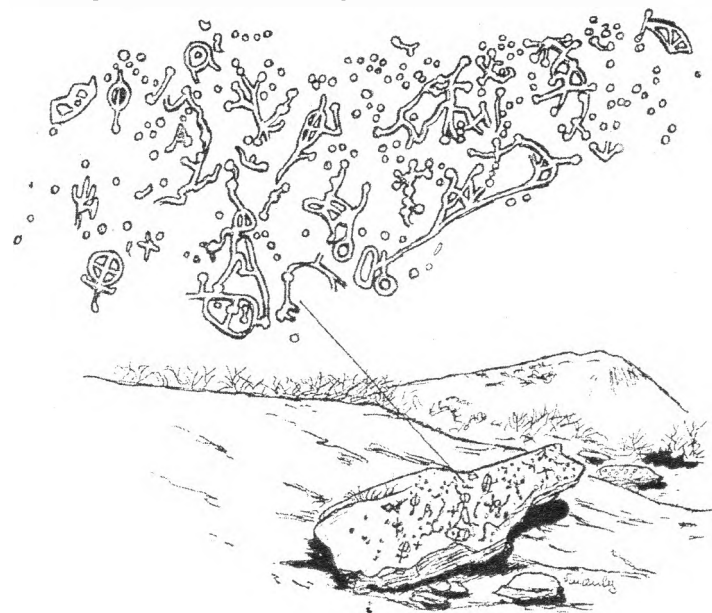
simétricos e requintado polimento. O painel principal se destaca pela grande proporção de seus gráficos, auxiliado por uma pátina em tom ferrugem que envolve a superfície em gnaiss do afloramento; nos afloramentos que se distanciam entre 10 e 20m do riacho, predominam desenhos realizados em superfície horizontal com tendência gráfica esquemática, onde as incisões são extremamente superficiais (monocrômicas) e os motivos congestionados. Há indicativos de superposição de painéis.

A composição gráfica do painel principal deste sítio em muito se assemelha às inscrições rupestres das ilhas do litoral de Santa Catarina, que o arqueólogo André Prous classificou como temática litorânea (foto acima).



Sítio arqueológico Viola – Várzea- PB

Este sítio foi descrito por João Marinho Morais Neto e dista 180km a noroeste da Pedra do Ingá, encontra-se na fazenda pertencente ao Sr. Raul Levino de Medeiros Filho. Trata-se de um único bloco de gnaiss disposto horizontalmente sobre o lajedo que é leito do riacho da Viola, próximo à barragem da fazenda, cujo dorso aplainado contém um painel de gravuras dispostas em técnica meia-cana medindo 3,1m por 1,4m.



Os petróglifos, já bastante desgastados, ocupam toda a superfície dorsal do bloco, e são formados, principalmente, por incisões capsulares se interligando para formar desenhos complexos.

Sítio arqueológico Pedra Branca – São Mamede- PB

Situa-se a 195km a noroeste da Pedra do Ingá, na propriedade de certo Senhor Nino, próximo ao açude São Bento no curso do riacho de mesmo nome, afluente do rio Sabugi. Trata-se de um afloramento rochoso metamórfico que cobre uma área de aproximadamente 3km², quase que totalmente decorado com insculpturas monocrômicas.

Pedra Branca é um dos maiores sítios de inscrições rupestres já visto, detendo milhares de registros gráficos em toda a extensão de um afloramento gnáissico oxidado. As inscrições revelam alta complexidade, atendendo às temáticas e técnica que caracterizam as inscrições rupestres do Vale do Sabugi (monocrômica), onde os círculos são majoritários em formas concêntricas, raiadas e gradeadas, além de símbolos gaméticos e curiosas formas esquemáticas. Os registros de Pedra Branca parecem querer representar conjunções astronômicas diversas e é campo fértil para aqueles que estudam sítios rupestres relacionando-os à cosmologia. Esse sítio agrega quase todos os símbolos presentes nas itacoatiaras paraibanas, inclusive os do Ingá.

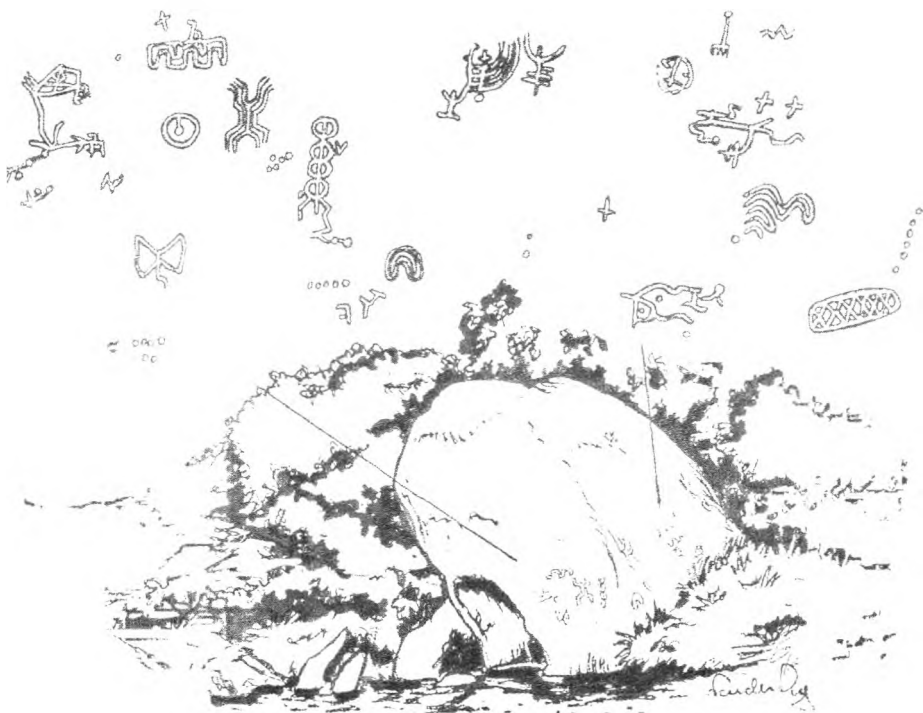
Infelizmente, durante nossa visita, constatamos a presença de uma mineradora extraindo pedras do local, já tendo danificado boa parte do lajedo. Todavia, um trabalho de conscientização por nós feito junto ao proprietário no ano de 2002, resultou na transferência imediata da pedreira para uma outra localidade pouco distante dali e isenta de inscrições rupestres.



Sítio arqueológico Poço do Caçote – São Mamede- PB

Este sítio foi citado numa lista de ocorrências rupestres paraibanas na obra “A Arte rupestre dos Cariris Velhos”, da professora Ruth Trindade de Almeida, e, posteriormente, foi descrito no trabalho do engenheiro João Marinho de Moraes Neto, por ambos sob a denominação de Sítio Tapera.

Situa-se a 195km a noroeste da Pedra do Ingá, numa formação balnear do rio Sabugi, em propriedade dos irmãos Manoel Mateus da Silva, Ananias Ramos de Medeiros e Antônio Ananias Neto. Trata-se de um conjunto de grandes rochas nas margens e leito do Rio, com inscrições gravadas sob técnica de meia-cana. Foram identificados três painéis gravados nas rochas adjacentes ao poço. Parte dos painéis submerge nas águas do reservatório, quando seu volume é maior e o painel de maior impacto está num grande bloco em gnaiss à margem esquerda do Sabugi, na sua parede voltada para a direção leste. A maioria dos registros possui grandes proporções, em formas geométricas e muito bem elaboradas, em parede previamente polida. São perceptíveis também inúmeras incisões capsulares em disposição filiforme. O local é conhecido como Poço do Caçote, devido a uma figura geométrica componente do painel, que se assemelha a estilização de uma rã.



5.3- Uma breve análise comparativa

Os sítios de gravuras rupestres apresentados nesse capítulo revelam evidentes analogias com a Pedra do Ingá, demonstrando que esse conjunto petroglifo, tão famoso e sedutor para especulações fantasiosas, é um elemento das demais inscrições em pedra, que também expressam ininteligíveis códigos, pragmáticos e funcionais, cujos significados se perderam com o desaparecimento da distante cultura que os criou. Entretanto, observa-se também que estas itacoatiaras apresentam brandas modificações gráficas, técnicas e seletivas de acordo com as unidades ecológicas, e essas adaptações podem indicar que estão relacionadas com padrões de subsistência nas diferentes paisagens que, de acordo com o fundamento lamarkista de que o meio determina as transformações, tendem a refazer os modos de pensar, de ser e agir das sociedades por elas afetadas. Portanto, um estudo da distribuição de diferentes tipos de sítios conforme zonas geográficas, pode constituir uma preciosa pista que deve ser examinada com muita cautela.

Todavia, as diferenças estão correlacionadas com o parentesco, e esse sentido do conjunto pode ser percebido se o observador estabelecer uma relação entre o sensível e o racional, que são as bases do conceito teórico do estruturalismo de Lévi-Strauss, e aqui se aplica ao fenômeno “itacoatiara”.

Com base nos desenhos é possível observar que diversos símbolos daqueles presentes no Ingá, sejam do conjunto principal ou das inscrições marginais, se repetem nas demais itacoatiaras. Isso sugere que estes signos tinham uma representatividade comum e abrangiam povos de longo alcance espacial. Estando, portanto, em uma mesma filiação cultural, um mesmo espírito motivador. O que, por acaso, nos remete à teoria das idéias, formulada pelo filósofo Platão.

A partir desta exposição de itacoatiaras, de acordo com o método estatístico instaurado no estudo de arte rupestres por André Leroi-Gourhan, ficou perceptível que diversos arranjos gráficos se apresentam repetido, às vezes um pouco modificados, mas, todavia, é possível reconhecer padronização nas composições em suas características essenciais. Outras variáveis como a seletiva de lugares a serem gravados, distribuições espaciais dos painéis, combinações regulares e técnicas de elaboração, demonstram objetivamente que a Pedra do Ingá é uma itacoatiara filiada às demais e, como tal, fragmento de uma tradição gráfica que se apresenta numa gigantesca área espacial.

Indubitavelmente, as itacoatiaras se unificam num universo sócio-cultural comum, resultante de milênios de interação, e a Pedra do Ingá participa deste universo, sendo, portanto, um elemento da cultura itacoatiara. Logo, os registros ingaenses estão vinculados a uma herança cultural, cuja compreensão, pelo menos em linhas gerais, está intimamente ligada por princípios básicos e genéricos às demais inscrições rupestres desta tradição gráfica.

Considerações finais

Na ciência não se espera que um elemento, por si só, seja suficiente para produzir fenômenos. É necessário haver um conjunto que, influenciando-se mutuamente, edifique a situação para se estudar um caso particular. Tampouco, nenhuma pesquisa é original sem a operação discursiva, espontânea e intuitiva de nossa mente. Para uma pesquisa ser de fato científica o método é imprescindível, todavia, o método é nada mais do que a elaboração consciente e organizada dos diversos procedimentos que orientam o ato reflexivo. Um trabalho de pesquisa não é de natureza mecânica, requer imaginação criadora e iniciativa individual do pesquisador. Porque a verdade paira no ar.

O sítio arqueológico Pedra do Ingá sempre foi alvo de estudos e interpretações. No entanto, continua latente devido ao fato de todo registro arqueológico ser, geralmente, muito incompleto para oferecer as evidências necessárias. E é neste aspecto que é fundamental o processo consciencioso intuitivo do pesquisador: para preencher as lacunas. Dessa forma, o produto da pesquisa acaba por revelar a feição experimental de cada pesquisador, de suas influências e, sobretudo, suas formas individuais de interpretar a realidade e determinar as causas. Quanto mais estudado é o objeto, mais complexo e ambíguo se torna. Por isso, nenhuma teoria que envolva a Pedra do Ingá ou qualquer outro testemunho do passado ágrafo da humanidade é definitiva. Sempre está sujeita às reformulações. Como diria Karl Marx: *“Todas as relações fixas, imobilizadas, com sua aura de idéias e opiniões veneráveis, são descartadas; todas as novas relações, recém formadas, se tornam obsoletas antes que se ossifiquem. Tudo que é sólido desmancha no ar; tudo o que é sagrado é profanado”*.

Assim, pessoas diversas podem observar fenômenos diferentes num mesmo objeto. Como pesquisador de ciências humanas, nossa análise parte do pressuposto de que a Pedra do Ingá é resultante de um fenômeno social e, assim sendo, seu significado deve ser analisado através de introspecção centrada no conjunto estrutural em que se insere.

No fenômeno “a Pedra do Ingá”, apesar de demonstrar configurações notavelmente paralelas às demais itacoatiaras, continua na obscuridade o porquê esta em específico apresenta-se com tanta precisão técnica, grafia tão profusa, conjunta e grau de complexidade superior. Certamente, estas peculiaridades atípicas não se operaram no vácuo e devem ser inovações ou adaptações resultantes de um aumento gradual da complexidade que culminou na fantástica diversidade e riqueza estética que apresenta. Contudo, as diferenças de padrões decorativos entre as inúmeras itacoatiaras podem representar diferenças emblemáticas dos diversos clãs, uma vez que, no geral, parecem indicar um mesmo objetivo, uma mesma estrutura. Como bem observou Euclides da Cunha:

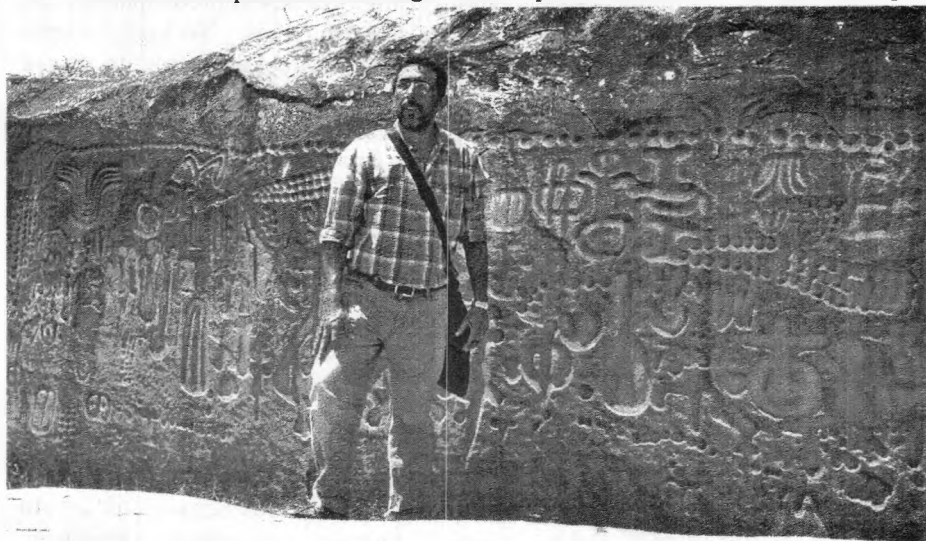
“É difícil traçar no fenômeno a linha divisória entre as tendências pessoais e as tendências coletivas”.

Concluímos, portanto, que apesar de suas características únicas a Pedra do Ingá é parte integrante de uma estrutura e, por isso, a resposta do fenômeno está no sentido dos conjuntos, ou seja, em sua explicação funcional. Oculta nas profundas estruturas pelas as quais o significado é produzido na cultura. Como disse o etnólogo Claude Lévi-Strauss: *“A natureza do verdadeiro já transparece no cuidado com que ele se oculta”.*

Diante de tamanha complexidade, até entendemos o porquê de tantas teorias classificando a Pedra como um elemento alienígena: é mais cômodo e sedutor do que tentar partir das relações de similitudes e diferenças com as outras itacoatiaras para detectar suas unidades mínimas e, assim, chegar até sua forma mais embrionária e poder isolá-la. É um longo trajeto analítico e reflexivo.

No conjunto Ingá, assim como nas demais gravuras rupestres fac-símile, observamos uma multiplicidade de símbolos e variantes que testemunham muito pouco a favor de uma escrita. Se estes registros petrificados tivessem um valor fonético deveríamos encontrar a todo instante os mesmos grupos de sinais correspondendo a palavras ou frases idênticas num mesmo painel. O exame minucioso feito por nós produziu resultados negativos: não existem séries de símbolos que sigam uma mesma ordem. Tampouco os registros foram separados por um espaço ou por um sinal convencional que sugira uma leitura sistêmica.

Além da disparidade, no Ingá o texto parece aleatório, não há nada que

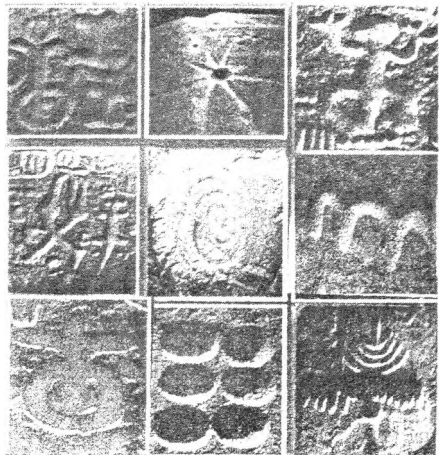
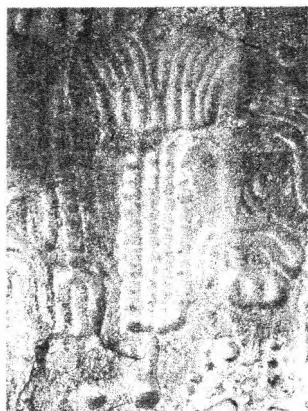


indique o começo ou o fim da inscrição. Fator que não se harmoniza com a idéia de uma escrita.

Contudo, se comparado o conjunto do Ingá às outras inscrições, percebe-se que seus sinais, distribuição e estilo estão contidos num enredo comum. O que indica um propósito, pois, considerar esses registros fruto do ócio indígena totalmente destituído de valor, como o fez Luciano Jacques de Moraes, seria desprezar a evidente intencionalidade dos artífices comprovada pela analogia das unidades e o trabalho nada lúdico que é gravar duras rochas. Fatores que descaracterizam o ócio fortuito.

Segundo o folclorista potiguar Câmara Cascudo, entre os indígenas norte-americanos havia dois vocábulos para inscrições rupestres: o *kekeewin*, feita em sinais figurados, que toda gente lia e que representavam caça, pesca, roteiros, sepulturas, água, víveres, etc.; e o *kekeenawin*, privativa dos sacerdotes, hierárquica, sagrada, que só sabiam os iniciados e traziam receitas, fórmulas mágicas, cronologias reais, cômputo do tempo, magia e medicina. A Pedra do Ingá, assim como as itacoatiaras, em geral, parecem ser filiadas à segunda opção.

Analisando a composição simbólica do Ingá, e se reportando também às seus fac-símiles, percebemos que a astrologia ocupava um lugar importante nas preocupações dos artífices e que os desenhos sugerem invocações cerimoniais. No Ingá, há uma figura constituída de pontos encimada por uma coroa que, em conjunto, tem a forma de espiga de milho (foto acima).



Isso pode indicar um ritual voltado para a agricultura. Também há muitos indicativos semiológicos que sugerem ritos aos astros e à reprodução. Os muitos registros desconexos, entre personagens cuja cabeça é figurada por um círculo cortado, antropomorfos tridáctilos, combinações de representações naturalistas com figuras geométricas, símbolos gradeados, contagens capsulares e diversas outras variedades gráficas (foto ao lado), sugerem ininteligíveis códigos herméticos de um antigo sistema mnemônico. Hipótese,

todavia, baseada em indagações etnográficas e suposições empíricas. Pois, qualquer um que visite a Pedra do Ingá e busque refletir sobre aquela primorosa arte entalhada que desafia o tempo, caso raciocine com sobriedade, só conseguirá concluir que ali repousa um grande mistério, cuja razão é incapaz de compreender o alcance de suas implicações.

Na Pedra do Ingá as possibilidades de combinações são infinitas. Contudo, o prognóstico que nos parece mais acertado é que ali seria uma praça templar e as inscrições representariam um possível código xamânico, usado por misantropos sacerdotes pré-históricos – talvez com o estado de consciência alterado - para práticas rituais apoiadas em uma mitologia que divinizava os fenômenos do mundo físico e cujos sinais representariam pontos de referência para recitação de hinos evocativos às forças da natureza. Ou seja, lembretes votivos. No sentido de entoar cânticos mágicos em coro uníssono num sistema onde não se lê o texto, apenas associa cada figura com uma estrofe de uma oração, que só podiam ser reconhecidos por iniciados na arte da magia, imbuídos de poderes deísticos. Pois, toda magia tradicional decorre do canto.

Se bem observarmos, o painel principal do Ingá tem configuração modular (foto abaixo). Esta configuração fez a pesquisadora Gabriela Martin imaginar que



representaria o movimento das águas. No entanto, para nós lembra mais modulações harmônicas, em estilo festivo, onde cada figura pode corresponder a uma recitação relacionada à genealogia, à honra de divindades, aos heróis do passado ou a fórmulas mágicas de sortilégios. Visando à multiplicação das plantas, das águas, dos animais, dos homens e a fertilidade dos campos. Representando, talvez, ignotos códigos melódicos, seus sinais grandes, outros pequenos, uns rasos, outros profundos, uns estreitos, outros largos, se distribuem veementemente no painel como fossem acentuações musicais dividindo timbres com o ritmo da respiração. Uma semiografia mágica de paradigmas fonéticos para ser decodificada em leitura musical. Possivelmente elaborados por uma classe sacerdotal de conhecedores da tradição, sulcados pelos hológrafos ou, talvez, por discípulos orientados pelos mestres do cântico recitativo.

O cântico ainda hoje é muito presente entre os indígenas em seus rituais e recitais da tradição, marcados pelos maracás e a cadência tônica dos pisados com os pés. E assim também foi no passado; o jesuíta Fernão Cardim, em 1584 registra que os indígenas da Bahia dançavam em grandes rodas cantando sob a marcação rítmica do maracá. Nos Estados Unidos, um grupo indígena denominado Cocopa, segundo Câmara Cascudo, tem um canto que faz parar a enchente do rio Colorado.

Na Pedra do Ingá, alguns pesquisadores conseguiram perceber uma multiplicidade numérica nos registros. Essa contagem regulada poderia representar uma métrica de ritmo, articulando a melodia ao compasso, para o texto ser solfejado e cada figura teria seus sons-referência. Pois, como sabemos, a música está relacionada aos sons e ritmos da natureza, assim como se identifica com festas, mitos, dança e êxtase. Como afirma Câmara Cascudo: “*cantava-se para seduzir deuses*”.

Também é notória a reminiscência cultural indígena nas diversas rezas e orações melódicas de encantamentos, que persistem entre os sertanejos nordestinos, e o aboio do vaqueiro, de refrão cadenciado, triste e monótono, proferindo palavras desconhecidas como o E cou mansão... E cou... é cão - observados por Euclides da Cunha, ou até mesmo o linguajar da população rural, com palavras bem peculiares e uma cadência ritmada e métrica que, como enfatizou Pedro Nunes Filho, dá uma graciosa musicalidade ao falar do povo.

Talvez estas manifestações sejam evocações implícitas e involuntárias extraídas do âmago cultural indígena. A propósito, no Nordeste, o Sebastianismo pode também ter sido uma rememoração involuntária de litolatria pré-histórica. Pois, remonta um passado longínquo adorar rochas santuários e o ato de gravar em pedras códigos sociais e religiosos: Os numerosos monumentos megalíticos europeus, os Dez Mandamentos transmitidos por Moisés ao seu povo e o código legislativo de Hamurabi são clássicos exemplos. Nas palavras de Goethe: “*as pedras são mestres mudos...*”.

Outra curiosidade que merece referência são os sermões jesuíticos, um gênero retórico baseado em técnicas mnemônicas de memorização muito especializado e sistemático. Os jesuitas criavam os sermões para melhor convencer os indígenas para evangelização e, para tanto, desenvolviam suas retóricas com temas reconhecíveis dos indígenas, cuidados com a elocução, impostação da voz, gestualidade, expressões corporais e outros artifícios muito complexos. Seria uma maneira de se tentar reproduzir uma adaptação dos ritos musicais que viam ocorrer entre os nativos?

Todavia, nossa consideração de que a mensagem do Ingá seja um conjunto de palavras-sons indecifráveis é só uma suposição que convém argüir. Não é nosso propósito decifrar o suposto código gravado no Ingá nem estabelecer diretrizes arbitrárias para sua origem e significado, pois a semiologia não é de nossa competência. Como diria o arqueólogo Paul Bahn: *"esta é uma competência altamente especializada que requer uma mente analítica de um tipo muito particular"*. Por isso, nossa proposta é apenas, a partir de nosso conhecimento de conjunto, filiar a Pedra do Ingá num contexto sociocultural nativo para, assim, desmistificar atribuições fantásticas e elevá-la a um plano sóbrio e acadêmico de estudo.

Esperamos que essa contribuição básica, ora patente, funcione como *habeas pedra** para libertar a Pedra do Ingá do estigma sensacionalista e, assim, provocar o interesse de cientistas de diversos campos para um estudo acurado e dirigido nas perspectivas tangíveis de trabalhar esse fenômeno dentro de um contexto sociocultural de subsistência tribal.

Conhecer o significado destes signos, ressonantes de informações perdidas, é um desafio da arqueologia que talvez esteja mais relacionado aos domínios da sociologia, da antropologia e da psicologia, pois só podem ser alcançado se entrarmos no universo pré-histórico, ultrapassando a fronteira do símbolo e os conceitos contemporâneos. A ambigüidade ronda as interpretações das inscrições rupestres, porém sabemos que em algum lugar do tempo e do espaço todas as nossas perguntas estão respondidas. Por isso, o cientificismo é necessário. Muito embora não se deva desprezar as dimensões empíricas, onde repousa silenciosa a essência genética do conhecimento humano.

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
CAJAZEIRAS PARAIBA

* Alusão ao poema *Hábeas Pinho*, do advogado e poeta paraibano Ronaldo Cunha Lima, famoso deferimento em versos dirigido ao juiz da comarca de Campina Grande, em 1955, solicitando a liberação de um violão apreendido de um grupo de boêmios.

Referências bibliográficas

- ABREU, Aurélio M.G. de. **Culturas indígenas do Brasil**. São Paulo: Traço Editora. 1987.
- AGUIAR, Alice. Gravuras rupestres em Iatí, PE. **Revista Clio Arqueológica**, nº5. Recife: UFPE. 1989.
- AIRES, José Luciano de Queiroz. **De Pombas a Parari: três séculos de história**. J. Pessoa: Ed. Persona, 2000.
- ALEMANY, Francisco Paiva. El calendario solar da Pedra de Ingá: una hipotesis de trabajo. Rio: **Boletim do IAB**, série ensaios, nº04. 1986.
- ALMEIDA, Ruth Trindade de. A Pedra do Ingá. In: **Revista Informativa e Cultural do Campinense Clube**. ano I, nº 02 – 24/08. Campina Grande: Grafset. 1975.
- _____. **A arte rupestre nos Cariris Velhos**. João Pessoa: Editora Univ./UFPb. 1979.
- _____. Um sítio arqueológico histórico. **Revista Clio**, nº 3. Recife: UFPE, 1980.
- ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**, 3ª ed. João Pessoa: Ed. Univ./UFPB, 1997.
- ALMEIDA, Keyller Toscano de. Inscrições de Ingá foram feitas por filhos de Canaã, perdidos no Mar Vermelho e separados por tempestade. Campina Grande: **Jornal da Paraíba**, edição 02/jun. 1994.
- ALMEIDA, Zélia Maria de. Ilha de Páscoa e nossos enigmas. **O Norte/Diário da Borborema**, Paraíba: 9/out. Caderno Turismo. 2005.
- ALVES, Carlos A. Belarmino. Que pré-história queremos para a Paraíba. In: SANTOS, Juvandi de S. (org.). **Pré-história: coletânea de textos didáticos**. C. Grande: JRC. 2006.
- ANDRADE, Mário de. **Macunaíma o herói sem nenhum caráter**. 20ª Edição. Editora Itatiaia/Fundação Nacional do Livro: Belo horizonte; Brasília, 1984.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. Cidades petrificadas e inscrições lapidares. **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**. Tomo I. Rio de Janeiro. 1887.
- ARAÚJO, Francisco Dutra. **Eles estão entre nós**. 2ª edição. João Pessoa: A União. 1999.
- AYTAI, Desidério. As gravações rupestres de Itapeva. **Revista da Universidade Católica de Campinas**. 14(33). Jun. 1970.

AZEVEDO, Carlos Alberto. Como (não) se deve “ler” a Pedra do Ingá. João Pessoa: **Revista Fabulação**, ano IV, nº 23. Jun./ago. 2006.

_____. **Arqueologia: estudos & pesquisas**. João Pessoa: Idéia. 2008.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier. Uso e re-uso: a ocorrência da ocupação de um sítio arqueológico por grupos distintos no Cariri paraibano. **I Congresso Internacional da SAB**. Caderno de Resumos. Florianópolis: 2007.

BAHN, Paul. **Arqueologia: uma breve introdução**. Tradução de Alexandra Abranches. Lisboa: Gradiva. 1997.

BARALDI, Gabriele. **Os Hititas Americanos**. S. Paulo: Ed. Edicon. 1997.

BELTRÃO, Maria da Conceição. Projeto Central: novos dados. **Revista de Arqueologia**, v.8, 1. São Paulo: Sociedade de Arqueologia Brasileira. 1994.

BEZERRA, Daniel de Castro. Relatório periódico de acompanhamento dirigido a sua orientadora, professora Maria José Oliveira, da disciplina Trabalho Acadêmico Orientado-TAO/UEPB, 1995.

BEZERRA, Francisco Octávio da Silva. Expedição a Paraíba, parte III. **Boletim Informativo do Centro Brasileiro de Arqueologia**. a. II, nº 04. Out./dez. Rio: 1973.

_____. Expedição a Paraíba: lendas sobre a itacoatiara do Ingá. **Boletim Informativo do Centro Brasileiro de Arqueologia**. a. III, nº 01. jan./mar. Rio: 1974.

_____. Expedição a Paraíba, parte II. **Boletim Informativo do Centro Brasileiro de Arqueologia**. a. III, nº 02. Abr./jun. Rio: 1974.

BEZERRA, Francisco Octávio da Silva; FALCÃO, Alfredo Coutinho de Medeiros. A Pedra Lavrada do Ingá: monumento a ser investigado. **Revista Brasileira de Arqueologia**. Rio de Janeiro: Jul. 1964.

_____; _____. Expedição a Paraíba. **Boletim Informativo do Centro Brasileiro de Arqueologia**. a. III, nº 03. jul/set. Rio: 1974.

BORGES, José Elias. As nações indígenas da Paraíba. **Anais do Ciclo de Debates sobre a Paraíba na participação dos 500 anos de Brasil**. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura do Estado. 2000.

BRANCO, Renato Castelo. **Pré-história brasileira: fatos e lendas**. S. Paulo: Quatro Artes Editora, 1971.

BRAGHINE, Alexandre. **El enigma de la Atlántida**. Buenos Aires: Ed. Losada. 1944.

BRANNER, John Casper. Inscrições em rochedos do Brasil. **Revista do Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico Pernambucano**. Vol. 11. (tradução de João Batista Regueira Costa). Recife: 1903.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das grandezas do Brasil**. 2ª ed. aumentada por José A. Gonçalves de Mello. Recife: Ed. Universitária/UFPE. 1966.

BRANDÃO, Alfredo. **A Escripta Prehistorica do Brasil** (ensaio de interpretação), com appendice sobre a Prehistoria de Alagoas. Rio de Janeiro: Bibliotheca de Divulgação Scientifica, vol. XI. Ed. Civilização Brasileira. 1937.

BRITO, Gilvan de. **Viagem ao Desconhecido: os segredos da Pedra do Ingá**. 3ª ed. Brasília: Gráfica do Senado. 1993.

BRITO, Vanderley de. A moldagem da Pedra do Ingá. **Diário da Borborema**, Campina Grande: 21/abr. Caderno de Opinião. 2005.

_____. Não foram os fenícios que gravaram a Pedra do Ingá. **Revista Parahyba do Norte**, nº 13, João Pessoa: 2006.

_____. O sítio arqueológico Araçoajipe-PB: primeira referência bibliográfica de inscrições rupestres no Brasil. In: SANTOS, Juvandi de Souza (org.). **“Pré-história: coletânea de textos didáticos”**. C. Grande: JRC. 2006.

_____. As inscrições da Pedra do Ingá. **Revista do UNIPE**, série: Ciências Humanas e Sociais. ano XI, nº 1. João Pessoa: 2007.

_____. **Arqueologia na Borborema**. João Pessoa: JRC Editora, 2008.

BRITO, Vanderley de; SANTOS, Juvandi de Souza; OLIVEIRA, Thomas Bruno. **A Serra de Bodopitá: pesquisas arqueológicas na Paraíba**. João Pessoa: JRC. 2006.

BRUNET, Louis Jacques. Memórias sobre as inscrições rupestres no Nordeste. In: ROSADO, Vingt-un. **“Louis Jacques Brunet, naturalista viajante”**. Mossoró: Coleção Mosoroense, v. 1, série C, vol. 80. 1973.

BURITY, Antônio de Miranda. **Vamos salvar a “Pedra de Ingá”** (Relatório) Ingá: Prefeitura Municipal de Ingá. 2007.

CABRAL, Elisa Maria (org.). **Os Cariris Velhos da Paraíba: The Cariris Velhos of Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB e A União. 1997.

CARDIM, Pe. Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**, Introdução e notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. 3ª Edição, Editora Brasileira, volume 168. São Paulo: 1978.

CARDOSO, Manoel. **Translúcido silêncio**. São Paulo: Editora Scortecci, 2003.

CARVALHO, Alfredo de. Inscrições rupestres no Brasil. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**. 1910.

CASCUDO, Luís da Câmara. O segredo das itacoatiaras. In: **Em memória de Stradelli**. Manaus: Governo do Estado de Manaus. Série Euclides da Cunha, nº10– 1967.

_____. **Civilização e cultura: pesquisas e notas de etnografia geral**. São Paulo: Global. 2004.

CAVALCANTE, Maria Helena Pereira (et alii). **Uma História do Ingá**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

CHAVES, Frutuoso. Cheia do rio agrava erosão da Pedra do Ingá e ameaça inscrições de 3 mil anos. Recife: **Jornal do Comércio**, 8/ maio. Caderno Cidades. 2000.

CLARK, Grahame. **Os caçadores da Idade da Pedra**. Tradução de Maria Guiomar, Col. Biblioteca das Civilizações, Ed. Verbo. 1969.

CLEROT, Leon Francisco Rodrigues. **30 anos na Paraíba**, memórias corográficas e outras memórias. Rio de Janeiro: Pongetti, 1969.

CÓRDULA, Raul. Manifesto mais cariri do que rococó. A respeito do prêmio de viagem obtido no **II Salão de Arte Global de Pernambuco**. João Pessoa. 1976.

CÔRTEZ, Lula; RAMALHO, Zé. **Paêbirú**. Álbum duplo gravado nos estúdios Sigla. Recife: 1974.

COSTA, Angyone. **Introdução à arqueologia brasileira**. 4 ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília, INL, 1980.

COUTINHO, Reinaldo. **Enigmas de Sete Cidades**. Piripiri- PI: Gráfica e Ed. Ideal. 1995.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**: 2ª ed. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1975.

DANTAS, José de Azevedo. **Indícios de uma civilização antiqüíssima**. Transcrição de manuscrito existente no IHGP; apresentação de Gabriela Martin. João Pessoa: A União; Col. Biblioteca Paraibana, vol. XI. 1994.

DIÁRIO DA BORBOREMA. **Pedra do Ingá foi lançada em selo**. 31/out./1975.

FARIA, Francisco Carlos Pessoa. **Os astrônomos pré-históricos do Ingá**. São Paulo: Ibrasa. 1987.

FARIAS, Sheila Dias. As artes fenícias. **Diário da Borborema**. 12/ago. Caderno de Opinião. Campina Grande: 2005.

_____. Relevos ígneos de arte. **Boletim Informativo da Sociedade Paraibana de Arqueologia**, Ano II, n° 02. Campina Grande: 2007.

FERREIRA, Alexandre. **O poder público e a invenção do Ingá turístico**: uma etiqueta cômoda. Monografia apresentada a Universidade Federal de Campina Grande em cumprimento dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Licenciado em História. C. Grande, 2005.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as Coisas**: Uma arqueologia das Ciências Humanas. Lisboa: 1967.

FREIRE, Antônio. **Revoltas e repentes**. João Pessoa: Nova Paraíba Ind. Gráfica, 1974.

GALDINO, Luiz. O segredo das itacoatiaras. **Revista Paulista de Arqueologia**. Ano II, n° 2. S. Paulo: 1983.

_____. A Pedra de Ingá, uma pré-história da arte no Brasil. **Boletim Informativo da Sociedade Paraibana de Arqueologia**. Ano II, n° 2. Campina Grande: 2007.

GOUVÊA, Hilton. Pinturas retratam naves primitivas. João Pessoa: **O Norte**. Edição de 01/jun.1997.

_____. Painel de Ingá em silicone. **Boletim Informativo da Sociedade Paraibana de Arqueologia**. Ano II, n° 4. Campina Grande: 2007.

GUIDON, Niéde. Missão Arqueológica no Sudeste do Piauí, Brasil – relatório final. **Revista do Museu Paulista** (separata). Nova Série, vol. XXV. Univ. de São Paulo: 1978.

GUIDON, Niéde; PALESTRINE, Luciana. Estudo da indústria do sambaqui do Mar Casado. **Revista Anhembi**, ano XII, v. XLVII, n° 139. São Paulo: 1962.

HOMET, Marcel F. **Na trilha dos Deuses Solares**, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 1973.

JOFFILY, Geraldo. A inscrição fenícia da Paraíba: um documento apócrifo que há quase cem anos vem repercutindo nos maiores centros de paleografia do mundo. **Boletim Informativo do Centro Brasileiro de Arqueologia**, ano 2, nº 4. Out./dez. Rio: 1973.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. 12ª ed. Tradução, prefácio e comentários de Luis da Câmara Cascudo. S. Paulo-Fortaleza: ABC Editora. 2003.

LA BANCA, Reynaldo Jônatas. **Ingá, a jóia da Paraíba**. Notícias Forenses. S. Paulo: nov/1977.

LANGER, Johnni. **Ruínas e mito: a arqueologia no Brasil império (1840-1889)**. Tese de doutorado em História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2000. Mimeo.

LAROCHE, Armand François Gaston. **Contribuição para a pré-história pernambucana**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco/ Ginásio Pernambucano. 1975.

_____. **Relatório das pesquisas realizadas referentes ao estudo dos grupos humanos pré-históricos pertencentes a Tradição Potiguar**. Natal: Coleção Mossoroense, vol. CCCLXXIX. 1987.

LAROCHE, Armand François G.; LAROCHE, Adjelma Soares Silva. Considerações sobre a pré-história do nordeste brasileiro nos tempos finais do pleistoceno e início do holoceno. **Revista Clio Arqueológica**, nº 4 (número extraordinário dedicado aos Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro). UFPE. Recife. 1991.

LÉLIS, Balduino. Inscrições rupestres: as Itacoatiaras do Ingá. In: MELLO, José Otávio de Arruda. **Capítulos de História da Paraíba**. Campina Grande: Grafset. 1987.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro. 1973.

LIMA, Clóvis dos Santos. As Itacoatiaras do Ingá. **Revista do IHGP**, vol. 12. J. Pessoa: Ed. Teone. 1953.

LUNA, Suely; NASCIMENTO, Ana. Levantamento arqueológico do riacho do Bojo, Carnaúba dos Dantas, RN, Brasil. **Revista Clio Arqueológica**, nº 13. Recife: UFPE. 1998.

MAIA, Sabiniano. **Caminhos da Paraíba: 1500-1978**, História do DER. Pb, J. Pessoa: A União. 1978.

MAIOR, Suetoni Souto. Ufólogos acreditam que inscrições na Pedra do Ingá são alienígenas. Campina Grande: **Jornal da Paraíba**. 6/jun. Caderno Cidades. 2004.

MARIANO NETO, Belarmino. **Ecologia e imaginário**: memória cultural, natureza e submundialização. J. Pessoa: Ed. Universitária/UFPB. 2001.

MARTIN, Gabriela. Estudos para uma desmistificação dos petróglifos brasileiros: (I) A Pedra Lavrada de Ingá (Paraíba). **Revista de História - USP**, nº 102- São Paulo: 1975.

_____. Fronteiras estilísticas e culturais na arte rupestre da área arqueológica do Seridó (RN, PB). **Revista Clio Arqueológica**, nº16, v.1. Recife: UFPE. 2003.

_____. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. 4ª ed. Recife: Ed. Universitária/UFPE. 2005.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Contraponto. 1998.

MAUSO, Pablo Villarubia. **Mistérios do Brasil**. S. Paulo: Ed. Mercuryo. 1997.

MEDEIROS, Coriolano de. **Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba**, 2ª Ed. Rio de Janeiro: Dep. de Imprensa Nacional. 1950.

MEDEIROS, José Benício de. Tentativa de determinação da época em que foram feitas as gravações de Ingá do Bacamarte. **Boletim Informativo do Centro Brasileiro de Arqueologia**. ano 3, nº 4. Rio: 1974.

MEGGERS, Betty J. **América pré-histórica**. tradução de Eliana Teixeira de Carvalho. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979.

MELO, Mário. Civilização Perdida. **Diário de Pernambuco**. Edição de 06/01. Recife: 1925.

MENDES, Josué Camargo. **Conheça a pré-história brasileira**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo/ Ed. Polígano. 1970.

MORALES, Manuel Gonzalez. Algunas observaciones preliminares sobre problemas de conservación de la Pedra Lavrada de Ingá- Pb. **Revista Clio Arqueológica**, vol. 1, nº 9. Recife: UFPE. 1993.

MORAIS NETO, João Marinho de. Contribuição ao cadastramento das itacoatiaras do “Vale do Sabugi”, na fronteira seridoense da Paraíba. In: Anais da VII Reunião Científica da SAB. **Revista de Arqueologia**, v.8, 1, S. Paulo: 1994.

- NANTES, Pe. Martinho de. **Relação de uma missão no rio São Francisco**. Tradução e comentários de Barbosa Lima Sobrinho - 2ª ed. S. Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- NÓBREGA FILHO, Inocêncio. **Malhada das Areias Brancas**, Fortaleza: Escola Tipográfica S. Francisco. 1974.
- NUNES FILHO, Pedro. **Cariris Velhos**: passando de passagem. Recife: Liber. 2008.
- OLIVEIRA, Thomas Bruno. As inscrições marginais do Ingá. **Boletim Informativo da Sociedade Paraibana de Arqueologia**, ano I, nº 1. Campina Grande: 2006.
- PAUWELS, Louis; BERGIER, Jacques. **O Homem Eterno**. 2 Ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.
- PAZERA JR., Eduardo. Sítios pré-históricos da Paraíba: mapa dos números de ocorrências nos municípios. **Revista do UNIPÊ**, v. 4, nº 3, João Pessoa: 2000.
- PEREIRA, Edithe. As pinturas e gravuras rupestres do nordeste do Pará, Amazônia-Brasil. **Revista Clío Arqueológica**, nº12, v. 1. Recife: UFPE. 1997.
- PEREIRA, Daniel Duarte. **Plantas, prosa e poesia do semi-árido**. Campina Grande: Edufpg/UFCG. 2005.
- PEREIRA JÚNIOR, José Anthero. Itacoatiaras de Ingá. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**. V. 9, a. 9, nº XCIV - 1944.
- _____. Considerações a respeito de alguns dos sinais da Itacoatiara de Ingá. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**. v. 95, a.09, nº XCV - 1944.
- _____. Algumas itacoatiaras paraibanas. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**. v. 103, a.12. nº CIII - 1945.
- _____. Algumas notas sobre os litóglifos do rio Araçuaigipe, na zona da serra de Cupaoba, e outros apontamentos. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**. v. 4. nº XIV - 1945.
- _____. Achêgas e algumas itacoatiaras paraibanas. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**. v. 90, a. 13, nº CX - 1946.
- _____. Do valor arqueológico do monumento de Ingá. **O Estado de São Paulo**, edição de 14/jul. 1946.
- _____. Algumas cartas de Alberto Childe sobre a Itacoatiara de Ingá. **Revista Anhembi**. Ano VIII, nº 86. vol. XXIX. São Paulo: 1958.

_____. Incrições rupestres em território paulista. **Revista Anhembi**, Ano XI, v. XLIII, nº128. S. Paulo: 1961.

_____. **Introdução ao estudo da arqueologia brasileira**. São Paulo: Bentivegna Editora. 1967.

_____. Em torno da velha questão que é a de terem estado os fenícios no Brasil e outros reparos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. v. 68, 1970.

PESSIS, Anne-Marie. Do estudo das gravuras rupestres no Nordeste do Brasil. **Revista Clío Arqueológica**, nº15, Recife: Ed. Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

_____. **Imagens da pré-história**: Parque Nacional Serra da Capivara; Images de la Préhistoire; Images from Pre-History. Fumdam/Petrobrás, 2003.

PINTO, Estevão. **Os indígenas no Nordeste**. S. Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1935.

PINTO, Irineu. **Datas e notas para a história da Paraíba**. v.1. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPb. 1977.

PINTO, Zilma Ferreira. **Nas Pegadas de São Tomé**. Brasília: Senado Federal. 1994.

PONTES, Anna Maria de Lira. A Pedra do Ingá e sua visão enquanto monumento histórico-cultural. **VI Encontro Estadual de História ANPUH/PE**. Recife: Caderno de Resumos, 2006.

POMPEU SOBRINHO, Thomas. Algumas inscrições rupestres inéditas do estado do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**. Ano 70, nº 70. Fortaleza: 1956.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília/DF: Ed Universidade de Brasília, 1992.

_____. **O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história de nosso país**. Rio: Jorge Zahar Ed. 2006.

QUINTELLA JR. Amílcar. **A Atlântida**. S. Paulo: Editora IVA, 1957.

REVISTA EmDia. **Serra Velha**, o tapete estelar da itacoatiara reaparece às margens do rio Surrão. Ano I, nº 2 -1988.

RETUMBA, Francisco Soares da Silva. "Relatório dirigido ao Ex^{ma} Sr. Dr. Antônio Herculano de Souza Bandeira, presidente da Parahyba em 1886". In: TAVARES, João de Lira. **A Parahyba**. Parahyba: Imprensa Oficial. 1909.

RIETVELD, Pe. João Jorge. **Na sombra do umbuzeiro: história da paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro**. J. Pessoa: Imprell. 1999.

RIVET, Paul. **As origens do homem americano**, tradução Paulo Duarte. S. Paulo: Ed. Anhembi. 1958.

ROCHA, F. Eugênio Paccelli G. da. **Caracterização macroespacial de sítios arqueológicos no alto sertão paraibano**, Dissertação apresentada no curso de mestrado em História/UFPE, Recife: 1998.

ROOSEVELT, Anna Curtenius. **Moundbuilders of the Amazon**. Geophysical Archaeology on Marajo Island, Brazil. San Diego, California, Academic Press. 1991.

ROOSEVELT, Theodoro. **Através do Sertão do Brasil**. Tradução de Conrado Erichsen. São Paulo: Col. Brasileira, série 3. Companhia Editora Nacional. 1944.

SANTOS, Juvandi de Souza. **Ocorrências de itacoatiaras na Paraíba**. J. Pessoa: JRC Editora. 2007.

SCHAAN, Denise Pahl. **A linguagem iconográfica da cerâmica Marajoara**. Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial e final à obtenção do grau de Mestre – Curso de Pós-Graduação em História – Área de Concentração Arqueologia, PUC/RS. Porto Alegre: 1996.

SCHWENNHAAGEN, Ludwig. **Antiga História do Brasil: (de 1100 a.C. a 1500 d.C.)**. Tratado Histórico. 2ª edição, introdução e notas de Moacir C. Lopes. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Cátedra Ltda. 1970.

SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**. 4ª Edição brasileira, vol. 1. Tradução: Dr. Luís Joaquim de Oliveira e Castro. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL. 1977.

SUASSUNA, Ariano. **Romance D'A Pedra do Reino e o Príncipe do sangue do vai-e-volta**. 2ª edição. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora. 1972.

_____. Uma teoria da arte rupestre. **Revista Clio – Série Arqueológica**, nº 4 (número extraordinário dedicado aos Anais do I Simpósio de Pré-história do Nordeste Brasileiro). UFPE. Recife. 1991.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Incrições lapidares no Sertão da Parahiba. **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo LV, parte I. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil. 1892.

Impresso na
CÓPIAS & PAPÉIS
Gráfica e Copiadora
Rua Eunice Ribeiro, 495 - Centro
Queimadas - PB - Fone: (83) 3392
E-mail: altairpombo@hotmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE PESQUISA E INOVAÇÃO
DEBOTECA SETORIAL
GRANDEZINHA - PARAIBA